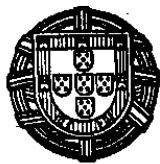


Sexta-feira, 23 de Janeiro de 1981



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE JANEIRO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Bento Elísio de Azevedo
 António Mendes de Carvalho
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO.—O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Moraes Leitão) deu esclarecimentos relacionados com uma intervenção do Sr. Deputado João Cravinho (PS) da última sessão, motivando o uso da palavra por parte deste.

Após as intervenções finais, além da do Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão), dos Srs. Deputados Herberto Goulart (MDP/CDE), Mário Tomé (UDP), Lopes Cardoso (UEDS), Sousa Franco (ASDI), Ribeiro Teles (PPM), Carlos Brito (PCP), Freitas do Amaral (CDS), Mário Soares (PS) e Pedro Roseta (PSD), deu-se por finda a discussão do Programa de Governo do VII Governo Constitucional, que foi aprovado.

A Assembleia não aprovou as moções de rejeição apresentadas pela FRS, pelo PCP e pelo MDP/CDE, produzindo declaração de voto os Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Salgado Zenha (PS), Borges de Carvalho (PPM), Dias Lourenço (PCP), Mário Gaioso (CDS) e José Vitorino (PSD). ✓

Foi discutida e aprovada a moção de confiança que o Governo apresentara, tendo intervindo, além do Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Deputados Herberto Goulart (MDP/CDE), Teresa Santa Clara Gomes (UEDS), Jorge Miranda (ASDI), Borges de Carvalho (PPM), Vital Moreira (PCP), Narana Coissoró (CDS), Carlos Lage (PS) e Helena Roseira. Registaram-se declarações de votos dos Srs. Deputados Mário Tomé (UDP), Oliveira Martins (ASDI), Portugal da Silveira (PPM), Zita Seabra (PCP), Henrique de Moraes (CDS) e Cos.a Andrade (PSD).

No decurso dos trabalhos aprovou-se ainda um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Doutor Dias Amado, intervindo a propósito, além do Sr. Primeiro-Ministro, os Srs. Deputados José Luís Nunes (PS) — que propôs o referido voto —, Nuno Rodrigues dos Santos (PSD), Lino Lima (PCP), Lopes Cardoso (UEDS), Oliveira Martins (ASDI), Oliveira Dias (CDS) e Borges de Carvalho (PPM).

Depois de anunciar a entrada na Mesa do projecto de lei n.º 112/II — Criação da freguesia do Padrão da Légua no concelho de Matosinhos, do PS, e de um projecto de resolução visando a constituição de uma comissão eventual luso-

-espanhola de parlamentares para tratamento de problemas comuns em vários domínios, também do PS, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.
Eram 10 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual respondem os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
 Álvaro Barros Marques Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.
 Américo Abreu Dias.
 António Augusto Ramos.
 António Duarte e Duarte Chagas.
 António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 António Vilar Ribeiro.
 Armando Costa.
 Arménio Jerónimo Martins Matias.
 Arménio dos Santos.
 Bernardino da Costa Pereira.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.
 Jaime Carlos Marta Soares.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
 Joaquim Pinto.

José Adriano Gago Vitorino.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 José Mário de Lemos Damião.
 José de Vargas Bulcão.
 Júlio de Lemos Castro Caldas.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Margarida C. do Rego M. Ribeiro.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António Duarte Arnaut.
 António Azevedo Gomes.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Magalhães da Silva.
 António Marques Ribeiro Reis.
 António Teixeira Lopes.
 Armando dos Santos Lopes.
 Beatriz Cal Brandão.
 Benito Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fausto Sacramento Marques.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 Joaquim José Catanho Menezes.
 Júlio Almeida Carrapato.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel Trindade Reis.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.
 Victor Brás.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 António Mendes de Carvalho.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.

Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 José Augusto Gama.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Mário Gaioso Henriques.
 Rogério Ferreira Monção Leão.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Anselmo Aníbal.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Carlos Alfredo Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette Ferreira de Oliveira.
 Jerónimo de Carvalho Sousa.
 Joaquim Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Joaquim Victor Gomes de Sá.
 Jorge Patrício.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho Lima.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Mariana Grou Lanita da Silva.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gonçalo Pereira Ribeiro Telles.
 Henrique Barrilaro Ruas.
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Poppe Lopes Cardoso.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Heriberto de Castro Goulart da Silva.
 Helena Tâmega Cidade Moura.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 126 Srs. Deputados.

Temos quorum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Antes de entrarmos nos nossos trabalhos, a Mesa considera necessário chamar a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte: na agenda da reunião de hoje — e creio que isso gerou alguma perplexidade — foi anunciado o encerramento

do debate do Programa do VII Governo Constitucional e a discussão e votação da moção de confiança e moções de rejeição.

Trata-se de um lapso material no ordenamento das matérias, pois, como VV. Ex.^{as} sabem, depois das intervenções finais dos partidos e do Governo proceder-se-á à votação das moções de rejeição do Programa do Governo e só depois se fará a discussão autónoma da moção de confiança, segundo o calendário estabelecido.

O ordenamento por que foi publicada na agenda a ordem dos trabalhos não corresponde a esta realidade, que é a que resulta do consenso estabelecido quanto aos trabalhos de hoje.

Com este esclarecimento vamos iniciar a sessão.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano por cinco minutos.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Moraes Leitão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra porque ontem houve uma intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista João Cravinho, usando o tempo da ASDI — aliás a razão de eu me ter retirado foi por julgar que o Partido Socialista já não tinha tempo, pelo que peço desculpa da minha ausência nesse momento —, intervenção essa que eu considero ofensiva para mim e para o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, quer no plano pessoal quer no plano funcional, e daí o pedir a palavra para usar do direito de defesa.

O Sr. Deputado João Cravinho disse, na sua intervenção, que eu tinha escamoteado a esta Assembleia uma questão essencial, qual seja a de não ter autorizado o Banco Nacional Ultramarino a vender a sua posição de 34% na *Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer* e acrescentou que eu omiti a esta Assembleia uma questão essencial.

Quero dizer ao Sr. Deputado que isso é falso, que eu não escamoteei factos a esta Assembleia, pois eles são rigorosamente os seguintes: o Banco Nacional Ultramarino tinha-me pedido autorização para exercer o direito de opção e, pelas oito razões que eu aqui transmiti, neguei-lha.

No momento em que aqui intervim não me tinha sido pedida mais nenhuma autorização. À tarde, quando saí, o Sr. Secretário de Estado do Tesouro, aqui presente, entregou-me uma carta, entregue em mão pelo conselho de gestão do Banco Nacional Ultramarino nessa mesma tarde, pendendo a autorização para, como não compravam, venderem.

Foi às 19 horas de anteontem, depois da minha intervenção, que tive de fazer um novo despacho e portanto é falso que eu tenha escamoteado informações a esta Assembleia. Aliás devo dizer que nunca escamoteei qualquer informação.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão de fundo, lamento que o Sr. Deputado João Cravinho entenda que a banca nacionalizada tenha que entrar em negociações.

O Banco Nacional Ultramarino possui 34% de um banco em França, posição esta que lhe dá direito de exigir não apenas o seu próprio consentimento — aquilo que em França se chama uma *minorité de blocage* — para tudo o que seja alteração de estatu-

tos, aumentos de capital, alterações à vocação fundamental do banco, mas também a sua participação na gestão efectiva desse banco com pelo menos dois administradores. É o artigo 12.º dos Estatutos da *Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer*.

A isto se chama uma *minorité de blocage* que dá ao Banco Nacional Ultramarino um peso efectivo e o que é lamentável é que os representantes do banco português nesse banco francês, tanto quanto me consta, nunca tenham exercido competentemente as suas funções na orientação desse banco.

Um segundo aspecto é o de que a *Banque Franco-Portugaise d'Outre-mer*, como já disse — aliás foi essa razão que me levou a não permitir nem a compra nem a venda —, tem vivido de acordos leoninos, chamados de cooperação, entre ele e quatro bancos nacionalizados. Acordos leoninos porque dão ao banco francês o direito de reter, entre trinta e quarenta e cinco dias, as poupanças dos nossos emigrantes e o direito de pagar à banca portuguesa em escudos o que recebe em francos.

Isto vai ser revisto e é dessa revisão, que já ordenei e para a qual marquei um prazo, que resulta que o banco não tem, nem nunca terá, os valores que se pretendia que o Banco Nacional Ultramarino tivesse que estipular.

Da revisão dos acordos de cooperação resultará a diminuição do valor da *Banque Franco-Portugaise d'Outre-mer*, mas não resultará a sua inviabilidade.

Por isso a pretensa lógica do Sr. Deputado João Cravinho de que, se era bom preço para não comprar era bom preço para vender, é uma lógica que não se deve aplicar a um banco nacionalizado, é uma lógica que não se deve aplicar a uma intervenção qualitativa da banca na economia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Finalmente, Sr. Deputado, eu não queria ir mais longe, mas pergunto a mim próprio o que é que está a fazer correr o PS nesta matéria. Pergunto-me a mim próprio porque é que há quinze dias se anda à procura de um *dossier* — e encontrá-lo-ei — sobre este assunto, aberto e organizado durante o I Governo Constitucional, e que até este momento não foi possível encontrar nos arquivos do Ministério das Finanças.

Uma voz do PSD: — Isso é mau!

O Orador: — De modo que, Sr. Deputado, acho que a minha intervenção foi clara e não merecia os seus comentários. A minha intervenção foi feita em defesa da banca nacionalizada e dos seus interesses na cobertura da captação de poupanças dos nossos emigrantes.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. João Cravinho (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Cravinho, o consenso estabelecido foi que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano usasse da palavra para exercer o direito de defesa.

Em todo o caso, porque V. Ex.^a pede a palavra e se trata de um direito de defesa, a Mesa, admitindo que V. Ex.^a pretende dar quaisquer explicações cabais sobre o assunto, dá-lhe a palavra com o mesmo limite de tempo, cinco minutos.

O Sr. João Cravinho (PS): — O Sr. Presidente antecipou, muito correctamente, o anúncio do que eu pretendo fazer, ou seja, usar da palavra para exercer o legítimo direito de defesa. Tão legítimo que até V. Ex.^a se antecipou ao meu pedido, quando é corrente perguntar primeiro ao deputado o que vai fazer, em nome de que figura pede a palavra. Este é o primeiro facto que eu queria que a Câmara resgistassem.

Em segundo lugar, quero dizer que pedi a palavra para exercer o direito de defesa não só em meu nome pessoal mas também em nome do meu partido, por razões que são perfeitamente óbvias, e espanta-me muito que o Sr. Ministro aqui venha trazer explicações como as que trouxe.

Mas vamos aos factos, porque é isso que interessa.

Diz o Sr. Ministro que ignorava que o BNU quisesse exercer o seu direito de venda, que só o soube depois de aqui ter produzido as declarações que produziu, pois só às 19 horas, segundo diz, o Sr. Secretário de Estado do Tesouro lhe entregou uma carta.

Pois bem, esta é uma questão de tal maneira fundamental que eu, que não acusei o Sr. Ministro, gostaria de lhe dizer, depois de o Sr. Ministro dar esta informação adicional, que me parece que seria sua estrita obrigação trazer esse esclarecimento adicional depois de ter trazido a esta Câmara um dos aspectos que entendeu fundamental e de, no dia seguinte, ter estado aqui o dia todo, tendo todo o tempo do Governo para intervir. O certo é que deu uma entrevista ao *Diário de Lisboa* em que produziu inúmeras afirmações e em que omitiu esta que é verdadeiramente fundamental.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Considero isto um escamoteamento, porquanto se trata da ocultação à Câmara de um facto importante.

Aplausos do PS e do MDP/CDE e protestos do PSD e do CDS.

Mantendo, portanto, Sr. Ministro, *a posteriori*, aquilo que disse, agora confirmado pelas palavras de V. Ex.^a

O Sr. Ministro referiu que fez um despacho, mas não diz que despacho foi. Porquê, Sr. Ministro?

Eu perguntei-lhe ontem se negou ao Banco Nacional Ultramarino o direito de vender. É verdade que o negou. Mas com que fundamentos? Não nos disse os fundamentos do seu despacho.

Vem aqui o Sr. Ministro dizer que a banca nacionalizada não pode fazer negociações, isto é, que a banca nacionalizada está impedida de exercer os seus direitos legais, os direitos consignados num contrato, porque o Sr. Ministro entende que o preço é excessivo e que o Sr. Manuel Bulhosa ficaria defraudado se a banca lhe fosse pedir 300 mil contos.

A banca nacionalizada, no entender do Sr. Ministro, não deve receber 300 mil contos do Sr. Manuel

Bulhosa, porque o preço é excessivo. O Sr. Ministro faz, neste caso, de advogado da parte contrária, é mais do que óbvio.

Vem aqui o Sr. Ministro falar do facto de a *Banque Franco-Portugaise d'Outre-Mer* ter nos seus estatutos a possibilidade de participação de dois administradores portugueses com direito de blocagem quanto à mudança de estatutos, quanto à mudança de finalidade do banco, quanto à mudança da sede social, quanto ao aumento do capital social. Tudo isso eu disse na minha intervenção, está escrito, e o Sr. Ministro tem na sua frente essa intervenção e pode lê-la.

Pontanto, quanto a isto, o Sr. Ministro não faz mais do que corroborar exatamente aquilo que eu disse. Mas eu acrescentarei mais e isso o Sr. Ministro não pode negar: é que esses direitos não são suficientes para participar activamente na gestão de modo a impedir que essa gestão não seja contrária aos próprios interesses do Banco Nacional Ultramarino.

O Sr. Ministro não pode negar isso, porque esse é um facto notório, do conhecimento geral, pois toda a gente sabe que a protecção das minorias no Direito francês é bastante escassa, como, aliás, em quase todos os direitos, mas sobretudo no Direito francês. Isto é conhecido dos tratadistas e informei-me bem deste aspecto, Sr. Ministro.

Por último, o Sr. Ministro refere que se vai rever o contrato leonino que a *Banque Franco-Portugaise* tem com bancos portugueses. Sr. Ministro, dou-lhe os parabéns por isso. Não o censuro, pelo contrário, dou-lhe as minhas felicitações. Mas o que não percebo é que, indo diminuir os lucros da *Banque Franco-Portugaise*, com legitimidade, o Sr. Ministro, apesar de tudo, quer que o Banco Nacional Ultramarino continue associado a essa diminuição de lucros quando pode obter um lucro de 300 mil contos, ou pelo menos de 200 mil, na medida em que considera que as acções a 3,25 estão sobrevalorizadas em relação ao seu valor nominal. Se se vai fazer a revisão, por que não se permite a saída integral do Banco Nacional Ultramarino para que ele possa negociar mais à vontade?

O Banco Nacional Ultramarino faz parte do processo porque tem instruções suas para negociar uma diminuição dos lucros de uma empresa a que está associado e é beneficiário na medida em que vai ser ferido por essa diminuição. Um óbvio conflito de interesses!

A banca nacionalizada ficaria muito mais defendida, como é lógico, se o Banco Nacional Ultramarino se retirasse da BFP.

Ainda um último ponto, embora pudesse haver muitos últimos pontos, uns atrás dos outros, e é melhor determo-nos a certa altura. Sr. Ministro, que me diz ao facto de nunca se ter referido que quem compra efectivamente a parte do Sr. Manuel Bulhosa é a *Courtneigh Investment Company, Ltd. (Jersey)* e não o Sr. Miguel Quina, que é apenas um portavoz desta empresa? O Sr. Ministro não vai alegar que não sabia?

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Não sei o que é o *Courtneigh Investment Company*.

O Orador: — Sr. Ministro, a leviandade com que se fazem despachos! Um negócio de 600 mil contos e nem sequer sabe quem compra! Está tudo dito, Sr. Ministro.

Applausos do PS e protestos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Vamos entrar no período destinado às declarações finais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Pausa.

Não está presente e portanto vou dar a palavra ao representante do MDP/CDE.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, penso que neste aspecto devemos ser rigorosos e não há inversão de ordem possível.

Sugiro, talvez, que se mande chamar o Sr. Deputado Mário Tomé para que use da palavra na sua vez porque senão podemos começar a fazer jogo de porta nesta Sala.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o problema não está em saber se estamos ou não a fazer jogo de porta, o problema é que há uma ordem estabelecida e os Srs. Deputados se estão, estão, se não estão, passa-se a diante e perdem o direito de falar.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Está certo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado desculpará, mas devo dizer-lhe que os Srs. Deputados beneficiam de um critério estabelecido, que é o de usarem da palavra por ordem crescente da sua expressão eleitoral na Câmara.

O Sr. Deputado Mário Tomé, cinquenta e dois minutos depois da hora estabelecida para o começo dos trabalhos, não está na Sala e, quanto muito, posso conceder que se verifique, junto do gabinete da UDP se ele está e por que motivo não está aqui.

Vou ao ponto de conceder isso, mas fica bem expresso que se o Sr. Deputado encarregado de falar em nome de um grupo parlamentar não estiver falará imediatamente o grupo parlamentar que se lhe segue, sem inversão de ordem, perdendo aquele o direito de falar.

Peço-vos que não abandonem os vossos lugares e vamos aguardar dois minutos.

Pausa.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria apresentar as minhas desculpas por não estar aqui no início da sessão.

Em segundo lugar, queria explicar ao Sr. Presidente a razão por que isso aconteceu. É que eu não

estou ainda pronto para intervir porque o staff da UDP é diminuto — a UDP não tem sequer direito a um dactilógrafo —, pelo que o trabalho se torna muito mais moroso e é essa a razão por que eu não estava aqui para intervir.

Ainda não estou pronto para falar e, assim, pedia ao Sr. Presidente que, com o consenso dos grupos parlamentares, desse a palavra ao deputado que deve falar a seguir a mim, usando eu da palavra depois.

O Sr. Presidente: — Portanto o Sr. Deputado endossa o problema para a Câmara e eu pergunto às direções dos grupos parlamentares se têm alguma coisa a opor ao pedido formulado pelo Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, pelo nosso lado, se isto não constituir precedente, não nos oporemos.

O Sr. Presidente: — É evidente que não constitui, porque o Sr. Deputado Mário Tomé pela circunstância peculiar de ser apenas um deputado está em condições particulares que não se verificam com nenhum outro partido com assento na Assembleia.

Deferido o seu pedido Sr. Deputado pedia-lhe só o favor de me informar sendo certo que vai usar da palavra por quinze minutos o Sr. Deputado Heriberto Goulart, do MDP/CDE, partido que se segue, daqui a quanto tempo presume que está em condições de usar da palavra.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Agradeço ao Sr. Presidente e aos grupos parlamentares. Considero que é justo concederem-me este tempo, porque efectivamente a UDP, como tem um só deputado, nem sequer tem o staff mínimo para funcionar.

Assim, Sr. Presidente, estarei pronto para intervir a seguir ao Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O VII Governo Constitucional apresentou o seu Programa de Governo à Assembleia da República apoiado na maioria parlamentar. O Programa e o Governo já se não perspectivam, como há um ano sucedera, para um curto período de governação, mas para um horizonte de quatro anos.

Aparentemente a AD iniciaria esta legislatura e este debate parlamentar com a confiança de quem atingiu os seus objectivos e com a segurança de quem dispõe, finalmente, das condições necessárias ao prosseguimento do seu projecto.

Seria de esperar que o Programa fosse a projecção, feita com clareza, da acção governativa para os próximos quatro anos. Seria de esperar que o Governo se apresentasse nesta Assembleia seguro da sua razão e confiante no seu projecto.

Mas o Programa de Governo ficou-se pela enumeração de objectivos genéricos, sem qualquer sistematização das medidas e dos meios que poderão levar à concretização dos objectivos, objectivos em si tão genéricos, vagos e contraditórios que nem por eles se

pode obter a caracterização da futura acção governativa.

O Governo apresentou-se tímido, defensivo, receoso, no debate parlamentar. Nas intervenções ministeriais fizeram-se eco, por outras palavras, da vacuidade do Programa de Governo. Nada foi acrescentado que permitisse concluir que o Governo parte para o início das suas funções munido de orientações que lhe permitam fazer frente, dentro das concepções próprias das forças políticas de que emana, às grandes questões políticas, económicas, sociais e culturais que ao País se colocam.

No final do debate não estamos perante um Programa de acção governativa. Estamos apenas perante uma filosofia de transformação da sociedade democrática que Abril anunciou e a Revolução alicerçou.

Este Programa de Governo é a tentativa desesperada da AD de prosseguir o projecto político para o qual ensaiou uma estratégia de tomada total do Poder.

Obtendo uma maioria parlamentar nas eleições intercalares de 2 de Dezembro de 1979, a AD conquistou então o direito de formar Governo e tudo jogou para estabilizar essa vitória e se perpetuar no Poder.

No período intercalar, o Governo desenvolveu algumas tentativas de operar transformações nas estruturas da sociedade portuguesa, bem como de alterar as regras fundamentais do jogo eleitoral.

Não teve sucesso nessas tentativas, mas teve-o, numa primeira tese, na linha complementar de estratégia que desenvolveu: instrumentalizar o aparelho de Estado para, a partir dele, desenvolver uma governação virada tão-só para a vitória nos actos eleitorais do final do ano.

O VI Governo Constitucional, privilegiado como gabinete técnico eleitoral da AD, desenvolveu uma acção governativa que, mais do que ir de encontro às pretensões das forças e interesses que representa, teve de encontrar respostas, ainda que temporárias, para uma larga massa eleitoral que lhe garantisse as vitórias a 5 de Outubro e a 7 de Dezembro.

Este eleitoralismo governamental do VI Governo tinha um custo elevado para o projecto público global da AD.

Para a AD foi possível aguentar uma situação transitória de contradições entre medidas de impacte popular e os objectivos de reconquista de privilégios para a sua clientela política.

Para ultrapassar a situação transitória, a AD tinha, e tem, necessidade de provocar uma profunda alteração no regime democrático-constitucional que a libertasse de peias no caminho da restauração dos grandes interesses capitalistas afectados depois do 25 de Abril e que lhe permitisse a consolidação de um poder autoritário, gradualmente limitador das liberdades democráticas, indispensável à realização de uma política hostil aos interesses da maioria da população.

A eleição do actual Presidente da República, tendo o significado de uma recusa do projecto de alterações do regime da AD, foi o ruir de toda uma estratégia de assalto ao Poder laboriosamente arquitectado.

O novo Governo da AD, cujas dificuldades de formação resultaram mais do incidente de 7 de Dezembro do que do lamentável acidente de 4 de Dezembro, transporta idênticas dificuldades para o seu Programa.

Escondendo-se por detrás de formulações como «sociedade civil», «democracia plena», «liberdade de iniciativa», é ainda o projecto restauracionista da AD que ressalta dos traços essenciais do Programa de Governo.

Não é o Programa confiante de um governo de legislatura. É o Programa hesitante de um projecto político derrotado.

Por isso, o Programa de Governo é cheio de contradições nos objectivos genéricos e é omissa na clarificação das reais acções políticas projectadas pelo Governo.

Formando Governo, legitimada pelos resultados das eleições legislativas de 5 de Outubro, a AD trouxe a esta Assembleia uma proposta política em que não quis, ou em que não foi capaz, de introduzir uma correcta leitura da manifestação da vontade do eleitorado no dia 7 de Dezembro.

Mais do que objectivos inconstantes de algumas propostas, embelezados por um novo estilo de linguagem, aparentemente mais tolerante e dialogante, o MDP/CDE lê no Programa de Governo aquilo que resulta do que ele de facto é: uma filosofia de desfiguração do regime democrático.

Começa por ser um frontal atentado à ordem económica instituída: despreza os preceitos constitucionais quanto ao papel próprio das formações económicas existentes; subordina toda a conduta de política económica ao jogo selvagem da livre concorrência; visa a reconstituição dos poderosos grupos económicos que foram suporte do fascismo e a quem o regime derrubado no dia 25 de Abril de 1974 fielmente serviu, como agora a AD se apressa a servir também; atenta contra o sector nacionalizado da economia, cujo funcionamento, dinamização e cumprimento do seu papel constitucional pretende subverter, transformando-o em simples suporte dos empreendimentos privados; inscreve o projecto de destruição da Reforma Agrária e reconstituição dos latifúndios.

Prossegue numa orientação de política económica que agravará as condições de vida da maioria da população; ameaça com a reposição de um tecto salarial; condiciona as revisões de salários aos aumentos de produtividade, deixando ver que estes beneficiarão o capital e agravarão a já deteriorada repartição do rendimento nacional; projecta a maleabilidade do emprego e a luta contra o subemprego em termos que conduzirão ao agravamento do desemprego; perspectiva uma política de preços de produtos agrícolas e uma filosofia de reestruturação fundiária e de modernização da agricultura que conduzirá em directo à ruína dos pequenos agricultores e ao engrossamento do exército de desempregados; mantém intocáveis as distorcidas estruturas do aparelho comercial do País, facilitando o açambarcamento, a especulação e a cumulação de fortunas de intermediários parasitas; despreza as pequenas e médias empresas, cujo peso no aparelho produtivo nacional exigiria uma interessada política de apoios e estímulos, deixando-as entregues à sorte das regras e da concorrência, abrindo-lhes ou a perspectiva da subjugação pelos poderosos grupos económicos em reconstituição ou a falência para as mais débeis.

Insiste na adesão às comunidades europeias como um postulado político, de que decorre argumentação

para a política interna de modificação do regime económico-social consagrado na Constituição e para atentar contra as principais transformações que Abril trouxe e que caracterizam o Portugal democrático de hoje.

Absorve preventivamente as críticas que a oposição vinha fazendo à acção governamental neste campo, promete a audiência dos parceiros sociais e a abertura de um amplo debate, mas olvida o estudo das dificuldades que atingem a CEE e dos seus reflexos na nossa economia, insistindo num calendário fantasista para as negociações e não levantando uma única pista de como seriam concretizadas, em tão curto lapso de tempo, as profundas transformações que a adesão à CEE acarreta.

Pretende o fortalecimento dos poderes do Executivo, a pretexto do reforço da autoridade democrática do Estado; em vez do Estado patrão, que procura denegrir para justificar o seu ataque ao sector nacionalizado, pretende edificar o Estado tutelar da «sociedade civil», num conceito agora apelidado de «democracia plena» que acabará por confundir Governo e Estado e gerar uma democracia musculada.

Retoma a proposta de rever a legislação eleitoral, numa prenunciada intenção de afastar as regras de alternância democrática e assim se perpetuar no Poder.

É um Programa que fecha os olhos às novas realidades do Portugal de Abril. É um Programa que assenta em valores do passado de que o povo português começou orgulhosamente a libertar-se em 25 de Abril de 1974 e que não quer ver retomadas na sua Pátria.

O MDP/CDE recusa frontalmente um tal Programa de Governo ou, com mais propriedade repetindo, uma tal filosofia de governação.

Apoiará, votando favoravelmente, as moções de rejeição do Programa apresentadas, respectivamente, pelos grupos parlamentares integrantes da FRS e pelo grupo parlamentar do PCP.

Mas, porque considera a gravidade do projecto governamental para o País, para o regime democrático e para a vida dos Portugueses, porque sempre tem actuado em coerência com o seu passado, primeiro de força antifascista, depois de força coerentemente empenhada no aprofundamento e na consolidação da democracia, o MDP/CDE apresentou uma moção de rejeição do Programa de Governo, assumindo-se em todas as ilações políticas de tal atitude.

Em 5 de Outubro passado a AD ganhou o direito a formar Governo.

Quando em 7 de Dezembro quis questionar o próprio regime democrático-constitucional, o povo português, numa manifestação impressionante de maturidade cívica e consciência democrática soube discernir, não repetindo mecanicamente o voto que fizera apenas dois meses antes.

Num momento circunstancial, mas decisivo, de confluência de esforços, os democratas, os cidadãos mais lúcidos, souberam erguer-se na defesa do verdadeiro espírito de Abril.

Que saiba a AD, finalmente, fazer a leitura humilde de tais resultados eleitorais.

As moções de rejeição vão ser obviamente derrotadas pela maioria parlamentar.

O VII Governo aí ficará legitimado, pelo percurso de todos os trâmites constitucionais para iniciar a sua acção governativa.

Tenha em conta, porém, que a autoridade e a legitimidade plenas não decorrem apenas de uma maioria de apoio nesta Assembleia. Decorrem ainda do respeito escrupuloso pelo ordenamento legal vigente, e acima de tudo da Lei Fundamental, e de uma acção que não seja uma permanente violação dos interesses do país e uma ofensa dos direitos e aspirações populares.

O povo português, tal como em 7 de Dezembro impediu o passo último da AD para encetar o ataque ao edifício constitucional, também agora não tolerará que o poder seja exercido como acto de subversão do regime democrático.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.

Entretanto assumiu o presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O governo da AD e os grupos parlamentares que o apoiam apareceram neste debate envengando o manto da concórdia.

Que diferença entre o verniz dialogante do Governo Baldeão e a confrontação primária do anterior Governo, dirigido por Sá Carneiro! Que entranha metamorfose se deu para que a AD mudasse de cara de um dia para o outro?

De facto é de espantar como é que uma tese e uma prática de confronto, mesmo ao nível de órgãos do aparelho de Estado burguês, deu lugar a esta súbita atitude de diálogo entre o Governo e os outros órgãos de soberania, entre a AD e a oposição.

Para a UDP são claros os motivos que levaram a AD a alterar a sua táctica. A derrota estrondosa da AD e do seu candidato nas eleições presidenciais obrigou a direita a refrear o seu triunfalismo golpista, e já que agora não pode governar contra Eanes, pretende governar com Eanes.

Mas esta necessidade de reajustamento táctico, imposta pela nova conjuntura resultante das eleições presidenciais de 7 de Dezembro, em nada altera o fundo da questão. E o fundo da questão é que este governo vai continuar a mesma política antipopular e antinacional do governo anterior. A questão fundamental é que este governo vai continuar a sua política de confronto aberto contra o movimento popular e os seus interesses, com a ajuda de Eanes.

O governo «AD» vai procurar aplicar a sua política antipopular com base no binómio demagogia/repressão. E estas afirmações não fazem parte da retórica de «cretinismo parlamentar», em que são pródigos tantos deputados — a maioria — da burguesia, afastados do povo e dos seus problemas.

As medidas apontadas no programa do Governo no que diz respeito ao movimento operário e sindical e a prática da «AD» confirmam o que atrás disse. São as exigências que o grande patronato impõe para limitar ao máximo a acção e a organização dos trabalhadores, assim como o seu poder de luta e de reivindicação.

Com as medidas que aponta, o Governo favorece a repressão nas empresas e as ilegalidades sobre os trabalhadores, para que aumentem os ritmos de trabalho e a exploração. A imposição de um tecto salarial pretendido pelo Governo, assim como a intenção de revogar a legislação favorável aos trabalhadores, de abrir o sector nacionalizado aos grandes capitalistas, e as ameaças veladas aos direitos constitucionais e democráticos dos trabalhadores mostram claramente quais os objectivos que o Governo procura alcançar.

Os trabalhadores sempre recusaram, pela luta e na prática, qualquer tecto salarial. O mesmo vão fazer com este. Os trabalhadores têm em si forças e capacidades para dificultar, travar e fazer retroceder a ofensiva reaccionário do governo do Dr. Balsemão. Vão lutar para que na contratação colectiva sejam consignados aumentos muito superiores aos 16 %, não permitindo o arrastamento e boicote da contratação, colectiva, opondo-se aos despedimentos colectivos, e encontrarão formas de luta para se oporem à contratação a prazo.

A UDP denuncia o grande esforço do Governo para amarrar os chamados parceiros sociais e acordos globais, numa tentativa ingloria de conciliar os interesses antagónicos.

Pautando desde já a sua política e a sua prática pelas dos seus amigos da CEE, o governo Balsemão procura impedir a luta dos trabalhadores pelos seus direitos e na defesa das suas conquistas. Esteja certo Dr. Balsemão, que somente os dirigentes reformistas lhe darão a mão. Os trabalhadores, esses, lutarão com a sua força e a sua combatividade contra os seus inimigos de classe.

Num Programa de 178 páginas, o Governo dedica ao importante sector da habitação 34 brevíssimas linhas. Este simples facto é, só por si, revelador da importância que o Governo atribui ao sector e ao angustiante problema da habitação. Mas o que é mais grave é que nessas poucas linhas nem sequer são apontadas quaisquer medidas que indiciem a solução do grave problema habitacional. Mais grave é o Governo reconhecer, de forma explícita, que não tem uma política de habitação consentânea com o 25 de Abril e com a Constituição da República.

Aliás, já a propósito da discussão do anterior Programa de Governo a UDP afirmou que aqui ele não tinha qualquer política de habitação; gera interesses, os seus e os dos especuladores imobiliários que o suportam. Na verdade, o Programa de Governo «AD» já não tenta agora camuflar uma pseudopolítica habitacional com algumas medidas demagógicas e de nulo alcance prático. O Programa reconhece, e de forma clara, que o sector da habitação sob a corrupta direcção do CDS, continuará entregue aos especuladores imobiliários, afinal àqueles que sempre têm acumulado lucros chorudos à custa da falta de habitação de centenas de milhares de portugueses.

Quanto à educação e cultura, o Governo simplesmente ignora o ensino primário, ou seja, o ensino obrigatório, que abrange 815 000 alunos, grande parte dos quais não pode ir para as escolas particulares, para onde decerto vão os filhos dos Srs. Membros do Governo e que, por isso, tão acarinhas são. Na realidade, todo o apoio é dado ao reforço da qualidade e prestígio do ensino particular isto é, todo o

apoio dos dinheiros públicos à iniciativa privada, que escolhe as orientações pedagógicas e confessionais que mais interessam à visão do mundo dos senhores capitalistas e que, ao mesmo tempo, aufera bons lucros.

De uma forma geral, o grande objectivo que passa pelo documento é o chamado desafio europeu; nada se refere quanto à afirmação da nossa identidade nacional, alicerçada nas melhores tradições populares da nossa história.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este governo não nos serve! Não serve ao povo nem ao País! Este governo vai ter uma vida curta! A sua permanência durante quatro anos na governação significaria o fim das conquistas de Abril e estariam em perigo as liberdades mais elementares.

Portugal transformar-se-ia, mais ainda, num paraíso para os grandes capitalistas e para toda a casta de especuladores, quando, pelo contrário, a vida dos trabalhadores seria um insuportável cortejo de sofrimentos e humilhações.

A UDP tem consciência deste perigo e por isso a nossa oposição, dentro e fora do Parlamento, será uma oposição frontal e sem tréguas.

A UDP não aceita e denuncia vigorosamente a tese da oposição construtiva e da chamada «alternância democrática», que o PS apregoa para capitular abertamente perante a «AD» e o seu projecto político.

Também o PC aqui tem manifestado a sua oposição à «AD», mas, no fundo, trata-se de uma oposição meramente verbal, já que o apoio que dispensa a Eanes e a paralisa que os seus elementos na CGTP permitem ao movimento popular constituem traços não de oposição, mas, objectivamente, de tolerância e capitulação frente a este governo.

As máscaras cairão quando os trabalhadores chegarem ao confronto com o governo e com Eanes. Então veremos como actuam certos oposicionistas que dizem combater a «AD».

É nas lutas e na resistência popular que a UDP coloca toda a sua esperança e certeza para alterar esta situação.

Desta tribuna, a UDP apela aos trabalhadores para se mobilizarem em torno de duas batalhas fundamentais: contra a revisão reaccionária da Constituição, para que a direita e a capitulação reformista não a mutilem naquilo que a mesma tem de mais progressista; contra o aumento do custo de vida e as nefasta consequências que esse aumento vai trazer para os trabalhadores.

Lutar contra a revisão reaccionária da Constituição tem para a UDP e para os trabalhadores um alto significado. É que a Constituição da República consagra importantes conquistas populares, que pela pressão da luta do povo nela foram consignadas. Mas, para a UDP, lutar contra a revisão reaccionária da Constituição passa, em primeiro lugar, pela defesa das conquistas de Abril: a Reforma Agrária, as empresas nacionalizadas, os direitos sindicais, as liberdades! É que não vale a pena andar-se a fazer demagogia verbal se, na prática, se deixa esvaziar o conteúdo real da Constituição.

É importante que as forças anti-«AD» não se vergem à chantagem da direita e não colaborem na revisão reaccionária, mais ou menos suave, da Constituição da República. O fundamental é que os tra-

balhadores, os democratas e antifascistas se unam, se mobilizem e organizem para que seja um forte movimento de opinião e de acção a tomar à sua responsabilidade o destino desta batalha que vamos travar.

Só este movimento de opinião e de acção tem condições para obrigar a «AD» a recuar, para impedir que Eanes atrele o PS à «AD», no fundo, para impedir que as conquistas de Abril sejam destruídas e a Constituição revista conforme a direita quer.

Outra grande bandeira que a UDP levanta é a luta contra a carestia. É necessário impedir a aplicação da política da miséria, da política dos pacotes, do tecto salarial, do congelamento dos contratos colectivos, dos aumentos de preços. Para isso é necessário acabar com a acalmia e com a podre conciliação que a maioria do secretariado da CGTP está a impor aos trabalhadores, dando campo de manobra ao Governo e à central do patronato, a UGT. A luta contra a revisão da Constituição e contra a carestia constituem as grandes trincheiras da luta em que os trabalhadores hoje se devem apoiar.

Com a certeza da vitória, consciente das dificuldades, a UDP caminhará na primeira fila da luta e da resistência; assim o governo «AD» terá os seus dias contados, assim retomaremos os caminhos da liberdade, da esperança, os caminhos de Abril.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Ao longo do debate, maioria parlamentar e Governo pareceram mais preocupados em falar para as suas próprias bancadas, mais preocupados em testemunhar a unidade da Aliança Democrática, a solidariedade que liga os partidos que a constituem e o Governo, do que em defender, face à oposição, o seu projecto e o seu Programa. Oscilando entre a advertência ríspida e o conselho generoso, mas nem por isso escondendo uma certa insegurança, o Sr. Primeiro-Ministro terá querido liminarmente dissipar quaisquer dúvidas — quem sabe se por ele partilhadas — quanto à solidariedade entre partidos da maioria parlamentar e Governo. A Aliança Democrática disse-nos o Sr. Primeiro-Ministro — a nós, oposição — «encontra-se unida e permanecerá unida». E disse-nos mais, mas para a maioria parlamentar ouvir que: «ninguém — nenhum membro do Governo, nenhum deputado, nenhum dirigente partidário, nenhum militante — deseja assumir perante o País a terrível responsabilidade histórica de propor, ou promover, a sua divisão e dissolução.» E, quase à guisa de conclusão, foi acrescentando ainda: «a oposição que não conte portanto com a nossa ajuda», para terminar lembrando aos partidos da Aliança Democrática que lhes não faltaria com a moção de confiança, a cujo voto se não poderiam subtrair e com cujo voto se haveriam de ligar expressamente, sem margem para dúvidas ou devaneios, ao Governo e ao seu futuro.

Pois bem: é caso para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, pedindo desculpa se porventura a expressão lhe surgir demasiado vulgar: que mosca lhe mordeu, Sr. Primeiro-Ministro? Em quem terá descortinado o sombrio designio de minar a unidade da AD?

Na Frente Republicana e Socialista? Não creio. Ainda quando de tal o tivessem querido convencer, a sua perspicácia ter-lhe-ia evitado cair no logro. Na maioria parlamentar? Seria, no mínimo, bizarro e convenhamos que, no mínimo, inquietante para o Sr. Primeiro-Ministro.

Mas já agora seja-me permitido que, também liminarmente, sossegue o Sr. Primeiro-Ministro, ao menos no que a nós e à Frente Republicana e Socialista possa dizer respeito. A nossa aposta não é no desagregar da Aliança Democrática. A nossa aposta é, continua a ser, no projecto da Frente Republicana e Socialista. Dele não abdicamos e, não abdicando dele, não é com qualquer dos partidos da maioria parlamentar que contamos para o levar à prática. Como não é a partir de qualquer novo arranjo das diferentes forças partidárias no quadro desta Assembleia que aceitaremos assumir responsabilidades directas ou indirectas de governo. A nossa posição nesta matéria é simples e clara. A composição da Assembleia resultou da opção do eleitorado face às propostas que lhe foram feitas. Quaisquer outras propostas, quaisquer outras maiorias, implicam uma nova consulta, sob pena de se estar a subverter a escolha que o eleitorado fez. Acreditamos na capacidade mobilizadora do projecto da Frente Republicana e Socialista, e estamos certos de que ele corresponde aos anseios e aos interesses da maioria do povo português e, como tal, estamos certos de que virá a ter o apoio dessa maioria.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Virá a tê-lo, perdidas que sejam certas ilusões. É aí, mas só aí — no desfazer dessas ilusões — que contamos com a ajuda involuntária e desinteressada do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou retomar a larga cópia de críticas ao Programa de Governo aqui trazidas pelos meus camaradas de partido e pelos meus camaradas e companheiros da Frente Republicana e Socialista. Mas valerá talvez a pena, no momento em que se aproxima o encerramento deste debate, lembrar não que somos oposição — ninguém o duvida —, mas as razões da nossa oposição. Razões que estão muito para além das críticas pontuais a este ou aquele aspecto do Programa de Governo, muito para além das discordâncias, porventura meramente quantitativas, a propósito desta ou daquela medida preconizada, por este ou por aquele Ministro. Razões que se fundam na existência de dois projectos políticos radicalmente antagónicos: o projecto da Aliança Democrática e o projecto da Frente Republicana e Socialista.

Que certas vozes da maioria se esforcem por ocultar esta realidade, evitem reconhecer que discordâncias, ou mesmo acordos pontuais, têm que ser entendidas à luz de uma oposição de fundo e nessa oposição de fundo encontram o seu verdadeiro significado, compreende-se. E compreende-se porque reconhecê-lo seria reconhecer, do mesmo passo, o entendimento diverso que pode ser feito de expressões formais da democracia, a leitura diferente que pode e deve ser feita de certas afirmações de princípio, e, a partir daí, reconhecer a necessidade de procurar o sentido autêntico que essas expressões e essas afirmações assumem no discurso da maioria parlamentar e

do Governo. Porque não é, em verdade, o afirmar da busca de certos objectivos, o proclamar — quantas vezes ao sabor da conjuntura — o apego a determinados valores que bastam para definir os contornos e, menos ainda, a natureza de um projecto político. Importa, para isso, procurar, muito além das palavras, o conteúdo que em cada caso essas palavras querem traduzir ou tentam esconder. E é assim que a diferença entre o projecto da AD e o projecto da Frente Republicana e Socialista se não há-de buscar no propósito igualmente proclamado da construção de uma sociedade onde o pluralismo, a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão, sejam valores essenciais; nem na intenção igualmente afirmada de uma maior justiça social, nem tão-pouco ainda no compromisso, na aparência igualmente assumido de libertar o indivíduo de todas as tutelas. A este nível, aliás, nada ou quase nada distinguiria os projectos das diferentes forças políticas. A diferença está em que para nós os valores da liberdade e da democracia não se esgotam nem se efectivem plenamente no formalismo das instituições.

A Sr.ª Teresa Santa Clara Gomes (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — A diferença está em que para nós esses valores só o são e só são valores universais — e não um privilégio — quando estejam não apenas formalmente garantidos, mas realmente ao alcance de todos. A diferença está em que para nós a justiça social se não atinge por mero acréscimo no seio de um sistema em que o lucro é o critério último de todas as escolhas e o crescimento um fim em si mesmo, nem por ajustamentos parcelares das assimetrias mais gritantes e que, ditados pela racionalidade do próximo sistema, visam, em última análise, não corrigi-lo, mas perpetuá-lo. A diferença está e em que nós, libertar o indivíduo de todas as tutelas significa libertá-lo não apenas das tutelas institucionais, não apenas das tutelas mais ou menos aparentes, mas também, se não sobretudo, das que são ditadas pelas diferenças de poder económico, pela hegemonia cultural das classes dominantes, pelo caciquismo imposto por uma tradição obscurantista cuidadosamente cultivada.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — E essa libertação não se alcança por meras petições de princípio, mas pela criação de condições que permitam a cada um a participação autêntica no devir colectivo.

Em poucas palavras diria que a diferença está em que para nós, UEDS, para nós, FRS, tão importante quanto garantir o respeito formal pelos valores fundamentais da democracia é criar condições para que sejam uma realidade. E essas condições vão-se criando na justa medida em que se for consumando a libertação do homem de todas as tutelas, libertação que só se alcança na caminhada para a democracia económica, porque liberdade, justiça social, participação colectiva, constituem parcelas de um todo, que só nesse todo se podem firmar.

E é talvez este entendimento do significado da palavra democracia, um modo de julgar a democraticidade dos sistemas, que se não queda nas aparências

mas procura ir além delas, que nos leva a recusar, sem dúvida, todas as formas de «democracia tutelada», mas nos obriga também a reconhecer que a nossa democracia, com todas as limitações — não de ordem institucional, mas decorrentes da estrutura sócio-económica que é ainda nossa —, foi ao longo destes anos muito mais democracia que muitas democracias que por esse mundo fora mereceriam da maioria parlamentar o qualificativo de «democracia plena»

Vozes da UEDS, do PS e da ASDI: — Muito bem!

O Orador: — Como nos obriga a recusar não apenas as tutelas militares, mas igualmente as tutelas, ainda que menos evidentes, dos grandes grupos económicos, dos interesses oligárquicos.

Não é, pois, para nós, pela afirmação repetitiva do respeito pelos princípios da liberdade e da democracia, nem pela garantia formal desse respeito, que se pode medir o sentido autêntico de um projecto político. O reafirmar desses princípios e a sua garantia formal podem bastar à boa consciência de muitos, enganados que são pela ficção jurídica do homem livre, escravo, no entanto, ao longo da sua vida do meio sócio-cultural e das relações e produção a que a sua classe o predestinou. Mas quando um punhado de privilegiados detém o poder económico e através dele todos os outros, a democracia política transformou-se num lamentável logro e sob a máscara de instituições tolerantes acaba por se exercer uma ditadura de classe, não menos real que muitas outras que como tal se assumem, mesmo se os seus modos são mais elegantes e os seus disfarces mais subtils. É esta outra dimensão da democracia, o propósito de caminharmos para ela no aprofundamento constante das condições de exercício da liberdade e da participação colectiva que defende a individualiza o projecto da Frente Republicana e Socialista.

Diz-me-ão os sedentos de modernidade, os que acobertam por detrás do modernismo das palavras a velhice dos propósitos e o antigo dos conceitos, que é um projecto velho e ultrapassado. Como se a exploração e a opressão em que se caldeou e forjou o ideal do socialismo e da democracia fossem elas realidades velhas e ultrapassadas. Como se o socialismo e a democracia não fossem afinal, acima de tudo e antes de tudo, um imenso anseio colectivo de justiça social, tão velho, é verdade, quanto é velha a exploração do homem pelo homem, mas tão dos nossos dias quanto é dos nossos dias essa exploração.

Apausos da UEDS, do PS, da ASDI e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Deste sétimo debate de um Programa de Governo na nova democracia portuguesa não esperávamos grandes novidades, e não as tivemos. Nele, todavia, ressalta a situação política portuguesa, e esse é o principal traço positivo a destacar. Este debate não decorreria assim se Governo e oposição não tivessem a garantia do integral respeito

pela Constituição e pelas regras democráticas que resulta das eleições presidenciais de 7 de Dezembro.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Este debate não teria a serenidade que teve se o povo português não houvesse mais uma vez demonstrado, depois de uma tragédia chocante, após um ano de ataques vários ao regime democrático, numa situação de altas generalizadas de preços com que teve de começar a pagar a repressão da inflação no ano passado, que a democracia é já um hábito enraizado na sociedade portuguesa e na nossa civilização. A democracia exerce-se, as instituições funcionam. Abril vive e melhor poderá viver se para isso firmemente lutarmos.

Outra lição do debate é que as posições políticas da AD e da FRS saem daqui plenamente clarificadas. E a clareza é sempre um requisito primeiro das relações políticas. Assume-se este governo como herdeiro e continuador do anterior executivo da Aliança Democrática e do seu projecto conservador. Bastaria isso para que a partir da nossa proposta social-democrática, com total clareza, nos assumíssemos integrados na FRS como oposição firme, frontal e afirmativa a esse projecto. É à luz das nossas próprias alternativas, expressa por último no programa eleitoral da FRS, que julgamos flutuante e inadequada a estrutura do Governo, discutível a sua composição e, sobretudo, inaceitável o seu Programa. Não pedimos ao Governo que execute o nosso programa, até porque seria incapaz de o fazer e estragá-lo ia por cento; exigimos que execute o seu Programa, vincando que nada temos a ver com ele e que a ele somos, dentro do quadro da FRS, alternativa global.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Nesta base e só nela tem sentido o diálogo democrático, ao qual sempre estivemos abertos e para o qual nos reafirmamos dispostos em todo o tempo e em qualquer lugar.

Num Programa de que profundamente discordamos dois traços ambigamente positivos podem ter ressaltado ao longo da discussão já feita pelos meus companheiros e camaradas da FRS

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Ah!

Vozes do PSD: — Camaradas!?

O Orador: — As bancadas da maioria parecem ignorar que a palavra «camarada» é um tratamento normal entre socials-democratas de todo o mundo.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Orador: — Primeiro: a continuidade em relação ao VI Governo não impede que reconheçamos no governo Francisco Balsemão um estilo mais moderado, mais aberto e mais dialogante. Ele é como que a tradução em linguagem moderna do programa primitivo da AD, como que a veste liberal de uma proposta essencialmente de direita. Mas ficamos à espera do possível desenvolvimento das expectativas vagas que assim foram criadas na opinião pública e no País

e que o Programa de Governo não confirma. Esperamos para ver se se concretiza ou não a sugestão do abandono de uma política externa de sistemático estímulo ao confronto internacional num mundo em crise, exigindo uma firme política de defesa dos interesses nacionais, com prioridade para a paz e a cooperação com os nossos parceiros preferenciais e sujeita ao objectivo de contribuir para a construção de uma nova ordem internacional. Esperamos para ver se se concretizam as esperanças criadas de uma política de comunicação social que ponha cobro ao facciosismo, a semianalfabetismo, à falta de qualidade cultural e cívica, à manipulação nas raias da antideocratia a que assistimos, em especial, na rádio e na televisão, do Governo.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Esperamos para ver se vai acabar a política cultural de arbitrariedade e capricho para começar, enfim, uma política de produção de iniciativas que seja aberta, coerente e inteligente. Esperamos para ver se o Governo vai, enfim, respeitar elementares direitos democráticos, por exemplo, revogando a lei que lhe permite exonerar sem fundamentação os gestores públicos por simples conveniência de serviço. Esperamos para ver se a cessação dos conflitos sistemáticos com o Presidente da República representa o fim de uma política de destruição por dentro do sistema democrático, ou uma mera trégua temporária. Esperamos para ver se vão, enfim, ser criadas condições para dignificar o parlamentar para um diálogo claro entre Governo e oposição, em especial sobre os grandes problemas do Regime, para o esclarecimento público com verdade e competência de questões fundamentais para o nosso futuro, como a adesão à Comunidade Económica Europeia, em que sistematicamente se tem mantido o povo português desinformado da situação real. Esperamos para ver se apesar da ligeireza com que o Governo se pronuncia sobre a questão da revisão constitucional, que como órgão lhe não compete apreciar será possível contar com o abandono de veleidades inconstitucionais propostas pelo anterior governo, tais como a proposta de lei do referendo.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Esperamos, enfim, para ver se a manipulação de dados sobre a situação económica e financeira com objectivos eleitoralistas vem sendo desmentida pelos factos que o povo português viveu no final do ano, vai dar lugar ao esclarecimento sereno, rigoroso e sem manipulações da nossa real situação económica e financeira, que os Portugueses sentem em cada dia nos aumentos de preços, no desemprego, na falta de casas, que é bem diferente da propaganda oficial. Eis algumas mudanças substanciais que mais do que mudanças de linguagem poderiam ser positivas. F que não basta acenar com uma nova imagem, há que confirmá-la na prática. Pelos frutos saberemos se este governo é mais do que o velho vinho que conhecemos em odres novos. Pois, se o for, depressa os odres da linguagem rebentaram e a realidade virá ao de cima.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Um segundo aspecto ambigamente positivo será a prioridade que o Programa de Governo se diz atribuir a uma política de desenvolvimento. Para nós essa política integra certamente a necessidade de modernização e integra a necessidade de crescimento material, mas sem a criação de condições para a satisfação das necessidades básicas e a crescente satisfação das necessidades sociais, sem o aumento da justiça social e da igualdade, sem profundas reformas da estrutura social, não há uma política de desenvolvimento. Ora, do Programa concluímos que o ataque ao sector público produtivo e a serviços públicos essenciais, o apelo — embora vago — para transformações dos sistemas de impostos que o tornem mais degressivo do que em muitos casos já é, a ideia de libertação sem freios dos grandes grupos económicos sem referência expressa ao controle político democrático, tudo isto aponta para um modelo desenvolvimentista de crescimento meramente material e não para um modelo de desenvolvimento social global que torne Portugal um país cultural, social e politicamente desenvolvido e democrático. O nosso modelo de desenvolvimento não é o que se contém no Programa de Governo, a palavra pode ser a mesma mas a conceção que temos é inteiramente diversa.

Mas se estas são ambiguidades do Governo e do seu Programa, em outros domínios nenhuma ambiguidade é possível. Desde logo destaca-se a pobreza do Programa em bom número dos seus capítulos. Nele não se contém, como já foi demonstrado, nenhuma política económica global, não se enunciam prioridades, não se definem objectivos precisos, não se traçam estratégias coerentes. Mas, no entanto, não se coíbe o Governo de propor a fixação de um tecto salarial parcial de 16% quando os preços vão aumentar realmente mais do que isso, sendo certo que a repartição do rendimento já é altamente desfavorável aos trabalhadores. Tudo aquilo que representa restrição dos direitos dos trabalhadores, talvez por imposição de alguns sectores dentro da AD, vem bem claro no Programa. No resto o texto é constituído por um conjunto vago de afirmações sem concretização de medidas. Parece apenas que é aquilo que resulta dos anteriores seis programas de governos com a expurgação de todas as medidas concretas com vista a que nenhum compromisso claro seja tornado perante o povo português. Não é um programa de governo é um cheque em branco ao Governo, por nós não o assinaremos.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Apresenta-se o Governo como libertador da sociedade civil e promotor da democracia plena. Não são palavras que possam ser usadas ou entendidas ligeiramente e também elas foram aqui largamente discutidas e por isso importa ver se têm um conteúdo concreto e real ou se à sua sombra se pretende apenas fazer passar medidas, que não se concretizam claramente, que visam favorecer interesses designadamente de grandes grupos económicos.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Em parte nenhuma do mundo existe uma democracia que possa orgulhosamente intitular-se de democracia plena. Também nós comungariamo-

no sentido de que a nossa democracia, na fidelidade ao espírito de Abril, se fosse aprofundando cada vez mais nos domínios institucionais ou formais e nos domínios reais e assim se fosse tornando plena: pelo estabelecimento de condições crescentes de real descentralização e regionalização, pela criação de medidas que aprofundassem a democracia económica social e cultural, pelo crescimento da justiça social e da igualdade, pelo funcionamento do Estado, dos seus meios de comunicação e das suas empresas ao serviço de todo o povo e gerido pelos mais competentes e, claro também, pela sujeição das forças armadas e militarizadas ao poder político democrático, o que não é dizer o mesmo que ao Governo.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Não é claro que ao falar de democracia — que por nós plenamente aceitámos —, do Programa de Governo resulta, pelo contrário, que a uma bela expressão corresponde uma cláusula vaga ou uma exigência concreta que nada tem a ver com o conceito de democracia real que importa implantar em Portugal.

O Sr. Mário Cal Brandão (PS): — Muito bem!

O Orador: — Também é lícita alguma desconfiança quanto à libertação da sociedade civil que, como já foi sugerido, pode ser apenas a libertação de algumas sociedades comerciais. É que a expressão é usada sobretudo para atacar o Estado e o sector público produtivo, para defender a reprivatização de actividades, para tomar uma atitude equívoca — que gostaríamos de ver aqui esclarecida — acerca da abertura da banca aos grupos económicos privados, para não afirmar claramente o controle do poder político democrático pelo poder económico dos grandes grupos. Temos para nós que a libertação da sociedade civil passa pelo pleno respeito pela propriedade privada e pela criação de condições abertas de competitividade à iniciativa privada, se forem respeitadas a respectiva função social e sem prejuízo do fortalecimento do sector público e dos sectores social e cooperativo.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Mas a libertação da sociedade civil — se se quiser usar a expressão — não se esgota nisto antes há-de integrar a efectivação dos direitos de participação e controle dos trabalhadores, a criação de condições de intervenção para as organizações de base, a efectivação dos direitos de iniciativa e criatividade cultural, política, social e económica de todo o povo, a subordinação do poder económico ao poder político democrático, a redistribuição de poderes dentro da sociedade, se não estaremos a repetir velhos chavões anacrónicos de um liberalismo ultrapassado, não estaremos a apresentar uma proposta de futuro para a sociedade civil portuguesa.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Importa perguntar: o que fez o Governo do projecto que se continha no programa anterior de reconstrução do Estado? Dá-lhe o Governo o

sentido de limitar o poder do Estado face aos grandes grupos económicos, face às grandes multinacionais, apontando para a reprivatização da economia e da sociedade portuguesa ou abandona-o considerando que está realizado, quando todos nós sabemos que não está?

Estas são algumas perguntas de fundo que devem ser respondidas para sabermos se, ao usarmos algumas belas fórmulas, estamos realmente a dar-lhes um conteúdo libertador para todo o povo português ou se estamos a falar da liberdade de alguns privilegiados que aliás sempre foram livres e sempre souberam talhar as suas áreas de liberdade.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Governo apresenta-se com um programa que aqui manifestamente denuncia a sua própria pouca confiança quanto à capacidade que terá para governar durante a legislatura, é quanto muito um programa para um ano e não é um programa para quatro anos. O Governo durará o tempo que durar a coesão da sua base parlamentar de apoio, poderá ser um executivo de transição para um partido AD ou de transição para a criação de futuras alternativas, em todo o caso o Governo é um instrumento de realização de um projecto que o povo português em eleição há-de confrontar com o projecto de que nos reclamamos, o da FRS, e que é alternativa global às suas propostas e aos interesses que basicamente se propõe defender

Pensamos que este Governo não vai conseguir ser um governo de legislatura, mas esse é um problema interno e da sua base de apoio. Por nós somos e mantemo-nos claramente oposição social-democrata a um governo conservador-liberal.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Oposição significa, em nosso entender, alternativa global — o que somos integrados na Frente Republicana e Socialista —, oposição significa, em nosso entender, a partilha clara, designadamente na Assembleia da República, do poder político democrático e entendemos que deve haver uma consonância institucional entre o Parlamento e os outros órgãos de poder que, pelo Governo designadamente, devem ser dotados de meios para exercer as funções altíssimas que lhes cabem. Somos oposição clara mas no âmbito da solidariedade imposta pela Constituição da República. Oposição é, enfim, abertura ao diálogo democrático na clareza de propostas alternativas que não devem confundir-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Certamente a nossa disposição ao diálogo democrático nas condições de clara frontalidade na alternância de projectos é a garantia de que este governo terá neste Parlamento a solidariedade institucional, não para realizar o seu projecto, mas para realizar os interesses do povo português. Por isso não nos separamos de Portugal, não nos separamos da democracia.

Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Ribeiro Teles.

O Sr. Ribeiro Teles (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Ao dirigir-me pela primeira vez, nesta legislatura, ao Plenário do Parlamento, cumpre-me em primeiro lugar saudar os representantes democraticamente eleitos pelo povo português, sobre cujos ombros recaem, neste momento, enormes responsabilidades devido às profundas transformações que se verificam no mundo e atingem, muito especialmente, o nosso país.

O VII Governo Constitucional, apoiado na maioria parlamentar da AD, apresenta um programa que deverá nortear a sua acção durante os próximos quatro anos. Acção que se deseja eficaz e competente. Um governo para quatro anos exige, no entanto, uma visão global e integrada dos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento do País, à afirmação cultural da identidade nacional, à melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

O mundo atravessa — como dissemos — uma época de profundas transformações.

O crescimento económico dos países desenvolvidos — devido em grande parte ao baixo preço do petróleo, durante muitos anos, e de outras matérias-primas — permitiu o bem-estar social e económico de amplas camadas populacionais desses países, mas provocou, por outro lado, flagrantes e terríveis assimetrias entre nações, regiões e povos. A morte prematura, a doença pertinaz e, agora, a fome generalizada em vastas áreas do globo caracterizam o chamado Terceiro Mundo. A justiça social é pois reclamada por milhões de seres humanos, sem que se antevêja uma proposta eficaz, se se teimar em prosseguir com a mesma política, a nível mundial, que promove o crescimento económico de alguns países e regiões à custa de outros cuja capacidade de suporte da vida humana vai, por isso, diminuindo constantemente por degradação das culturas ancestrais e destruição de potencialidades sensíveis — umas e outras indispensáveis ao progresso da humanidade.

Apesar de a nossa dimensão, no que diz respeito a recursos naturais a nível do planeta, não ser significativa, este Governo não pode esquecer a grave situação mundial e deverá procurar contribuir para uma maior justiça entre os povos da Terra, especialmente no que diz respeito a condições e perspectivas de vida, segurança social, defesa e valorização da identidade cultural própria de cada nação e povo, liberdade e direito à autodeterminação e à gestão dos recursos dos respectivos territórios.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: É nesta conjuntura mundial, a que não podemos nem devemos ser estranhos, que o VII Governo vai governar durante os próximos quatro anos. Nós não podemos ser estranhos às medidas, orientações e novas diretrizes políticas que infalivelmente hão-de procurar eliminar os erros do passado e construir o futuro. No entanto, se os novos recursos pouco poderão, em termos quantitativos, contar para a resolução dos

problemas mundiais em termos imediatos de resposta às maiores necessidades — alimentos, petróleo e minérios —, já o mesmo não podemos dizer em relação à situação geopolítica do nosso país, incluindo as ilhas atlânticas, no que diz respeito à paz. De facto, da nossa independência, liberdade e desenvolvimento justo, bem como dos nossos vizinhos, Espanha e Marrocos, dependem a segurança da Europa e a liberdade do Atlântico. Não é de mais salientar também que, com aquelas nações, temos laços e afinidades históricas e culturais que é necessário realçar e aprofundar para que se torne efectiva e necessária a articulação em termos de geopolítica mundial.

A responsabilidade que Portugal tem com o povo de Timor, enquanto este não obtiver a plena liberdade de escolha do seu futuro, não pode ser entendida como conluio com forças políticas expansionistas, mais interessadas no alargamento de domínios e conquista de posições que nada têm a ver com a autodeterminação dos povos, mas, antes pelo contrário, sugerem novas novas formas de totalitarismo e colonialismo.

A nossa responsabilidade é, pois, de tudo fazer para que os timorenses tenham acesso à autodeterminação em condições de liberdade e pluralismo e nunca de entregá-los, ou à potência que agora os coloniza, ou à sanha ditatorial de movimentos totalitários alegada e abusivamente autoproclamados representantes exclusivos do povo de Timor.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portugal está, hoje, incluído nos chamados NPI — novos países industrializados —, cujas características económicas e sociais correspondem a diferenças abismais quanto a condições de vida entre as áreas onde incidiu essa política de crescimento económico e as regiões periféricas, exploradas e despovoadas por tal política. As consequências de uma política de crescimento económico, visando exclusivamente o aumento cego do produto nacional bruto, são no nosso país análogas às que existem, à escala mundial, entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos.

A entrada de Portugal na CEE obriga-nos a refletir sobre estes dois aspectos.

Em primeiro lugar, a CEE não está isolada no mundo e tem de procurar relacionar-se com os fornecedores de matérias-primas, permitindo-lhes um consciente desenvolvimento económico, social e cultural e a valorização dos seus recursos naturais e humanos. Este novo sistema de relações obrigará a uma modificação nas políticas económicas dos países da CEE, modificação que já está a verificar-se.

Nós caminhamos para uma comunidade, onde iremos encontrar uma atitude diferente perante o Terceiro Mundo. Trabalhar para essa modificação e adaptarmo-nos às novas circunstâncias é não só uma questão de justiça social mas também uma prova de inteligência.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, em segundo lugar, há ainda a considerar que só poderemos contribuir eficazmente

para a Europa e para o bem-estar, segurança e futuro do nosso povo se nessa contribuição estiver incluída uma política de desenvolvimento social, cultural e económico do País e não uma política de cego crescimento económico que exportaria para o estrangeiro os produtos provenientes do trabalho dos portugueses e da delapidação dos recursos do nosso território e do nosso mar, aumentando as assimetrias regionais já existentes. A entrada na CEE deverá, por conseguinte, beneficiar todo o país e o povo em geral.

Este Governo vai, portanto, prosseguir numa política de desenvolvimento e negar uma política cega de mero crescimento económico, cujos apoios e razões serão definitivamente arredados da cena política portuguesa. O futuro que rapidamente se aproxima de nós, e já é dos nossos filhos, será determinado não mais exclusivamente pelas relações entre o capital e o trabalho, mas sim pelos verdadeiros factores da produção que já são hoje a energia e a informação.

As duas grandes alavancas do progresso ao dispor das comunidades são o sol e a massa cinzenta dos homens. Quanto ao sol, a natureza foi pródiga connosco, mas a massa cinzenta terá de ser permanentemente trabalhada através da cultura, da ciência e da técnica, da informação que preside às transformações indispensáveis à existência de um progresso à escala do homem.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Só o desenvolvimento da informação poderá fornecer meios de enfrentar os grandes problemas que afligem a humanidade, como a fome e o desemprego, através da melhor utilização dos recursos de que dispomos, aumentando as suas potencialidades e evitando a destruição da respectiva capacidade de regeneração das que são renováveis.

De facto, como diz o Programa de Governo, os Portugueses exigem uma prática governativa realista, pragmática e objectiva, norteada por uma clara consciência dos interesses nacionais, num quadro internacional de crise generalizada.

Há que aproveitar de uma forma racional todos os nossos recursos, mesmo aqueles que estão a ser sistematicamente destruídos ou em vias de abandono. A modernização de Portugal, pretendida pelo governo da AD, terá de se basear na cultura, na história, na ciência e na técnica, isto é, na informática e no desenvolvimento das potencialidades da inteligência humana.

Será de novo o encontro do homem com a Terra, encontro que permitirá a transformação dos termos convencionais da economia, de maneira a poder-se garantir a perenidade da Cultura e das potencialidades produtivas. Não é apenas o benefício de uma camada social, de uma região ou mesmo de uma geração que está em jogo, mas sim a construção de uma nova economia, que deverá ser o sustentáculo das comunidades instaladas nos territórios, que vão construindo um espaço cultural, social e económico de que depende a conquista de metas de maior bem-estar e dignidade e a confiança no futuro. Só uma política autêntica de desenvolvimento regional poderá motivar os portugueses para actividades profícias que melhorem o bem-estar, garantam a segurança, viabilizem as pers-

pectivas de um futuro digno para todas as comunidades que constituem o nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Uma política de desenvolvimento regional só atingirá os seus objectivos se for acompanhada da descentralização das fontes de energia e de uma política de poupança e optimização do consumo energético. A necessária industrialização das regiões deverá também atender a estas determinantes e aos objectivos sociais de criação de emprego.

Mas é na agricultura que o Governo deverá aplicar muito do seu esforço de modernização procurando melhorar o nível de vida do mundo rural, aumentar a produção agrícola, a diversificação cultural e o fundo de fertilidade do espaço agrícola. A subida do preço dos alimentos que importamos será uma constante tão importante — ou mais — para a nossa economia, como é a subida do preço do petróleo. Há que pôr um travão a esta grave situação que compromete o futuro dos Portugueses. Esse travão só será possível através do desenvolvimento equilibrado da agricultura, da promoção do nosso sector rural de uma gestão racional da zona económica exclusiva. Mais que aumentar a produção de determinados bens à custa de grandes dispêndios energéticos e da delapidação dos solos, há que encontrar soluções de equilibrado balanço energético, que garantam a permanência e promoção das populações rurais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A política florestal do VII Governo tem que estar de acordo com o programa da Aliança Democrática e, consequentemente, defender que a floresta deve principalmente servir de complemento e protecção da agricultura a não ser uma forma de exportação do solo pátrio para o estrangeiro.

Aplausos do PPM e do PSD.

Não foi ainda possível concretizar-se, na formação do VII Governo, a profunda reforma de estruturas, no que diz respeito a competências e áreas ministeriais e à coordenação e descentralização dos serviços estatais, como já o exige a actual situação do nosso país e com bastante mais força o exigirá o futuro imediato. Procurou-se, no entanto, desde já dar passos importantes na resolução dos problemas provocados pela desordem que se verifica na distribuição das diferentes actividades pelo território, no aproveitamento dos recursos naturais, na delapidação dos valores da paisagem e dos suportes biofísicos de que depende a permanência e a valorização das potencialidades, no desperdício do investimento e do trabalho, aspectos que se traduzem, em última análise, na degradação da nossa cultura e da nossa identidade nacional. Da maneira como o VII Governo integrar o ordenamento do território na sua multiplicidade de aspectos quanto a produção, conservação, protecção e recuperação, resultará o êxito, que todos esperamos, quanto ao desenvolvimento do nosso país e à válida integração na CEE.

Uma política de desenvolvimento económico, social e cultural não se pode concretizar sem a constante

avaliação e inventariação dos recursos e dos valores do território e sem que se verifique, a diferentes escalas, uma acção coordenada e integrada de ordenamento territorial. Acção que deverá envolver as freguesias, os municípios e as regiões em todo o país. Há que estabelecer os sistemas de informática e os apoios técnicos necessários para que não mais o abuso, o desleixo, o desperdício, a degradação e a especulação dominem o processo de humanização das paisagens do futuro que já pertencem aos nossos filhos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Julgamos indispensável que o Governo encare frontalmente o problema da falta de habitação. Em primeiro lugar, deverá promover-se a recuperação do parque habitacional existente, evitando a sua demolição. Não podemos continuar a assistir, desde as primeiras cidades do País até às mais remotas aldeias, à demolição e degradação de edifícios e conjuntos urbanísticos de significado cultural e histórico.

A Sr.ª Ercília Talhadas (POP): — E o Abecasis?

O Orador: — Em segundo lugar, há que promover um urbanismo de qualidade, integrado num racional ordenamento do território, sem concorrer com outras vocações do espaço físico. Entendemos por urbanismo de qualidade aquele que se insere na escala humana do já existente, aquele que não provoca excessiva concentração demográfica, aquele que permite economicamente a construção das infra-estruturas básicas e sociais indispensáveis, aquele que garante, através da construção dos espaços verdes e livres, um viver saudável.

Em matéria de justiça, o Programa do Governo é, sem dúvida, muito ambicioso, abordando praticamente na sua totalidade os graves problemas com que nesse domínio o País se debate. Neste aspecto, julgamos dever salientar a projectada revisão do direito de família e as leis de defesa social e de protecção do consumidor e do ambiente, para além da prometida simplificação do processo civil.

O VII Governo constitucional propõe-se cumprir o Programa da Aliança Democrática. Nesse programa, a contribuição das ideias do PPM, que, no actual circunstancialismo, são concretizáveis, definiram algumas áreas que nos são caras.

O Governo vai cumprir o Programa da AD e por isso tem o apoio da maioria parlamentar. O Grupo Parlamentar do PPM vai, portanto, recusar as moções de rejeição do Programa apresentadas pelas oposições.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate sobre o Programa do Governo «AD»/Balsemão que agora concluímos confirmou plenamente a irremediável fragilidade deste Governo e os perigos que representa para o regime democrático e para o povo português.

Este Governo traz a marca da clamorosa derrota da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Ainda não se recompuseram da ressaca?

Risos gerais.

Constitui um tentativa da coligação governamental para se adaptar às condições em que é obrigada a conviver e a chegar a um mínimo de entendimento com o Presidente da República que ferozmente combateu e quando é forçada a moderar o discurso, a excluir do elenco governativo proeminentes falcões do executivo anterior e a substituir a atitude de ostensiva arrogância e intolerância por uma aparente abertura ao diálogo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não espanta, por isso, que no processo de formação do VII Governo, na composição finalmente encontrada e à volta da política e da prática que se propõe seguir se testemunhem e manifestem, mais ou menos abertamente, atritos, rivalidades, conflitos e contradições entre barões e clãs no interior da «AD» e dos partidos que a constituem, especialmente no PSD.

O Sr. Teodoro da Silva (PSD): — Não se meta na vida alheia!

O Orador: — São indícios significativos da crise de sucessão e de recomposição da liderança e das chefiias em que a direita vai ficar mergulhada por muito tempo, quer as brigas no interior da CAP e no CDS em relação à CAP, no jeito do «zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades» dos criminosos planos de destruição da Reforma Agrária, quer as disputas entre os ex-grandes grupos monopolistas, com as suas fortes influências no Governo e nos aparelhos do PSD e do CDS, pela partilha do património do sector público que o Governo de Baldeão anuncia querer «libertar», isto é, pôr nas mãos dos grandes senhores do capital.

Mesmo no desenrolar do debate tivemos aqui na Assembleia da República curiosos afloramentos deste quadro da luta interna na «AD». Ouvimos um CDS que marca distâncias, que se reclama severamente da legitimidades de «julgar se sim ou não o Programa do Governo e a sua actividade estão de acordo com o projecto de acção política», que questiona sobre a «prioridade das prioridades», os prazos para a delimitação dos sectores, etc., e que vai ao ponto de querer sublinhar as diferenças de perspectiva contrapondo à «democracia plena» do Sr. Primeiro-Ministro, a «democracia avançada» deste CDS.

Risos,

Ouvimos outro CDS, glosador, obediente, incondicional, reverente, prodigalizando ao Governo «apoio total» que «não sofre quaisquer reticências». O encerramento do debate, e já a seguir, pode trazer-nos novas e curiosas revelações a respeito.

Curioso, sem dúvida, é o tempo que este Governo entendeu necessário para rever e remodelar o OGE

e o plano anual do ex-Ministro Cavaco Silva, anunciados como prontos pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e que o actual Governo só apresentará até 15 de Março. Curiosamente reveladora das preocupações do Primeiro-Ministro a respeito destas questões e questiúnculas internas da «AD» é ainda a maneira que encontrou para a elas se referir ao agitar perante cada Ministro, deputado, dirigente ou militante que possa pensar em «divisão» ou «dissolução» a ameaça da «terrível responsabilidade histórica».

Não haja ilusões, porém. Enfraquecidos pela derrota e corroídos por dificuldades internas evidentes, a «AD» e o Governo podem superar em parte as suas debilidades se fraquejar a oposição, a acção e a luta das forças populares e democráticas, como aconteceu imediatamente a seguir à grande vitória da democracia em 7 de Dezembro.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Outra vez!

O Orador: — Os objectivos políticos da «AD» e do seu Governo permanecem, no fundamental, inalteráveis. A destruição da Reforma Agrária e das nacionalizações, a restauração dos monopólios e dos latifúndios, a exploração desenfreada dos trabalhadores e das classes laboriosas, a limitação das liberdades e dos direitos dos cidadãos e a final destruição do regime democrático, continuam a caracterizar a política da coligação governamental.

Aplausos do PCP.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É sempre a mesma cassette!

O Orador: — Tanto no discurso da posse como no que proferiu ao apresentar o Programa do Governo à Assembleia da República, o Primeiro-Ministro confirmou que o seu Governo não se propõe rectificar a política antidemocrática, antipopular, inconstitucional e ilegal da «AD», mas continuar essa política apenas com as adaptações formais impostas pela derrota de 7 de Dezembro. Dir-se-ia não estarmos a debater o programa de um governo, mas antes a discutir um governo para prolongar artificialmente o Programa e os planos da «AD» derrotados, em 7 de Dezembro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As dificuldades evidentes com que se debate o presente executivo, são, entretanto, motivo para que, na ânsia de vencer rapidamente objecções e unir à pressa à sua volta as classes reaccionárias e as suas clientelas, ostente a mais despudorada aversão ao 25 de Abril, ao processo de liquidação da ditadura fascista e do colonialismo, à revolução portuguesa, em suma e para adoptar em muitos pontos a atitude extremamente perigosa de fugir para a frente, como acontece em tudo que se refere ao sector público, à criação das melhores oportunidades para gigantescos negócios do grande capital e dos grandes especuladores e à utilização da repressão para impor a sua política.

Tudo isto ressalta claramente do Programa do Governo e dos discursos de apresentação e ilustra-

ção. O Programa e a oratória governamental desenvolvem-se em torno de dois lemas: «a libertação da sociedade civil» e o «Estado forte». Importa fazer aqui um parênteses para protestar energicamente contra certa linguagem usada pelo Governo para deturpar de modo intolerável ideias e conceitos com significado histórico preciso e usá-los para encobrir propósitos profundamente reaccionários. É o caso da expressão «libertação da sociedade civil».

O Governo «AD»/Pinto Balsemão não quer libertar coisa nenhuma: quer é soltar os cães da ganância e da exploração capitalistas, ...

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

... quer entregar-lhes como presas as nacionalizações, a classe operária e os trabalhadores portugueses, quer é forçá-los pelo desencadear dos esbirros da repressão e da intolerância do Estado forte.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

No decurso destes dias, o PCP, os partidos da oposição trouxeram aqui apreciações e críticas concretas aos diversos pontos expressos e ocultos do Programa do Governo. Esperemos, pois, que o Sr. Primeiro-Ministro não venha repetir o estafado chavão de que a oposição não teria suscitado problemas nem apresentado alternativas. Pela nossa parte fizemos ambas as coisas. Fizemo-lo desde logo em relação à defesa das liberdades, mostrando que só merece rejeição e firme combate um Governo que se propõe prosseguir a campanha de limitação dos direitos dos cidadãos e rever a lei dos partidos políticos, a legislação laboral e a lei eleitoral. Pusemos em evidência o projectado desenvolvimento da ofensiva contra o sector nacionalizado e a política tendente a destruir a Reforma Agrária e agravar os problemas dos pequenos e médios agricultores.

Mostrámos que a política económica e financeira do Governo contraria as realidades e interesses nacionais, conduz inevitavelmente ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores e está na origem da escalada dos preços, da elevada taxa de desemprego, da diminuta expansão da produção e do investimento e do crescimento da dívida externa e do défice comercial. Demonstrámos que, para levar a cabo a sua política restauracionista, o Governo ameaça os direitos fundamentais dos trabalhadores, procurando impor um tecto salarial de 16 %, intensificar os ritmos de exploração, liberalizar os despedimentos e o recurso aos contratos a prazo, limitar o exercício dos direitos de expressão, organização e greve por parte dos trabalhadores. Trouxemos aqui os casos de lutas de trabalhadores e de empresas como a Audio-Magnetics, Standard Eléctrica, Rodoviária Nacional, Transtejo, TAP, CP, Covina, Setenave, Sorefame, Messa e muitas outras, todas elas objecto de uma intensa ofensiva por parte do patronato, da «AD» e do Governo — mas o Governo remeteu-se a um silêncio comprometedor.

O Sr. Fernando da Costa (PSD): — Outra vez!

O Orador: — Denunciámos o agravamento dos problemas da saúde, do ensino, da segurança social, da habitação; os escândalos das urgências hospitalares, dos aumentos dos preços dos serviço médico-sociais, das dívidas do patronato à Previdência, do 12.º ano de escolaridade, do projectado aumento das rendas de casa. Mais uma vez assinalámos que, com uma política externa de crescente enfeudamento e submissão ao imperialismo, o Governo comprometerá a independência nacional.

Sobre tudo isto o Governo produziu aqui afirmações que o condenam perante o povo português. Mas guardou igualmente silêncios bem reveladores em relação aos desmandos da comunicação social estatizada, ao projectado incumprimento da lei das finanças locais, aos problemas dos trabalhadores da função pública — tudo reforçando os fundamentos para a nossa rejeição deste Programa e deste Governo. As bancadas dos partidos governamentais, revelando diligência desigual nas suas tentativas de amparar as deficiências do executivo, deram uma viva imagem do que é hoje e do que será a «AD».

O Programa foi discutido num momento em que já começou a ser exigida aos Portugueses a factura eleitoral da «AD» e crescem de intensidade as exigências de saque imediato por parte dos grupos económicos. Por outro lado o Governo inicia a sua acção enjeitado por figuras gradas do sector económico do anterior executivo. É este Governo condicionado, vigiado, pressionado, que se prepara para executar — com a máxima intensidade que possa — o legado político que lhe foi parar às mãos. Mas o legado que lhe deixaram é uma política que não serve.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Forçada pela derrota de 7 de Dezembro a moderar o estrito e a controlar os ímpetos, a «AD» e o seu Governo não abandonaram, por isso, a linha do conflito institucional e do confronto com o Presidente da República. Nas novas condições essa linha é preferentemente desenvolvida em torno da polémica sobre a revisão constitucional. Os projectos e as ideias adiantadas pela «AD» têm, naturalmente, em vista avançar e colocar pedras para a revisão, fazer opinião, tentar aparentar um clima de consenso a favor do seu plano de revisão inconstitucional da Constituição, mas visam de igual maneira dar cobertura a violações da Constituição, de imediato, à revisão de facto e ainda a influir na conjuntura política. É a esta luz que devem ser apreciadas as notas muito sublinhadas que o Governo entendeu fazer no Programa e no discurso do Primeiro-Ministro em relação às forças armadas e à organização económico-social. Visam claramente criar os mecanismos jurídicos para o relançamento da ofensiva contra o Presidente da República, os projectos da «AD» que estabelecem a diminuição dos poderes presidenciais, retirando, por exemplo, ao Presidente a competência para demitir um Governo que disponha de apoio maioritário na Assembleia da República ou fazendo depender de um órgão de composição manifestamente hostil o exercício da competência presidencial para dissolver a Assembleia da República.

No seu discurso de apresentação do Programa do Governo, o Primeiro-Ministro foi ainda mais longe que os projectos de revisão da «AD» até agora conhecidos, querendo negar ao Presidente da República o poder de dissolução da Assembleia quando existir um Governo maioritário. É o que temos de concluir da sua afirmação de que o acto de dissolução, a não ser por razões originadas na própria Assembleia, «negaria essenciais princípios de democracia representativa.» Com estas e outras invenções jurídicas anticonstitucionais e de vaso totalitário, os estrategas da «AD» procuram criar um elixir de longa vida para o fraco Governo de Pinto Balsemão.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É o que fazem também quando — evocando o acto eleitoral de 5 de Outubro, e ignorando absolutamente o de 7 de Dezembro —, proclamam o direito de, façam o que fizerem, governarem por quatro anos, serem «Governo de legislatura».

É evidente que em nenhum regime democrático as coisas se passam desta maneira. No que toca ao regime democrático português, sublinhe-se, o Governo pode ser substituído em qualquer altura segundo diversos mecanismos institucionais que a Constituição consagra — exoneração do Primeiro-Ministro, moção de censura, recusa de voto de confiança, dissolução da Assembleia da República, etc.

Acresce que no regime constitucional português o Governo assenta na dupla confiança do Presidente e da Assembleia da República e que é precisamente o primeiro que dá a vida ao Governo. Acresce que em qualquer caso um governo que atenta contra a Constituição e as leis e que exorbita das suas competências deve ser demitido.

Acresce que se realizaram as presidenciais em 7 de Dezembro. Como salientou recentemente o Comité Central do PCP: «a votação esmagadora contra o candidato da «AD», Soares Carneiro — que a «AD» identificou inteiramente com o seu Governo e com a sua maioria na Assembleia da República — foi um voto contra a «AD», contra o Governo «AD», contra a maioria da «AD» na Assembleia da República.

Risos do CDS.

É por isso que a «AD» e os que deliberada ou ingenuamente lhe fazem o jogo procuram lançar no esquecimento as presidenciais e o processo que as antecedeu. Mas quem esqueceu a acutilância de Sá Carneiro ao afirmar em 6 de Outubro, que as legislativas constituíam a primeira volta das presidenciais!

Protestos do Sr. Deputado do CDS Narana Coissoró.

Eu comprehendo, Sr. Deputado Narana Coissoró, que estas coisas sejam particularmente duras para os seus ouvidos dadas as funções que desempenhou durante a campanha presidencial da «AD».

Risos do PCP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Os sete deputados que perderam não estão cá!

O Orador: — Estamos a falar agora das presidenciais!

Vozes do PSD e do CDS: — Ah!

O Orador: — São as mais frescas, é a mais fresca manifestação da vontade do povo português!

Aplausos e risos do PCP.

Quem esqueceu as delirantes conferências de imprensa de 2 e de 4 de Dezembro com Sá Carneiro e Freitas do Amaral?

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Ninguém esqueceu!

O Orador: — Quem esqueceu as repetidas afirmações dos dois líderes de que sairiam do Governo se Eanes vencesse?

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Ninguém esqueceu!

O Orador: — Anotem a frase que vou citar, porque vos deve merecer respeito: quem esqueceu a frase lapidar do Primeiro-Ministro de então e chefe inconstitucional da «AD» ...

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Inconstitucional?

O Orador: — Eu estou com atenção e vou voltar a repetir.

Risos.

Quem esqueceu a frase lapidar do Primeiro-Ministro de então e chefe incontestado da «AD» quando afirmou: ...

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — ... «A AD não será possível nos próximos quatro anos com Eanes eleito.»

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que silêncio!

O Orador: — Foi assim que a «AD» jogou o Governo, jogou a maioria, jogou tudo, e perdeu tudo nas presidenciais. E perdeu por esmagadora diferença.

Vozes do PSD: — Querias ...

O Orador: — E então, é muito dizer que as presidenciais foram, no que toca ao Governo, a segunda volta das legislativas e têm, por isso, o efeito rectificador do resultado de 5 de Outubro?

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Nem pouco mais ou menos!

O Orador: — E pode alguém assegurar com seriedade que as eleições presidenciais, que, além de tudo, tiveram no centro as principais questões de governo e de regime, não buliram, não tocaram, na legitimidade da «AD» para governar?

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

Isto só pode ser defendido, ou até admitido, por aqueles que com a «AD» se recusam a reconhecer a estrondosa derrota da reacção a 7 de Dezembro e a sua repercussão obrigatória em todos os aspectos da vida política nacional.

A grande verdade que nenhuma habilidade consegue escamotear é que a 7 de Dezembro o regime democrático-constitucional recebeu um maciço voto de confiança do povo português. É nesta base que o PCP defende firmemente a opinião de que, se o governo Balsemão enveredar, como tudo indica, pelo caminho da inconstitucionalidade, ilegalidade e subversão com que actuou o governo Sá Carneiro, deve ser prontamente exonerado. É nesta base, e no quadro da Constituição e da legalidade democrática, que o PCP luta e lutará pela substituição, o mais rapidamente possível, do governo actual, governo que não corresponde nem à vontade nem aos interesses do povo português.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Apresentando a nossa moção de rejeição e votando favoravelmente as moções apresentadas por outros partidos, apesar das reservas que alguns considerados nos merecem, trabalhamos para que se torne mais funda, mais larga e mais aguerrida a oposição ao governo da «AD».

Aplausos do PCP.

Trabalhamos na firme convicção de que com a estrondosa derrota da reacção e o fracasso do seu plano subversivo, as forças da liberdade, da democracia, do progresso social, ficaram em condições mais favoráveis para preparar, organizar e fazer vingar uma verdadeira alternativa democrática. O 7 de Dezembro pôs em evidência a existência de um vastíssimo e maioritário campo social e político de apoio potencial a uma viragem democrática e a uma política democrática. A vida já está a confirmar que os trabalhadores e a população laboriosa não suportam nem suportarão pagar a factura brutal que a «AD» quer impor ao País.

Sabiam as forças democráticas reforçar o diálogo, a convivência, a troca de informações e de experiências, a realização de iniciativas e acções comuns, a cooperação e unidade, enfim, e hão-de criar-se as condições para provocar, a curto prazo, a queda do governo «AD»/Balsemão e a formação de um governo que rectifique os aspectos mais graves da sua política e dê respostas aos problemas mais agudos dos Portugueses e de Portugal.

Aplausos do PCP.

No decurso desta intervenção reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o representante do CDS, Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Sr. Freitas do Amaral (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Subo a esta tribuna para fazer três declarações, que reputo importantes neste momento e neste lugar: uma, de saudação ao novo governo; outra, de explicação dos motivos por que apoiamos

o governo actual; e uma terceira, enfim, sobre o que esperamos deste governo.

A primeira declaração que desejo fazer é de saudação ao Governo. Trata-se, com efeito, do segundo governo da Aliança Democrática, que aceitou com coragem e grande sentido das responsabilidades assumir a difícil sucessão do governo anterior.

Não é fácil, na verdade, suceder a Francisco Sá Carneiro, que se revelou, como Primeiro-Ministro, um grande português, um grande democrata e um grande líder político e se afirmou em 1980 como um estadista insigne, a quem Portugal e os Portugueses ficam a dever um ano decisivo da sua história.

Aplausos, de pé, do CDS, do PSD e do PPM.

A sua morte infesta e prematura faz à Aliança Democrática uma falta enorme, ainda difícil de descrever com precisão, e essa falta mais se avoluma por força do desaparecimento simultâneo de Adelino Amaro da Costa, que foi um político notável, um brilhante parlamentar e um dos mais destacados estrategos da Aliança Democrática.

Aplausos, de pé, do CDS, do PSD e do PPM.

As extraordinárias qualidades destes dois homens e a ausência da liderança pessoal e carismática de Sá Carneiro tornam muito difícil suceder ao excelente governo que animaram. Quanto mais não fosse, só esta razão bastaria para que devéssemos saudar o governo que aceitou a espinhosa missão de receber o testemunho e de cumprir o legado. O segundo governo da Aliança Democrática e, em especial, o seu Primeiro-Ministro, Dr. Francisco Balsemão, merecem de todos nós, por terem assumido tão pesada responsabilidade e tão complexo encargo, palavras afectuosas de compreensão, de respeito e da maior simpatia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É claro, no entanto, que, diante das incontáveis dificuldades que vai encontrar pela frente na tarefa a que denodadamente mete ombros, não bastam a este governo essas palavras de simpatia, respeito e compreensão: é-lhe necessário, sobretudo, o nosso apoio. É, pois, uma declaração de apoio que, em segundo lugar, pretendo fazer aqui. Tal apoio baseia-se essencialmente em três razões principais.

Em Primeiro lugar, apoiamos este governo, porque ele é um governo da Aliança Democrática. Reafirmada a existência e a vontade política de governar por parte da AD, em cimeira dos seus dirigentes realizada em 19 de Dezembro passado, o Primeiro-Ministro indigitado pronunciou-se claramente — e por mais de uma vez — no sentido de preservar e prosseguir o projecto político da Aliança Democrática, nos termos em que esta fora lançada em 1979 e ratificada pelo voto popular em 2 de Dezembro desse ano e em 5 de Outubro de 1980.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — E em 7 de Dezembro?!

O Orador: — Em nossa opinião, é essencial para o País manter e reforçar a Aliança Democrática como projecto, como maioria e como governo.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Quanto mais este governo contribuir pela sua acção para esse objectivo, mais apoio terá da nossa parte.

Em segundo lugar, o Governo tem o nosso apoio, porque reflecte, na sua estrutura e composição, critérios consensuais de repartição e de competência que se nos afiguram correctos e mereceram o nosso assentimento.

Em terceiro lugar, o apoio que damos ao Governo decorre do Programa apresentado a esta Assembleia, cujo conteúdo julgamos de aprovar, na medida em que respeita o programa eleitoral da Aliança Democrática, retoma e não contradiz o programa do governo anterior e utiliza, em larga medida, os materiais que haviam sido carreados, ainda sob a presidência do Dr. Sá Carneiro, para a preparação das Grandes Opções do Plano a Médio Prazo para 1981-1984.

O Programa aponta os grandes objectivos a atingir para alcançarmos as principais metas que nos devemos propor nos próximos quatro anos, isto é, construir o Estado mediante a plena democratização do regime político e modernizar a sociedade através da plena racionalização do sistema económico.

O Programa mantém-se fiel, como se impunha, a todas as grandes coordenadas e orientações definidas pelo anterior governo, ao mesmo tempo que não hesita em inovar, como é natural, em tudo quanto reveste carácter conjuntural ou se revelou carecido de adaptação a circunstâncias diferentes ou a novas perspectivas.

O Programa, enfim, mostra-se sensível ao maior desafio que se coloca à Aliança Democrática nos quatro anos que aí vêm — o desafio da justiça social. Já o disse há tempos na televisão, mas peço licença para o repetir aqui: nos primeiros anos da Revolução falou-se muito dos pobres e dos oprimidos, mas fez-se pouco por eles.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É falso!

O Orador: — Só o governo da AD melhorou de facto as condições de vida dos mais desfavorecidos e olhou, pela primeira vez, para o apoio às famílias.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Vozes do PS: — Não apoiado!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Hipocrisia!

O Orador: — Importa agora ir mais longe. A Aliança Democrática não pode deixar aos seus adversários a bandeira da luta contra a miséria, contra a injustiça e contra as desigualdades sociais. Essa luta pode ser, e deve ser, nossa.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este é o Programa de Governo, este é o Programa da Aliança Democrática. Não há nem pode haver qualquer outro programa político a impor ao Governo por quem quer que seja.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A Constituição é muito clara: nenhum outro órgão de soberania tem ou pode ter programa, nem pode reclamar-se de projectos ou concepções

políticas pessoais para condicionar o Programa de Governo, para lhe impor limitações ou para dele exigir compromissos ou cedências de qualquer espécie.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Cedências aos capitalistas!

O Orador: — De uma forma especial, importa afirmar claramente que, à face da Constituição, o Presidente da República não tem programa, não é eleito com base num programa, nem pode querer conduzir ou orientar a política interna ou externa do País, que pertencem constitucionalmente ao Governo.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Conforme foi expressamente afirmado pela cimeira da Aliança Democrática de 19 de Dezembro passado, é à Assembleia da República que pertence legislar e é ao Governo que cabe governar. A AD não abdicaria — perante ninguém e em nenhuma circunstância — do seu projecto, nem dos direitos constitucionais que lhe competem como maioria e como Governo. É desejável, e deve ser praticada, a cooperação institucional entre o Presidente da República e o Governo. Este não deverá criar no futuro, como não criou no ano de 1980, conflitos institucionais. Mas o Governo deverá sempre manter-se independente e firme perante eventuais obstruções à sua acção política ou intromissões na sua esfera própria de competência.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: É sobretudo a vós que dirijo a minha terceira declaração, acerca do que esperamos deste governo. Se me é permitido, para ser breve e sintético, resumila-ei em cinco palavras — coesão, diálogo, autoridade, eficácia e informação.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — E ditadura!

Protestos do PSD, do CDS e do PPM.

O Orador: — Primeiro, coesão. O Governo precisa de se manter coeso e unido, na comunhão de um ideal que a todos vincula e transcende na vivência e no respeito integral pelo princípio da solidariedade governamental e sem consentir no seu seio clivagens ou fissuras ditadas por mero espírito de partido. Foi esta, sem margem para dúvidas, uma das maiores forças do primeiro governo da AD, sendo particularmente de realçar o facto de nunca, nas votações em Conselho de Ministros, se ter verificado qualquer divisão coincidente com as fronteiras partidárias. É um exemplo a seguir.

Segundo, diálogo. Estamos certos de que o Governo saberá cultivar o diálogo com a maioria, com a oposição, com os parceiros sociais e com as restantes forças e instituições relevantes da vida cultural e social portuguesa.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Mas que grande caldeirada!

O Orador: — São diálogos, esses, de natureza e finalidade diferentes, como é óbvio: mas todos, cada um

na sua esfera própria, são indispensáveis e só podem ser benéficos para o País e para o próprio Governo.

Terceiro, autoridade.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — «Autoridade» ou ditadura?!

O Orador: — Não temos dúvidas de que a autoridade deste governo vai ser posta à prova em várias ocasiões, até para o experimentar. Vão pô-la à prova a oposição, os sindicatos, os meios económicos e vários grupos sociais, profissionais e regionais, que ensaiarão obter dividendos por força das suas influências ou das suas pressões. O Governo contará com o nosso apoio para resistir a umas e a outras e não deve temer a adopção das medidas que forem exigidas pelo interesse nacional só pelo receio de alguma eventual impopularidade.

Quarto, eficácia. Esperamos que o segundo governo da AD venha a nortear-se, tal como o primeiro, por critérios de eficiência e pragmatismo que permitam, sobretudo, conseguir resultados concretos. Esperamos que não desanime perante as adversidades que se lhe depararão, nomeadamente no processo das negociações tendentes à adesão de Portugal à CEE.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Em que ano é?!

O Orador: — Esperamos que continue a gerir com rigor e competência a economia e as finanças, condição *sine qua non* da vitalidade do Estado do desenvolvimento do País e do bem-estar dos cidadãos.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esperamos que consiga continuar a fazer avançar em passos firmes e seguros a melhoria efectiva das condições de vida das famílias portuguesas, especialmente as mais desprotegidas.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Dos ricos!

O Orador: — Esperamos que saiba e queira impor a necessária contenção e austeridade no sector público desmesurado que herdámos do gonçalvismo ...

Uma voz do PCP: — Entregar milhares de contos aos fascistas!

O Orador: — ... na certeza de que, parafraseando André Piettre, as civilizações nascem na religião, crescem na liberdade e morrem na hipertrofia do Estado, e nós não queremos a morte, mas sim o rejuvenescimento, da nossa própria civilização.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Esperamos ainda que o Governo melhore a qualidade de vida dos Portugueses.

Vozes do PCP: — Isso, isso!

O Orador: — As preocupações da AD não foram nem podem ser apenas políticas e económicas, a reforma do sistema educativo, ...

Vozes do PCP: — Isso!

O Orador: — ... a melhoria do ensino, a defesa e valorização do nosso património histórico, a promoção da arte e da cultura, a generalização da educação física e o fomento do desporto, ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Vê-se!

O Orador: — ... a defesa do ambiente e a protecção da natureza, enfim, o apoio generoso à juventude — nas suas organizações, nas suas iniciativas, na sua legítima procura do primeiro lar e do primeiro emprego —, são preocupações que têm de ter toda a prioridade no conjunto dos problemas que nos propomos resolver.

Vozes do CDS, do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Quinto, informação. Desejamos do Governo não apenas que governe e administre os negócios públicos com competência e seriedade, mas também que informe o País do que vai fazendo e do que projecta fazer.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo e a Administração Pública dos nossos dias não podem ser apenas actividades executivas, têm de ser também actividades explicativas.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Propagandísticas!

O Orador: — Que ninguém se iluda: o Governo não será julgado pelos eleitores em função da sua acção, mas sobretudo em função dos resultados conhecidos da sua acção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Daí que nos pareça imprescindível que o Governo se empenhe activamente no domínio da informação e da explicação constante das decisões que toma e dos motivos por que as toma.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM e protestos do PCP.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Viva o Proença de Carvalho!

Vozes do PSD: — Cale-se!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, pedia-lhes o favor de não estarem numa interrupção permanente; porque, embora o Regimento admita a figura do aparte, o aparte continuado deixa de o ser, para passar a ser uma perturbação de quem está no direito legítimo de usar da palavra.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Há bocado não disse isso!

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade de continuar, Sr. Deputado Freitas do Amaral.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O governo da Aliança Democrática tem sobre os seus ombros uma grandiosa e difícil tarefa — a de preparar e organizar a entrada de Portugal no mundo moderno. Modernizar Portugal, na paz, na liberdade e na justiça, a caminho de uma Europa unida e democrática, eis o que deve ser, e é, o nosso grande objectivo, a nossa grande ambição nacional, o grande repto lançado à nossa geração.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É para a prossecução solidária desse objectivo que concedemos ao Governo o nosso apoio e lhe desejamos as maiores felicidades.

Aplausos de pé, do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mário Soares, o tempo que falta para o encerramento dos trabalhos da parte da manhã é inferior ao tempo regimentalmente concedido ao PS. V. Ex.^a deseja usar agora da palavra ou prefere passar para a parte da tarde? Deixo-lhe a preferência, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Soares (PS): — Prefiro fazer agora a intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, faça favor, Sr. Deputado Mário Soares.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, é apenas para saber se a interpelação que fez à minha bancada, no meio do discurso do Sr. Deputado Freitas do Amaral, tem direcção única ou se se aplica a todas as situações idênticas.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Insolente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vital Moreira, fala tanto à sua bancada como às outras bancadas que respondiam à sua.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não é verdade!

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — A má-criação continua.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Mário Soares.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — A imparcialidade deve começar aqui!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vital Moreira, não lhe admito que ponha em dúvida a minha imparcialidade.

Vai usar da palavra um deputado da oposição e, se alguém da bancada da maioria se permitir estar continuamente a abusar de uma figura que é regimentalmente admitida, tenho, pelo simples facto de

ser um Sr. Deputado, pertença ele a que partido pertencer, o respeito e a consideração para não o consentir.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Apoiado!

O Sr. Presidente: — E devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, se não fiz a mínima observação mais cedo, foi justamente porque me pareceu que deveria estar mais na consciência de cada um certo tipo de comportamento na Câmara do que decorrer ele das observações que eu possa fazer, por mais oportunas que sejam.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Apoiado! Apoiadol

O Sr. Presidente: — Isto prende-se mesmo com uma certa forma de estar na vida que transcende e é anterior a quaisquer considerações de ordem regimental.

Desculpe, Sr. Deputado Mário Soares. Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Mário Soares (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O VII Governo Constitucional apresentou-se perante esta Assembleia como um governo de continuidade. No contexto de crise em que foi formado não era possível que procedesse de outro modo. Embora afirmando o propósito compreensível de não desejar ser um governo de pura imitação, tratou de multiplicar as garantias e os sinais de continuidade, relativamente às opções de base do governo anterior, na esperança de poder manter a confiança dos fiéis, de dissipar algumas dúvidas, desde logo insinuadas, e de vencer hesitações claramente expressas.

Contudo, as circunstâncias políticas mudaram: há que o reconhecer. O ambiente político é outro. As dificuldades apresentam-se hoje acrescidas, tanto no plano interno da dinâmica dos apoios ao Governo, como no plano da sua credibilidade externa. Os homens são necessariamente outros, mesmo quando alguns transitaram de um para outro governo. O toque de novidade, quanto a nós discutível, mas que muitos portugueses julgaram ver no VI Governo, parece ter desaparecido no VII, e com ele porventura o sopro inicial. Daí a sensação algo difusa que acaso se observa nesta Assembleia — e que seguramente se insinua no País — de se estar perante um governo de epígonos, certamente o governo possível para a actual maioria, no momento de incerteza ou de transição que a sociedade portuguesa atravessa. Aliás, a intervenção de há pouco feita pelo Sr. Deputado Freitas do Amaral mais acentuou esta característica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A circunstância de o Sr. Primeiro-Ministro pôr a maior ênfase na afirmação de que se trata de um governo de legislatura, portanto destinado a durar quatro anos, mais reforça a dúvida que assalta, irrecusavelmente, todos os espíritos isentos.

Na verdade, as dificuldades não se resolvem com palavras nem com piedosas declarações de intenção. Estas, por mais peremptórias, não esconjuram as dificuldades nem têm força bastante para resolver as contradições que se revelam em plena luz nem as fissuras subtils que já se adivinham para lá das afirmações de solidariedade de pura forma e que, por assim dizer, haveriam de considerar-se sempre como inevitáveis no momento actual.

O PS, como todos sabem, é hoje um partido de oposição, e como tal se deseja assumir. Claramente e sem ambiguidades, não tendo nem desejando ter quaisquer vínculos directos ou indirectos com o poder do Estado. Partido de oposição à AD, à sua filosofia intrinsecamente conservadora-liberal, aos seus objectivos restauracionistas, aos interesses de classe que defende...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e, naturalmente, de oposição aos governos que dela deconrem, independentemente das pessoas que as compõem ou venham a compor. Partido de oposição, o PS é igualmente um partido responsável. O que significa: que fará oposição dentro do quadro democrático e constitucional vigente, com o objectivo fundamental de consolidar o regime pluralista e pluripartidário que temos — e não de o subverter ou desfigurar —, pondo, acima de tudo a defesa intransigente dos interesses nacionais, que determinam as suas suas próprias opções partidárias, e a sua vocação irrecusável de instrumento essencial de luta em favor das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas da população.

Aplausos do PS.

Oposição responsável ainda — a do PS e a dos partidos seus aliados que em conjunto constituem a FRS — porque tem a consciência de ser a alternativa democrática à actual maioria AD e ao seu projecto conservador, nisso se distinguindo dos outros partidos da oposição, que não têm qualquer perspectiva de participação no Poder, pelo menos a médio prazo. Oposição, portanto — desejo sublinhar —, com objectivos e motivações que lhe são exclusivamente próprios.

Tranquilize-se, porém, o Sr. Primeiro-Ministro quanto à alternância do Poder. O PS e os seus aliados da FRS não encaram, como foi, aliás, aqui sublinhado pelos outros líderes da FRS, a possibilidade de vir de novo a exercer o poder antes da realização de novas eleições...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... que lhe confirmam para tal a necessária legitimidade democrática.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No presente quadro parlamentar, à semelhança do que sucede noutras democracias ocidentais como na Itália, por exemplo, poderá haver porventura outros arranjos governamentais diferentes do actual. É uma hipótese que não deve ser excluída *in limine*, como fez candidamente o Sr. Primeiro-Mi-

nistro, porque não é — como ele muito bem sabe — meramente académica. Contudo — atenção —, outros arranjos governamentais, se os houver, terão de ser encontrados, no âmbito da actual maioria à nossa total revelia, portanto, visto que nem sequer estamos interessados em os estimular do exterior.

Vozes do PS, da ASDI e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Que isso fique bem claro: o PS é e será oposição, porque essa foi a escolha iniludível do eleitorado português em Outubro último — escolha que o PS em absoluto respeita, como repetidamente tem afirmado, sem embargo do alto significado que atribui, no plano de decompressão democrática, às recentes eleições presidenciais.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Como sempre temos dito, ser governo para um partido democrático é um direito que decorre de ter a maioria, absoluta ou mesmo relativa. Mas é também um encargo e uma responsabilidade a que se não pode fugir, mesmo que as circunstâncias políticas se tenham entretanto alterado profundamente, como foi o caso.

Acresce que a AD tem em aberto uma dívida imensa para com o povo português — que é a das suas promessas eleitorais. Ultrapassada a fase das sucessivas eleições, é, pois, tempo de começar a pagar essa factura. Por isso me debrucei, com uma curiosidade que não esconde, sobre o Programa do Governo na esperança de aí colher indicações úteis. Como se propõe, afinal, o VII Governo enfrentar, sem novos subterfúgios, os complexos problemas que afligem o País e dar resposta competente e atempada às expectativas que criou? Logo, porém, me desiludi. Nesse aspecto, o Programa apresentado pelo VII Governo — como aqui tem sido salientado em várias intervenções — é vago, sumamente impreciso e não satisfaz minimamente.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Não aparece balizado por datas de referência relativamente às realizações que anuncia; não se compromete com prazos; não surge escalonado por fases. Por outro lado, em vez de anunciar medidas concretas, refere-se sempre a grandes objectivos genéricos, em si mesmo incontrovertíveis, sem, contudo, precisar como se concretizam, em que tempo e com que meios.

É certo que isto de programas de governo se vai tornando como que um rito destituído de grande significado, que cada vez tem mais a ver com a utopia — como disse benignamente Almeida Santos — e menos com a prática política depois seguida. Do debate ficam tão-só os torneios oratórios e a forma como os Ministros se aguentam, ou não, perante as investidas dos opositores.

Elaborados sobre pressão, com desconhecimento muitas vezes dos *dossiers* em aberto, revelam-se mais como um amontoado mais ou menos coerente de excelentes intenções e de ideias que andam no ar do que como um conjunto de medidas seleccionadas, devidamente quantificadas e escalonadas no tempo, segundo prioridades bem definidas e de acordo com

o inventário prévio e rigoroso dos meios. É pena que assim seja. Os debates parlamentares suscitam assim cada vez menos a atenção do grande público, correndo-se o risco sério de nunca se descer ao âmago das coisas, ao que verdadeiramente interessa, saldando-se tudo — e apenas — por algumas excelentes frases sonoras e pelas consabidas generalidades.

Não ignoro, nem quero ignorar, as dificuldades do Governo, nem desejo confinar-me numa crítica meramente negativa. Contudo, este governo vem detrás, tem a mesma maioria de apoio e, por isso, não pode enjeitar as responsabilidades contraídas pela gestão anterior.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É fiel, como caprichou em sublinhar, à orientação passada. Não se pode, portanto, queixar de certas dificuldades que foram criadas por medidas tomadas no acesso da luta eleitoral, para cativar certos sectores da população e com perfeita consciência dos efeitos, em matéria de desequilíbrios financeiros, que iriam provocar.

O Sr. José Niza (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mudou *et pour cause* o Sr. Ministro das Finanças. O País entendeu o significado de uma tal mudança — tanto mais que lhe foram servidas abundantes explicações. Mas a solidariedade da equipa ministerial manteve-se, porque, em parte, transitou do anterior para a actual, que fez questão de a assumir em pleno. Não são, portanto, de admitir desculpas. O Governo tem agora de fazer frente a dificuldades que tem obrigação de conhecer bem e que, em parte, resultam de opções que hão-de considerar-se como suas. Nisso consiste também a factura a pagar.

A semelhança do que sucedeu com o VI Governo, o PS, desde o início do debate parlamentar — para que as posições ficassesem perfeitamente claras —, apresentou com os seus aliados da FRS uma moção de rejeição. Não pode estranhar-se tal procedimento: o PS tem um projecto completamente diferente do projecto conservador da AD, bem como uma diferente concepção de defesa dos interesses das classes trabalhadoras e da população em geral. A sua oposição é, pois, global e não depende de mudanças do pessoal governante, ditadas por exigências conjunturais. Não seria lógico, portanto, que concedesse a este novo governo da AD — que, como tal, aliás, frontalmente se apresenta — o simples benefício da dúvida, que não concedeu ao anterior.

O Sr. António Arnaut (PS): — Apoiado!

O Orador: — Não significa isto, porém, que o PS se entrincheire numa posição de negativismo sistemático. Isso dependerá, aliás, da capacidade de diálogo que for revelada pelo actual Governo e do respeito que demonstrar pelo pluralismo democrático, designadamente nos meios de comunicação social estatizados. Deseja o Governo — como até aqui — fazer uma aplicação meramente formalista do Estatuto da Oposição, como quem cumpre uma alínea desprovida de conteúdo? Ou, pelo contrário, deseja validamente

dialogar com a oposição? Não, naturalmente, para abdicar da sua política — o que seria absurdo —, mas para em certos domínios particularmente delicados ouvir de facto a voz da oposição e com ela procurar obter os consensos possíveis?

Pela nossa parte não estamos de modo algum empenhados numa política de amesquinhamento do sistema democrático pluripartidário — que, pelo contrário, entendemos dever preservar no conceito público —, e julgamos essencial, seja qual for o governo, não deixar degradar, mais a qualidade de vida dos Portugueses.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Não praticaremos, portanto, a política do «quanto pior, melhor», ou do «bota-a-baixo». Nesse sentido, o Governo pode contar com o nosso concurso — sempre que para tal formos solicitados —, designadamente na busca de soluções que visem defender o nível de vida dos trabalhadores, as condições de trabalho e os interesses dos Portugueses no Mundo.

Aliás, numa sociedade pluralista, como a nossa, o Governo representa um dos centros de decisão — embora porventura o mais importante, dado o gigantismo burocrático do Estado e a sua própria estrutura retrógrada e centralizadora.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aí, sim, teria cabimento falar em libertação da sociedade civil, não obstante a deliberada ambiguidade da expressão. Mas não, como parece ter sido a intenção do Governo, para identificar a sociedade civil com a livre empresa — ao jeito de «o que é bom para a Ford é forçosamente bom para a USA» — e aquela, isto é, a livre empresa, com a reconstituição de grupos económicos dominantes que, como se sabe, prosperaram no passado, à sombra do favoritismo de um Estado omnipotente, totalitário e gigante — o qual, no entanto, em absoluto, esses grupos económicos dominavam.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E é a esse sistema que se deseja voltar invocando a libertação da sociedade civil?

Sejamos claros: os socialistas democráticos não favorecem a colectivização da economia porque nunca confundiram socialismo com estatização burocrática.

Aliás, têm-no demonstrado à saciedade por todo o lado, mas aqui porventura com mais vigor do que em qualquer outra parte da Europa, designadamente no momento da grande confrontação de 1975. Mas os socialistas são fiéis ao princípio constitucional de que o poder económico se deve subordinar ao poder político democrático que resulte da vontade popular livremente expressa e, por outro lado, não têm qualquer preconceito desfavorável contra o sector empresarial público.

Defensores da iniciativa privada não julgam, entretanto, que um eventual milagre económico português possa vir a resultar da reprivatização dos sectores económicos que o 25 de Abril tornou públicos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nem consideram — sempre o dissemos — que isso seja indispensável ou sequer conveniente para facilitar a integração de Portugal na CEE, que sempre defenderam.

Os socialistas são favoráveis — como aqui tive ocasião de referir no debate sobre o Programa do I Governo Constitucional — à coexistência dos diferentes sectores da economia — público, privado e cooperativo — segundo o desenho constitucional, por estarem convencidos que é através de um sistema *souple* de economia mista, baseada na planificação democrática e com uma ampla participação dos agentes económicos que melhor se pode caminhar, num país como Portugal, no sentido do desenvolvimento da racionalização e melhor aproveitamento dos recursos existentes e da justiça social.

Não é — pensam os socialistas — recorrendo às receitas de um neoliberalismo económico, ao estilo da Sr.^a Thatcher, cujos resultados desastrosos estão já à vista em Inglaterra, que se pode avançar no sentido do pleno emprego e da justiça social, lutando contra o capitalismo selvagem, a especulação e a fraude fiscal, para referir alguns dos males que o Sr. Primeiro-Ministro explicitamente citou.

O nosso antagonismo de base, relativamente ao projecto conservador-liberal da AD, tem em alguns destes tópicos a sua razão de ser. A luta que travamos em favor da justiça social e da liberdade, ou seja do socialismo democrático, tem aqui o mesmo sentido que nos outros países europeus. As reformas de modernização, descentralização e regionalização da sociedade portuguesa que preconizamos decorrem da mesma filosofia. Somos, naturalmente, civilistas, e por isso entendemos que o poder político, emanação do sufrágio popular e única fonte de legitimidade democrática, não pode estar sujeito a tutelas que lhe sejam exteriores — a começar pelos grandes grupos económicos que a AD, com a sua política concreta, visa indiscutivelmente reconstituir.

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Orador: — É neste quadro de referências que abordamos também a revisão constitucional, fiéis ao seu espírito de que não abjuramos, fiéis ainda ao 25 de Abril e ao que ele representou e representa como autêntico movimento, ele, sim, de libertação da sociedade civil.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Nos termos e limites consagrados no artigo 290., estamos abertos para encontrar os consensos possíveis em matéria de revisão constitucional, tendo em vista a consolidação do regime pluralista e uma maior transparência democrata das instituições.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dispondo, à partida, o actual Governo de uma confortável maioria e estando seguro da investidura desta Assembleia — que resultará da não aprovação das moções de rejeição apresentadas —, não se comprehende bem por que razão insiste em sobrepor ao debate sobre o Programa do Governo a votação de uma moção de confiança.

Num governo de simples maioria relativa — como foi o caso do I Constitucional — um tal procedimento poderia ter sentido e um alcance político específico.

Mas não na situação actual. A menos que o voto da moção de confiança se destine a responsabilizar politicamente a própria maioria.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Essa hipótese, que parece a única lógica, não passa de um novo afioramento da insegurança do Governo em relação à sua própria maioria de apoio.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Na situação crítica em que se encontra o País — com os preços a disparar por aí acima, todos os dias, o desemprego a crescer, principalmente o desemprego dos jovens, e as carências terríveis da população mais desfavorecida, em domínios vitais como a saúde, a habitação, o transporte, a própria alimentação, que começa a não abundar, em certas zonas, por efeito ainda das terríveis dificuldades que atravessa a nossa agricultura —, o País espera deste governo mais do que habilidade política, nos arranjos e combinações de circunstância para conter e enquadrar a própria maioria, numa espécie de navegação à vista permanente, o País espera que este governo não adie por mais tempo a resolução dos grandes problemas de fundo que afectam vitalmente as massas populares, actuando de acordo com os compromissos repetidamente assumidos nas sucessivas campanhas eleitorais.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Disse o Sr. Primeiro-Ministro, com uma ponta de jactância, que não é, aliás, do seu hábito nem do seu temperamento, que o Governo não precisava de meter o socialismo na gaveta para fazer justiça social. Gostei de o ouvir.

Risos do PSD.

Lembrou-me um fogoso orador de um célebre comício no Campo Pequeno — aos anos que isso vai! — ou aquele fundador do então PPD que disse peremptório ao *Diário Popular* que, se o seu partido fosse algum dia de direita, sairia do partido.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — E não saía só!

O Orador: — Foi isso em 1976 — o tempo passa! — e, como diz o Poeta, «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades» ...

Vozes do PSD: — Não se mudam, não!

O Orador: — Entretanto, a declaração de agora do Sr. Primeiro-Ministro, quanto ao socialismo, é de reter. Temos aí uma base de consenso possível: começemos, modestamente, por não tirar o socialismo da Constituição.

Aplausos do PS e da UEDS.

Porque, Srs. Deputados, como projecto e como esperança — acredite o Sr. Primeiro-Ministro — o socia-

lismo democrático está hoje bem enraizado em milhões de corações portugueses.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, os nossos trabalhos recomeçam às 15 horas.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 15 minutos.

No recomeço da sessão, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, foi comunicado à Mesa que há consenso para que, antes de retomarmos a ordem normal dos nossos trabalhos, seja feita uma evocação do Prof. Dias Amado, que acaba de falecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acaba de morrer o Prof. Doutor Luís Hernâni Dias Amado, que foi uma das mais admiráveis figuras de homem e de cientista que houve no nosso país.

Combatente antifascista, grande professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, demitido pelo Governo Salazar, fiel aos princípios de liberdade do espírito, da razão, do racionalismo, do livre exame, da filosofia das luzes, grão-mestre da maçonaria é uma grande perda para o nosso país, para todos nós, para todos os antifascistas portugueses, para todos os democratas e para todos aqueles para quem a tolerância, o diálogo de ideias, a compreensão humana e os direitos do homem não são uma palavra vã.

Foi graças a homens como o Prof. Luís Hernâni Dias Amado que nós hoje podemos estar aqui presentes; foi graças a homens como o Prof. Luís Hernâni Dias Amado, que depois de 28 Maio de 1926 souberam manter no mais alto grau a luta cultural pela tolerância e pelos direitos do homem, que não caímos numa ditadura totalitária de sinal contrário; foi graças a homens como o Prof. Luís Hernâni Dias Amado que se apostou, desejou e conseguiu lutar pela construção de um mundo novo, pela construção de uma ideia nova e pela construção de uma cidade nova, que hoje nos encontramos também aqui a construir uma cidade nova, um mundo novo para Portugal.

O Prof. Luís Hernâni Dias Amado não pertence a nenhum partido político porque a sua mensagem espiritual vai para além daquilo que possa ficar em cada um dos partidos políticos. Creio que toda a sua vida política, toda a sua vida profissional, todo o exemplo que foi para todos nós se pode encerrar numa palavra: defesa dos direitos do homem, tolerância, respeito pela diversidade, dentro daquele célebre princípio enunciado por Saint-Exupéry, que dizia: «Irmão, se diferes de mim, não me empobreces, antes me enriqueces.»

São estas as palavras que creio era dever de todos nós dizer nesta Assembleia. E porque Luís Hernâni

Dias Amado nunca foi bandeira de qualquer partido político, ouso pedir a esta Assembleia que aprove um voto de profundo pesar pela sua morte e que guarde um minuto de silêncio por aquele que foi o Prof. Doutor Luís Hernâni Dias Amado, cuja memória, comovidamente, hoje evocamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Rodrigues dos Santos.

O Sr. Nuno Rodrigues dos Santos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não posso deixar de me associar pessoalmente, e em representação do meu partido, às palavras acabadas de proferir pelo Sr. Deputado José Luís Nunes, as quais traduzem inteiramente o que todos nós pensamos dessa grande figura da ciência e do antifascismo português.

Relativamente a essas duas actividades (o estudo e a luta contra os déspotas que durante quarenta e oito anos fizeram neste país os malefícios que todos conhecemos) não podia furtar-me ao pedido que me era feito pelo meu partido para, em seu nome, exprimir também quanto custa e pesa a ele e a todos nós o registo da situação que se cria com mais uma baixa terrivelmente importante nas fileiras da democracia portuguesa. Isto porque, se Luís Dias Amado não era filiado em nenhum partido, era, sem sombra de dúvida, uma figura conhecida pelas suas convicções políticas e um devotado defensor daquilo que de essencial todos nós, democratas, temos o dever de preservar: o culto das liberdades e o desejo de, em quaisquer circunstâncias, lutar pela sua defesa, se necessário for, com o sacrifício da própria vida.

Nestas circunstâncias, e após estas breves palavras, dado o meu estado, que é do conhecimento de todos, não me permitir falar mais, quero repetir e apoiar firmemente o pedido formulado pe'lo Sr. Deputado José Luís Nunes no sentido de se registrar um voto de pesar pela memória do falecido Luis Dias Amado, que inteiramente o merece da parte de todos nós.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino Lima.

O Sr. Lino Lima (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também nós, aqui, nesta bancada, nos queremos associar ao sentimento de tristeza pela morte do Dr. Dias Amado.

Foi, na realidade, com grande desgosto que recebemos essa notícia. Lutador antifascista, durante muitos anos viveu e sofreu as alegrias e as tristezas do combate pela libertação do povo português do regime fascista que nos oprimiu durante meio século.

Democrata de uma integridade plena, foi um homem sempre aberto à unidade dos democratas, à unidade de todos aqueles que entendem que a libertação do povo português — a libertação política, económica e social — é um longo combate em que as desinteligências de cada momento não devem afectar a unidade de princípios e objectivos que são o ponto de encontro final de todos quanto desejam a verdadeira e definitiva libertação do povo português.

A sua coerência e integridade são exemplos que queremos reter e pôr em evidência neste momento de

desgosto em que um companheiro antifascista nos deixa. A morte levou-o, mas a liberdade e a democracia para cuja vitória contribuiu amplamente ai estão a traçar o futuro do nosso país.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Duas palavras apenas para, em meu nome pessoal e em nome do meu grupo parlamentar, me associar às homenagens que acabam de ser prestadas ao Prof. Dias Amado.

O Prof. Dias Amado representou para os homens da minha geração um exemplo de democrata, de resistente e de lutador antifascista e ficará para todos os Portugueses como um exemplo de um grande cidadão que soube pôr sempre acima dos interesses pessoais os interesses daquele que era o seu povo.

É comovidamente — e é-me difícil encontrar palavras que possam exprimir aquilo que sinto — que me associo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, às homenagens prestadas por esta Assembleia.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Martins.

O Sr. Oliveira Martins (ASDI): — O Grupo Parlamentar da Accção Social-Democrata Independente não poderia também, neste momento de tristeza, deixar de se associar, sentidamente, nesta homenagem ao Prof. Dias Amado.

De facto, neste momento, as palavras faltam-nos a todos e o fundamental é recordarmos o exemplo de democrata, o exemplo de grande cidadão deste país que nunca descreu da defesa dos direitos e liberdades fundamentais.

Lutando pelo direito à diferença de que todos somos defensores, o Sr. Prof. Dr. Dias Amado é, neste momento, um exemplo que está perante nós e que não podemos deixar de recordar.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS associa-se sentidamente aos votos já expressos por esta Assembleia partilhando o desgosto sofrido pela morte do Prof. Dias Amado.

Foi um profissional distinto que, como tal, tive ocasião de conhecer e de respeitar e foi um democrata cujos sentimentos são bem conhecidos de todo o País.

Pedimos a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que dê parte destes sentimentos à família do falecido.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uso da palavra apenas para informar a Câmara de que o nosso Grupo Parlamentar se associa ao voto de pesar solicitado pelo Partido Socialista e que guardará, com a Câmara, um minuto de silêncio.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, embora seja duvidoso que regimentalmente o Governo possa intervir nesta parte dos trabalhos da Assembleia, queria, em nome do Governo, associar-me sentidamente à homenagem que esta Câmara está a prestar à memória do Prof. Dias Amado, esse grande homem, esse grande lutador da liberdade, da democracia, e dizer que lamentamos sentidamente a falta que fará a todos nós.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa considera aprovado por unanimidade o voto de pesar proposto pelo Sr. Deputado José Luís Nunes, secundado por outros Srs. Deputados.

Vai, pois, observar-se um minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

O Sr. Presidente: — Este voto será transmitido à família do falecido.

Srs. Deputados, na continuação dos nossos trabalhos, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Roseta para uma intervenção.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Estando prestes a findar o debate sobre o Programa do Governo presidido por Francisco Pinto Balsemão, importa fazer uma apreciação crítica sobre o modo como decorreu.

Deve referir-se, em primeiro lugar, a serenidade que, de um modo geral, o enformou, sem prejuízo de algumas intervenções vociferantes de um número cada vez mais reduzido de deputados das oposições, quase todos, aliás, pertencentes a bancadas de partidos que não consideramos democráticos. Vai baixando o tom grandiloquente a que as oposições nos haviam habituado, aparecem menos as previsões apocalípticas para a democracia e para Portugal, a que a governação da Aliança Democrática retirou já credibilidade.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi desta vez mais visível o fosso que separa os partidos democráticos da oposição das restantes forças oposicionistas, não apenas ao nível da linguagem, como no respeito de princípios tão essenciais à democracia, tal seja o acatamento dos resultados das eleições legislativas; é, com efeito, abissal a diferença entre discursos como o que, na sequência de vários outros, proferiu aqui hoje o Sr. Deputado Mário Soares e os oriundos de outras paragens bem diversas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Talvez a oposição democrática, pois a outra é, como sabem, totalmente incorrigível ...

Protestos do PCP.

... se esteja a convencer de que, como Sá Carneiro aqui afirmava há já um ano, «em democracia tudo deve ser simples e relativo e nada deve ser encarado sem o sentido da proporção e sem um mínimo de sentido de humor. Mas nada pode ser encarado e sobretudo resolvido sem o sentido da realidade».

Certamente também por terem concluído, perante a coesão e a segurança do Governo e da maioria, que acabaram finalmente as sucessivas eleições que transformaram os anos passados numa ininterrupta campanha eleitoral e que antes que passem quatro anos não haverá novo sufrágio para a renovação de qualquer órgão de soberania.

Possivelmente ainda por se verificar uma maior consciência por parte da classe política democrática das características do papel, sem dúvida importante, que desempenha na sociedade contemporânea. E se entre elas está a efemeridade inerente à mutabilidade que caracteriza a política e os seus fenómenos, perdem sentido os discursos que, pretensiosamente, pareciam dirigidos à história e às gerações e aos tempos futuros.

A tarefa dos políticos é, para nós, fundamentalmente instrumental. Eles devem ser os construtores das condições que permitam o desenvolvimento da obra colectiva dos homens do seu tempo e o aparecimento dos artistas, dos escritores e dos cientistas que, esses sim, ficam individualizados pelo seu génio criador. Pelo contrário, quem se lembra já da generalidade dos que nos antecederam nestas tarefas, não digo já há um século, mas há sessenta ou cinquenta anos atrás? É que, para lá de três ou quatro homens públicos, de excepcional envergadura, os políticos de cada época são julgados em bloco, como um todo, pelos resultados do seu labor colectivo, pelo seu sucesso ou insucesso na manutenção da liberdade e na melhoria das condições de vida do povo que neles confiou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Neste debate — é outro elemento positivo — não afloraram sequer algumas questões que sempre apareciam antes, que foram discutidas à saciedade em debates anteriores e hoje nem se põem: se o Governo — ou melhor, o seu Programa — vai ou não «passar»; se durará dois meses ou um ano; se pode subsistir; se tem possibilidade de executar o seu Programa, nomeadamente fazendo aprovar legislação, aqui, nesta Câmara. Deve-se este facto, revelador de que entramos na normalidade democrática, à existência de uma maioria parlamentar estável que torna obsoletas aquelas questões que tanto nos preocuparam em passado bem recente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo mostrou-se convicto do que pretende realizar, revelou segurança nas opções que justificou, esclareceu as dúvidas que lhe foram colocadas e mostrou sentido das responsabilidades do Estado que neste momento pesam sobre si. Evitou, como o seu antecessor, meter-se em querelas partidárias ou dar seguimento aos, aliás, mais espaçados acessos de febre demagógica de alguns deputados da oposição. Mostrou o seu conhe-

cimento dos problemas que afectam os Portugueses, a sua preocupação pelos mais desfavorecidos e explicitou as medidas que desenvolverá no sentido da manutenção da democracia, do seu completamento, da elevação do bem-estar e da qualidade de vida dos Portugueses.

Por seu lado, os deputados da maioria, sem prejuízo da profundidade de diversas reflexões, empregaram vivacidade sem excessos ao debate.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Alguns ...

O Orador: — ... mostrando que assumem também o Programa deste seu Governo, resultante, aliás, do projecto que em comum apresentaram ao eleitorado. Permitam-me que me refira — como é natural — em especial ao elevado número de deputados da minha bancada que interviewaram com a oportunidade, a certeza, a acutilância necessárias ao verdadeiro debate parlamentar. Tentámos verificar se as oposições traziam algum projecto alternativo ao da maioria e qual era o fundamento real das suas críticas ao Governo. Deste debate resultou para nós o pouco fundamento da crítica feita e a total falta de alternativa ao projecto da Aliança Democrática. De novo veio ao decima, por vezes, o maniqueísmo que as oposições bebem na matriz ideológica de que estão enformadas. Alguns deputados parece julgarem-se donos do bem e da verdade absolutos, atirando para nós os custos de tarefa de portadores de todo o mal e de todo o erro. Num e noutro caso manteve-se um total primarismo de análise, velho e podre de cento e cinquenta anos. Ainda ouvimos, meio incrédulos, meio divertidos, um ou outro deputado lançar-se curiosamente na explanação da mais primitiva e fantasiosa «luta de classes», da luta dos interesses dos pobres, dos operários, dos doentes, dos trabalhadores, todos integralmente e só, em exclusivo, representados pelas oposições, contra os interesses dos ricos, do capital, dos médicos e dos burgueses, que efectivamente só caberiam à maioria. Não vou explicar-lhes por que motivo a sua análise de sociedade é hoje ridícula; podem aprendê-lo em qualquer manual, se quiserem deixar de ter o intelecto nos meados do século XIX. Só lhes refiro que os trabalhadores, os agricultores, os reformados, os pobres, os doentes portugueses aprenderam à sua custa o que foi a governação dos seus pretendentes representantes nos últimos anos.

Vozes do PCP: — Da AD!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Orador: — Por isso, depois de cinco anos em que se fartaram de palavras que não resultaram em acto, mas no agravamento das suas condições de vida, colocaram em minoria os partidos da oposição. É que pouco importa que se reclamem dos trabalhadores aqueles que não souberam zelar pelos seus interesses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os trabalhadores confiam e votam nos que, na prática, são capazes de lhes dar satisfação — e os resultados de 5 de Outubro aí estão para o demonstrar.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Por outro lado, as oposições tentaram esconder com algumas flores de retórica o seu immobilismo e o formalismo de que continuam possuídas. Arvoram-se mais uma vez em intérpretes únicos dos «textos sagrados». Deram quase às palavras um poder mágico, repetiram fórmulas como que em ritos encantatórios. Examinaram exaustivamente frases do Programa ou do discurso do Primeiro-Ministro, destacadas do seu contexto, a que deram interpretações subjectivas e fantasistas, que não esconderam a perturbação que lhes causou a linguagem nova que aqui trouxemos e a que não se querem habituar.

A título de exemplo refiro apenas a expressão «o Governo lutará pela libertação da sociedade civil», que, à luz dos princípios que enformam o programa eleitoral e a prática política da AD só pode ter, evidentemente, uma leitura, expressamente confirmada e desenvolvida no Programa do Governo: o Executivo apoiará todas as capacidades criadoras dos Portugueses em todos os domínios, desde o cultural ao social, passando pelo económico, pelo científico e tecnológico, sem esquecer a deseável conotação regional. Diminuirá, por isso, a excessiva intervenção do Estado que se vinha verificando nos vários domínios, e não apenas num, sendo retirados à classe burocrática os mecanismos com que ela tem sustentado o seu poder sobre a sociedade civil. Talvez esteja aqui — quem sabe — a explicação do alarme de alguns deputados. Ou então tratou-se apenas de uma manifestação do conhecido mecanismo de transferência psicológica: quem entende que a sociedade só pode evoluir e criar sob o comando do Estado, transfere as suas intenções dirigistas para os outros; quem pensa que o economicismo em que mergulha é universal, aplica frases alheias que se referem à sociedade em geral exclusivamente ao campo da economia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De novo foram patentes as profundas contradições entre os seis partidos que estão na oposição, mesmo no seio das coligações em que se agrupam.

Por um lado, o PCP, como não pode nem quer explicitar a sua alternativa de poder — que os Portugueses, aliás, apreciam em acção na Polónia e noutras paragens —, refugia-se num projecto em absoluto conservador, limitando-se a defender o estado de coisas que lhe permite conservar os restos do poder que ainda tem. Pouco lhe importa que para isso tenha de repetir *ad nauseam* os mesmos *slogans*...

Risos do PSD.

... que, com gritos que escondem a falta de convicção, venha arvorar-se em defensor das liberdades, como se os Portugueses não vissem o que vai pelo Mundo e pudesse esquecer o que foi a amostra do poder de terror que exerceu em 1975.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Que tenha de recorrer a uma linguagem velha de quarenta anos, a ponto de muitos nossos visitantes se declararem rejuvenescidos por ouvi-

rem, aqui, aquilo que nos seus países há décadas desaparecerá completamente. Não é, apenas, pois, pela ideologia, como entre outros pretende Henry-Lévy, que os partidos comunistas estão hoje, de facto, na extrema-direita, mas sim pela prática e pela linguagem ultraconservadora que produzem, e os vão transformando cada vez mais em bem verdadeiros fósseis pré-históricos da política do nosso tempo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Orador: — Da FRS há que destacar que dois pequenos partidos se propuseram, tal como o Partido Socialista, ser «oposição de construção» ou «oposição afirmativa» — registamo-lo com agrado. Mas com o PS não esconderam também um certo dirigismo confuso, a crença ingénua de que o Estado tudo pode resolver, quer pela multiplicação de leis, Sr. Deputado Jorge Miranda, quer de serviços, de intervenções, Srs. Deputados restantes. Como é possível hoje pensar assim? Não falo já do avanço crítico dos nossos contemporâneos que deveriam conhecer, da própria realidade que o mundo hoje nos mostra. Lembro-lhes o velho Tácito, por exemplo, e tantos outros clássicos, ocidentais ou chineses — se não se importam —

Risos.

... que já há milénios meditavam sobre tal problemática e censuravam vivamente a euforia legiferante, a hipertrofia do Estado e os perigos que, na realidade, representam para a liberdade.

Vozes do PSD do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Para lá disso, os partidos da Frente mostraram que não tinham modelo alternativo; que entre si havia contradições em matérias tão importantes como a defesa e a política externa; que uns parecem agora — pareceu-nos esta manhã — entusiasmados pela iniciativa privada enquanto outros são muito mais reticentes, que, esquecendo que a esquerda sempre se caracterizou pela inovação e pelo movimento, pretendem, sobretudo na revisão constitucional — e oxalá me engane —, mudar pouco, talvez alguma coisa para que tudo fique na mesma, como se não tivessem passado seis anos, como se a realidade e até a sua própria prática governativa não tivessem mostrado que em muitos aspectos a Constituição era, como sempre se soube, transitória.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Manteremos connosco, Srs. Deputados, tal como o Governo fará, e já o disse, um diálogo constante. Não encontrareis qualquer sombra de rancor ou de arrogância da nossa parte, mas sim a maior tolerância, bem como o respeito pelos vossos direitos, enquanto oposição, e pelas vossas críticas. Se é certo que seria impensável — e não o faremos nunca — deixar de cumprir a mais pequena parte do nosso programa — que foi o que os Portugueses aprovaram —, para vos agradar, não é menos certo que há grandes questões em que urge um consenso alargado sobre os princípios fundamentais com o maior partido da oposição e seus aliados, como sejam

a revisão constitucional, a integração na Comunidade Europeia, as Grandes Opções do Plano a Médio Prazo, as grandes linhas das políticas externa, da defesa e da cultura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É que aí estão em jogo valores que se projectam no tempo — esses sim — e que transcendem as fronteiras partidárias. Aí toca-se no que virá a ser, não efémero mas permanente na vida nacional, e isso exige um acordo alargado, para bem da nossa Pátria comum.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD quer afirmar aqui, de novo, pela minha voz, e peremptoriamente, e sem reservas, que apoia totalmente o Governo de Francisco Pinto Balsemão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quer expressar, mais do que isso, a co-responsabilidade que assume na execução do seu Programa, emanado do Programa Eleitoral da Aliança Democrática.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Falo em primeiro lugar por fidelidade a uma linha política iniciada em 1979, consubstanciada num projeto que por duas vezes obteve a concordância do eleitorado.

Temos, pois, um mandato popular expresso e reforçado em 5 de Outubro que nos exige que governemos nos próximos quatro anos — e nós iremos fazê-lo.

Não julguem aqueles que pretendem — como hoje se viu, espante-se, o próprio representante do Partido Comunista — dividir e inventar divisões no seio da Aliança Democrática, o que é natural para um partido monolítico que não sabe o que é o pluralismo de um partido nem sequer de uma coligação.

Não tentem essas divisões porque estão votados ao fracasso.

Nós em quatro anos governaremos com este Programa que consideramos o mais adequado para resolver os problemas dos Portugueses e para salvaguardar a democracia. Ele visa objectivos inquestionáveis, como a plena democratização do regime político e a modernização do sistema económico.

Pretende criar um clima de confiança que leve os Portugueses a investir mais e a trabalhar melhor, para que o desemprego que herdámos dos governos dos nossos opositores possa ser reabsorvido e haja mais abundância de bens produzidos no próprio país para os seus habitantes.

Quer o Governo, com este Programa, pôr cobro aos negócios ilícitos, à fraude e à evasão fiscal, ao mercado negro paralelo que, esses sim, são fenómenos frequentes e característicos das economias colectivizadas ou semicolectivizadas, onde o mercado não exerce qualquer função reguladora, mas todos eles são geradores de grandes injustiças e distorções que

se acumulam debaixo da capa diáfana da mentira fantasiosa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Vai este Governo prosseguir na descentralização do Estado, na reforma da administração pública e da justiça, tendo em vista uma melhor repartição do Poder através do território e um mais eficaz serviço às populações.

Continuará o processo de adesão de Portugal às comunidades europeias, marco decisivo na viragem da comunidade portuguesa do nosso tempo, sem prejuízo da abertura do Portugal ao Mundo, da fidelidade à Aliança Atlântica e do desenvolvimento de relações especiais com os países de expressão oficial portuguesa, bem como com os países árabes.

Propõe-se o Governo reformar, finalmente, o sistema de ensino e atacar de vez o problema da habitação.

Vai ele, sim, como o Governo anterior, debruçar-se prioritariamente sobre os mais esquecidos: os agricultores, os reformados, os doentes, através de medidas não dogmáticas, mas realistas que, nas circunstâncias actuais, permitem muito mais que os textos ou que os dogmas, a resolução dos problemas dos mais desfavorecidos. Dá particular relevância aos interesses dos emigrantes, portugueses da diáspora, que levaram a nossa cultura a todos os cantos do Mundo e a quem outros esqueceram, negando até, entre outros, o direito a participar em plenitude nas eleições para todos os órgãos de soberania que se pretendem representantes de todos os Portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Vai também o Governo — e isso está claramente escrito no Programa — evitar a expansão desordenada e irresponsável da economia, da urbanização, das culturas, zelando pela qualidade de vida dos Portugueses.

Não pretende, pois, crescimentos meramente quantitativos, está alertado para os riscos de tecnocracia, repudia o capitalismo selvagem e submete a acção do Estado a critérios de rentabilidade social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nem de outro modo poderia ser, não só tenho em consideração o fracasso visível das soluções conservadoras — e é inútil mencioná-las — nas circunstâncias actuais sejam onde for que sejam aplicadas, a par com a crise cada dia mais aguda das sociedades colectivas.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Importa referir que o facto de se pretender a liberalização do sistema não significa que se adopte uma política conservadora em matéria económica. Também Ota Sik a preconizava em 1968 para libertar a Checoslováquia do espartilho colectivista.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que os deputados da oposição não souberam ter em conta, nestes dias, nas suas críticas, foi que o ponto de partida do Governo da Aliança

Democrática foi diferente daqueles que, por exemplo, partidos sociais-democratas encontraram nas sociedades capitalistas em crise há quarenta anos. O que os engana é a aplicação automática e simplista de modelos iguais a situações completamente diferentes. Mas nós, os sociais-democratas portugueses, sabemos, desde a primeira hora, que para atingir os nossos objectivos programáticos, de libertação da pessoa humana, de liberdade, de igualdade e de solidariedade, é preciso agora liberalizar, promovendo sim um crescimento ordenado e redistribuindo com justiça o produto do trabalho comum.

Finalmente, este Programa visa claramente a afirmação da identidade cultural do povo português, reconhece o primado da cultura, a sua antecipação à política, não pretendendo tão-só a mera salvaguarda, importante, do património, mas, sobretudo, a expansão criativa da cultura viva, o apoio às suas multifacetadas expressões, como já aqui foi abundantemente demonstrado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É um Programa que, visando a transformação reformista do sistema, contribuirá para a sua modificação pacífica num sentido mais justo e mais moderno, garantindo a sobrevivência do regime e levando à prática as promessas do 25 de Abril.

Tendo para mim que um dos paradoxos que mais divertirá os historiadores consistirá em que, face aos ataques e aos ditos das oposições que dizem o contrário, poderão vir a concluir que foram os Governos da AD que, fazendo evoluir o sistema de acordo com a vontade popular, lhe terão dado a flexibilidade necessária para a sua perenidade — isto, claro está, no caso de não haver bloqueio na revisão constitucional, hipótese que considero, certamente — como todos os democratas —, absurda.

Aliás, quem superou o impasse político e económico que se verificava em 1979? Quem começou em 1980 a realizar no concreto as promessas de Abril que nós, repudiando todas as suas perversões totalitárias, militares ou colectivistas posteriores, sempre defendemos e às quais a enorme maioria dos Portugueses sempre connosco se mostrou apegado?

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Portanto, aqueles partidos que reivindicam para si o exclusivo do 25 de Abril entram, realmente, num delírio egocêntrico e exclusivista que os factos e a história desmentirão.

Risos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fomos, pois, eleitos para a mudança. Não seremos meros gestores da crise que os partidos hoje na oposição nos legaram. Queremos um Portugal aberto, livre, criativo e participativo, que nada tem a ver com os regimes fechados e estioladores de antigamente nem com as perversões que ocorreram posteriormente.

Visamos uma sociedade à medida do homem, que nela seja o centro.

Visamos a modernidade — contra os conservadores, os defensores do estado de coisas — permanente.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É por isso, Srs. Deputados, que vamos rejeitar as moções de rejeição da oposição e aprovar o programa deste Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apoiamos também este Governo tendo em vista a sua constituição, as pessoas que nele ocupam os postos governativos. Muitos foram nossos colegas de bancada, companheiros de boas e más horas ao longo de muito tempo. A todos saudamos calorosamente. Mas queremos salientar o presidente do nosso partido, o Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão, fundador e companheiro da primeira hora, fiel ao partido nas muitas horas difíceis que atravessou neste sete anos. O seu passado de há longos anos para cá, desde a juventude, na sua luta pela liberdade, nomeadamente na imprensa, a sua capacidade política, são a certeza de que este Governo triunfará.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Para ele a nossa palavra especial de incitamento amigo de companheiros.

Confiamos, finalmente, no Governo porque é a expressão do nosso querer e da vontade maioritária dos Portugueses que aqui representamos. Finalmente porque é — como já foi dito — o prolongamento da obra de Francisco Sá Carneiro, cujo legado queremos cumprir, cujo génio político marcará o nosso tempo como parlamentar, como líder e, sobretudo, como estadista.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Cada dia que passa mais viva é a sua memória, mais exigente é o compromisso que lhe devemos, o empenho na tarefa que nos foi comum.

Também o exemplo de político incansável e intelectual que foi Amaro da Costa nos incita a continuar a obra de que foi um dos grandes pioneiros.

Por tudo isto, repito, ao Governo, que aqui se encontra, aquilo que afirmei em 21 de Novembro passado, num debate da moção de confiança ao seu antecessor.

Pode, para isso, contar com o apoio, o estímulo, o conselho amigo, numa palavra, a solidariedade desta bancada, que, por ser total, não excluirá a crítica fraterna com vista à correcção de aspectos sectoriais da sua actuação que eventualmente se revelem menos positivos.

O nosso apoio será, por isso, integral mas exigente.

Congratulamo-nos que V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, tenha afirmado que o Governo «tudo fará para estabelecer uma colaboração profunda e permanente com a maioria parlamentar, de que se considera emanação».

Por nossa parte, garantiremos a coesão da coligação maioritária, no respeito pela individualidade pelo Programa e pelo estilo dos partidos que a compõem, primeiro exemplo de coligação estável e duradoura entre forças políticas diferentes jamais existentes em Portugal.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nós e vós temos um encontro com os mais desfavorecidos, com os que em nós confiaram, os

habitantes das regiões periféricas que desde 1974 sempre deram a estes partidos uma confiança integral e ilimitada ...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Ilimitada?

O Orador: — ... os pobres e os jovens que nos emprestaram a sua esperança e a sua alegria. É uma responsabilidade tremenda, nossa e vossa. Não podemos falhar. Vamos vencer pela democracia e por Portugal.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Mais uma chinesice!

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Chazinho, chazinho ...

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos, de pé, do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Primeiro-Ministro (Pinto Balsemão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Termina com esta minha intervenção o debate sobre o Programa do Governo, de um governo que mergulha as raízes da sua legitimidade democrática nas eleições de 5 de Outubro de 1980, de um governo que recebe como legado, consagrado pelo voto maioritário dos Portugueses, a obra profícua e competente do 1.º governo da Aliança Democrática. De um governo que encontra na Assembleia da República o apoio reforçado das bancadas que representam a coligação partidária vitoriosa nas últimas eleições legislativas. De um governo que tem um projecto, que consagra uma política, que constitui uma esperança para os Portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Nenhuma destas realidades foi convincentemente rebatida ou desmentida no debate que neste momento se conclui.

Apesar do tom grandiloquente de algumas das suas tiradas retóricas; apesar do fatalismo de certas das suas previsões políticas; apesar do dramatismo de algumas — poucas — acusações e de bastantes processos de intenção dirigidos pela oposição à actividade futura do Governo na execução do seu Programa; apesar de todo este inevitável — e já habitual — muro de lamentações de uma oposição que sente, e aqui revelou sentir, não poder constituir uma alternativa crível de governo, não foi rebatida nem a legitimidade democrática de um Executivo que resulta do veredito eleitoral de 5 de Outubro, em que se traduziu livremente a vontade popular, nem o facto indescutível do triunfo da Aliança Democrática nessas eleições, que constituíram um verdadeiro julgamento político das orientações programáticas e de actuação concreta do governo presidido por Francisco Sá Carneiro.

Do mesmo modo, ninguém ousou pôr em causa o reforço óbvio da maioria parlamentar da Aliança Democrática, que solidifica a base política de apoio ao governo a que presido e que permite apresentar

aos Portugueses um verdadeiro «contrato de legislatura», programado para quatro anos e destinado a garantir estabilidade e horizonte à competência e à eficácia governamentais que a Aliança Democrática lhes prometeu.

Aplausos do PSD e do PPM.

Finalmente, o Governo tem um projecto, que é o da Aliança Democrática e que foi o primeiro que uma coligação democrática partidária submeteu em Portugal ao voto do eleitorado, em condições de efectiva obtenção de uma maioria parlamentar. O Governo tem uma política, que o mesmo é dizer que não ilude opções de fundo na sociedade portuguesa, não nasceu para a transitoriedade, não pretende viver na contingência da gestão cessante; assume sem qualquer cedência a plenitude da autoridade democrática que lhe advém do apoio político e social da maioria do povo português; o Governo representa uma esperança para todos quantos desejam a paz e a segurança, não abdiquem da vida em democracia e liberdade e anseiam por metas arrojadas, mas realistas, de desenvolvimento económico e de justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quatro anos é o nosso horizonte. Depois deles chegará o momento em que os Portugueses de novo julgarão as nossas promessas e as nossas obras, com a mesma liberdade e o mesmo sentido de interesse nacional com que votaram nas eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Três conclusões essenciais retira o governo a que presido do debate que recaiu sobre o seu programa, bem como das condições políticas que o rodearam, dentro e fora da Assembleia da República.

A primeira dessas conclusões é simples: o povo português deseja a estabilidade política, não pretende viver em permanente clima de campanha eleitoral, quer um governo que governe, o que significa um governo que disponha dos meios adequados para fazer valer a sua autoridade e a sua capacidade de decisão.

A forma atenta, mas serena, expectante, mas imune a campanhas emocionais fáceis, como a opinião pública foi acompanhando este debate e até o modo como essa reacção genérica se insinuou positivamente em diversos espaços da conduta dos Srs. Deputados, nomeadamente das bancadas da oposição ou de algumas delas testemunharam que é hoje um desejo profundo do povo português.

Alguns considerarão que a rotina de discussões parlamentares desta natureza provocou já um desinteresse, um amorfismo, uma apatia para o comum dos cidadãos. Não é esse o meu entendimento.

Os Portugueses continuam empenhados na vivência democrática, não se alheiam de uma participação política activa e consciente, não alienam as suas múltiplas opções ideológicas, nem abdicam das suas legítimas aspirações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Querem, porém, viver em estabilidade e em segurança, com a certeza de que o governo que maioritariamente sufragaram nas eleições parlamentares pode de facto governar.

Estabilidade e segurança que têm de chegar a todos os pontos do território português, dentro de um projecto harmónico de construção do Estado democrático.

Desse projecto faz parte integrante e prioritária a continuação do processo de autonomia das regiões autónomas, que o Governo prosseguirá com empenho e com determinação.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não se tente a este respeito lançar acusações infundadas de laconismo ou de silêncio, porque elas resvalam não apenas no conteúdo claro e afirmativo do Programa do Governo, mas sobretudo nos actos que, em total conjugação de esforços com os governos regionais, foram praticados ao longo de 1980 e continuarão a sê-lo nos próximos quatro anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nunca o processo de autonomia regional sofreu um impulso tão forte como no ano passado, e o governo a que presido continuará a obra encetada. Prova disso é o facto de nos curtos dias que mediaram desde a nossa posse termos resolvido, em diálogo aberto com os presidentes dos governos regionais, o problema dos transportes e dos seus custos para as regiões autónomas, tendo em conta os custos da insularidade e o cumprimento dos estatutos das mesmas regiões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Este é um exemplo, entre vários, embora de primacial importância, que demonstra que assumimos democraticamente o Poder e não enjeitamos as responsabilidades que nos cabem.

Neste contexto, o Governo assegura, de forma clara e definitiva, que não se demite da sua obrigação política fundamental, que é a de governar, com determinação e permanente capacidade de realização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não alimentaremos quaisquer conflitos institucionais, geradores de tensões nocivas à estabilidade governamental que os Portugueses revelaram querer, mas não toleraremos que outros — dentro ou fora do poder político do Estado — desencadeiem tais conflitos, designadamente tentando suprimir, esbater ou minimizar poderes que o nosso ordenamento constitucional atribui ao Governo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A segunda conclusão que o Governo retirou deste debate reconduz-se à evidência de que a oposição não conseguiu apresentar-se, de forma crível, como uma alternativa governamental no presente e no futuro próximo.

Sem dúvida que a própria composição desta Assembleia da República, onde a maioria reforçada da

Alliança Democrática constitui um traço dominante, logo à partida limitaria qualquer hipótese de alternativa sólida de governo construída pelos partidos da oposição.

Simplesmente, a esta impossibilidade política numérica somou-se neste debate uma evidente ausência de alternativa programática coerente.

Relembremos, a este propósito, algumas passagens do Programa do Governo.

Nele se afirma, em primeiro lugar, e logo no seu capítulo I, que um programa de governo é um projecto global submetido aos representantes eleitos dos Portugueses, que ultrapassa o domínio exclusivamente económico, para abranger desde os pressupostos gerais da política nacional (pp. 3 e segs.) até aos objectivos políticos de fundo, de natureza interna (pp. 6 e segs.) e de natureza externa com particular atenção para o esforço integrado exigido pela adesão à CEE (pp. 32 e segs.). Mais se desenvolvem as metas sociais, que são essenciais em qualquer programa de governo (pp. 10 e segs.) e atestam a rejeição de uma visão meramente economicista da sociedade.

Por outro lado, o Programa expressamente declara que «o Governo encara a qualidade de vida, não como um luxo ou aspecto secundário do bem-estar dos Portugueses, mas como algo de essencial a esse bem-estar. Por isso, uma política de qualidade de vida não pode já ser vista como uma intromissão abusiva na esfera da liberdade individual, mas constitui imperativo para a subsistência desta».

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — E o mesmo Programa especifica medidas governamentais concretas inseridas na preocupação de salvaguardar uma visão ecológica da defesa do ambiente, a que se soma, como prioridade política, a diversificação das formas e fontes de energia (p. 83), tudo dentro de uma concepção que ultrapassa a ideia caduca de defesa do meio ambiente como modalidade de reserva de coutada para privilegiados.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Ainda o Programa do Governo, em diversos passos, contém a definição de objectivos muito claros quanto à orientação desejável do aparelho produtivo, dentro da consciência que, aliás, é lapalissiana em qualquer Estado social de direito, de que não é possível dissociar a distribuição dos rendimentos da diversa composição das produções prevalecentes na economia portuguesa.

No seu capítulo preambular, sobre as Grandes Opções (pp. 10 e segs.), o Programa refere a íntima ligação que existe entre a justiça social, o emprego estável, a participação dos trabalhadores na vida, nos resultados e na propriedade das empresas, a influência nas condições de organização do trabalho, de modo a consagrar a sua essencial dimensão como meio de realização pessoal e o seu sentido comunitário. Estes mesmos objectivos são desenvolvidos em termos sectoriais (pp. 94 e segs.).

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No subcapítulo II do capítulo I, as grandes opções da política global do Governo são

traçadas de modo a acentuar a necessidade de forte crescimento da produção e da produtividade, ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É só retórica ...

O Orador: — ... mas dentro de uma visão socialmente integrada, que é a de todo o Programa, e em que avultam as condições de vida dos Portugueses, a garantia do direito ao trabalho, a promoção da efectiva igualdade de oportunidade, a mais correcta distribuição dos rendimentos, a satisfação das necessidades sociais, designadamente das populações mais carecidas, nos domínios da cultura, da habitação, da formação profissional, da saúde, da habitação e da segurança social, e ainda outros objectivos prioritários, como a ultrapassagem de assimetrias regionais, o aumento da competitividade interna e externa, a diminuição da dependência do exterior, a preservação da qualidade de vida e o ambiente.

O Sr. António Arnaut (PS): — Só palavras! ...

O Orador: — Por esse motivo, o Programa dedica, sectorialmente, atenção particular à solução de problemas cruciais, como o do investimento, do emprego, do custo de vida, da habitação, da saúde e da educação, ...

O Sr. António Arnaut (PSP): — Mais palavras ...

O Orador: — ... e comprehende um desiderato muito nítido de difusão de novos valores e padrões culturais, próprios de um projecto que não vise apenas a consolidação de uma democracia formal, em particular política, mas pretende também garantir — e garantir nos actos, e não apenas nas palavras — as condições de uma efectiva democracia económica e social.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Só nas palavras.

O Orador: — Eu disse: nas palavras e nos actos, Sr. Deputado. Se não ouviu bem, não me importo nada de repetir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, o Programa do Governo aponta para a superação da visão do liberalismo económico de outrora, restrito à satisfação de necessidades individuais de consumo, e dá ênfase política intencional à satisfação de necessidades sociais, à situação dos mais carecidos e à responsabilidade nacional de todos os agentes económicos no sentido da efectiva prossecução de ideais de desenvolvimento e de justiça, responsabilidade essa que os agentes públicos, política e moralmente, devem também assumir.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Só, só nas palavras ...

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fiz intencionalmente este longo recordatório de objectivos

prioritários do Programa do Governo para poder, serenamente, concluir da incoerência lógica interna da moção de rejeição apresentada pelos três partidos que integram a FRS.

Ponto por ponto, citei aqueles passos do Programa do Governo que correspondem — e, portanto, respondem — aos considerandos (e a todos eles, sem exceção) da referida moção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se a FRS, de facto, quisesse propor a esta Assembleia da República e ao País uma conduta política face ao Programa do Governo apenas com base naqueles considerandos, deveria logicamente, apresentar uma moção de confiança, e não uma moção de rejeição.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não há um único dos considerandos, nos termos porventura apressados em que se encontram redigidos, que não ache resposta e consonância significativas no programa que se pretende rejeitar. E não se tirem daí conclusões precipitadas. Não é a AD que se aproxima da FRS. É a FRS que, sem espaço aparente de manobra, precisa de fundamentar a sua rejeição do nosso programa nos considerandos que vem recolher ao próprio Programa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Risos do PS, da ASDI e da UEDS

No máximo, a moção de rejeição apresentada pelos partidos que integram a FRS é, além de intrinsecamente incoerente, a prova mais evidente de que não dispõem neste momento de uma alternativa programática de governo devidamente elaborada.

No mínimo, a moção de rejeição é o fruto do improviso lusitano, de uma leitura apressada e superficial do Programa do Governo. E comprehende-se que, desta feita, o PS e os seus aliados eleitorais quisessem antecipar-se ao PCP para evitarem a contingência de, uma vez mais, aparecerem, em debates deste teor, aos olhos dos Portugueses a reboque de posições comunistas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM

Risos do PS.

Já se comprehende mal o improviso que é — objectivamente — esta moção de rejeição, com fundamentos tais que não poucas vezes no decurso do debate os Srs. Deputados da FRS tiveram de deles se afastar, invocando outros a favor da rejeição do Programa do Governo, como logo assinalei em resposta à primeira interpelação do PS.

Como o que se vai votar nesta Assembleia não é o elenco dos considerandos verbalmente expresso por certos dos Srs. Deputados da FRS, mas a moção de rejeição, com os considerandos que encerra algum gáudio terá o Governo em ver votar por um sector mincritário desta Câmara a rejeição do seu Programa com base em alegados considerandos que, logicamente, deveriam constituir os melhores argumentos para o seu apoio, e esse gáudio aumentou quando soubemos esta manhã que o Partido Comu-

nista Português ia também votar a mesma moção assente nos mesmos considerandos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Não nos alongamos sobre as moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo MDP/CDE. De uma parte, o PCP e a opção ideológica política e estratégica de que tem sido porta-voz tem, como é evidente direito à livre existência numa democracia pluralista como a nossa mas estas opções, não correspondem a realidades que se insiram no universo das concepções e das práticas democráticas em que se integram além da Aliança Democrática, partidos políticos da oposição como são os que compõem a FRS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Parece uma declaração de amor!

O Orador: — De outra parte, a AD e o seu Governo receberam do voto maioritário dos Portugueses a incumbência de prosseguir um projecto que é em pontos essenciais, substancialmente contrário ao apresentado pela coligação concebida, criada, animada e mantida pelo PCP.

Mal seria sé o PCP não tivesse apresentado uma moção de rejeição do programa do governo da AD, mal seria para a coerência tão apregoada do PCP e mal seria sobretudo para a coerência de que dispomos para realizar um projecto de sociedade que se opõe ao projecto do PCP, o qual tão claramente foi derrotado pelo voto dos Portugueses em 5 de Outubro de 1980.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Os Portugueses sabem da experiência elucidativa de anos recentes o que significa, em tantas das suas implicações, o projecto político, económico e social preconizado pelos dirigentes comunistas portugueses.

Os Portugueses acompanham com extrema atenção e preocupação a situação vivida em sociedades onde vingaram modelos de organização política, económica e social com os quais o PCP sistematicamente se mostrou alinhar. E como não tem vibrado a opinião pública no nosso país com os ventos ultimamente verificados na sociedade polaca e com a dimensão já histórica assumida por quantos, em condições tão adversas, têm lutado pela afirmação de direitos fundamentais do homem e o respeito pelo Estado de direitos dos trabalhadores até agora minimizados ou mesmo suprimidos!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Note-se, aliás, que o Partido Comunista revelou-se ao longo do debate mais preocupado com a Aliança Democrática do que com ele próprio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não se preocupem, Srs. Deputados do Partido Comunista, com a AD. A Aliança Democrática está de boa saúde, ...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — De boa saúde não parece nada...

O Orador: — ... funciona solidariamente, não abdica dos direitos e dos deveres que a vitória de 5 de Outubro lhe conferiu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Ao longo destes dias, as vossas tentativas de divisionismo não surtiram qualquer efeito; pelo contrário, essas tentativas de divisionismo reforçaram ainda mais a solidariedade existente entre os três partidos da AD na Assembleia da República, no Governo e onde quer que essa solidariedade seja necessária para o cumprimento do programa comum, que está na origem da nossa coligação.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Preocupem-se, sim Srs. Deputados do PCP, convosco. O vosso projecto foi derrotado em 5 de Outubro e não é por falarem uma dúzia de vezes em 7 de Dezembro que ele será ressuscitado.

Aplausos do PSD e do PPM.

Os resultados das eleições de 5 de Outubro, como ainda hoje aqui o acentuou o secretário-geral do Partido Socialista, são os resultados de eleições livres e democráticas e, como tal, não serão ignorados, postos de parte, ou desvirtuados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Preocupem-se, sim, com a vossa queda nessas mesmas eleições e preocupem-se com a alta probabilidade de ela prossuir, porque o Governo vai desenvolver o País, vai reformar as estruturas da sociedade, incluindo as estruturas mentais, vai governar em estabilidade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

E com o desenvolvimento, a justiça social, as reformas, a libertação da sociedade civil, a modernização do País, é o PCP que perderá e é Portugal que vai ganhar.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Uma voz do PCP: — O Portugal dos Melos.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma terceira e última conclusão importa reter e ressalta, aliás, do que acabo de dizer neste encerramento do debate do Programa do Governo.

Vem ela, aliás, na sequência das palavras com que finalizei a minha intervenção de apresentação do Programa do Governo: a Aliança Democrática está unida, coesa e confiante e sai deste debate reforçada na sua unidade e convicta do papel histórico que assume como governo para Portugal pelo período dos próximos quatro anos.

Uma voz do PCP: — Mais um apelo à unidade!

O Orador: — Como, aliás, o demonstrará pela afirmativa na discussão e votação da moção de confiança que hoje ainda, em nome do Governo, apresentarei a esta Câmara. Logo nas declarações iniciais dos partidos políticos todos aqui pudemos ouvir, pela voz clara e empenhada do Sr. Deputado Amândio

de Azevedo, a determinação com que o Grupo Parlamentar do PSD se dispôs a apoiar o governo a que presido, na convicção de que para os sociais-democratas portugueses o que está em causa nos anos que se seguem é o imperativo nacional de democratizar, reformar e modernizar a sociedade em que vivemos, e o projecto da AD — de que o Governo é executante privilegiado — constitui a única alternativa corajosa, sensata e nacional para prosseguir tais objectivos.

Agora mesmo ouvimos o Sr. Deputado Pedro Roseta, que, com propriedade veio reforçar esta tese, ao afirmar que o Programa do Governo corresponde à mudança que a Aliança Democrática ofereceu ao País e que o País escolheu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ouvimos de manhã o Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro Teles, em nome do PPM, a que preside, e com o significado acrescido da sua participação na liderança da AD, testemunhar a esperança e o apoio que o PPM empenha no governo a que preside. E, finalmente, o Sr. Deputado Diogo Freitas do Amaral, presidente do CDS e figura intimamente ligada à génesis e à afirmação nacional do projecto da AD, aqui declarou o apoio dos centristas portugueses ao Governo, cujo Programa acaba de ser debatido.

Applausos do PSD, do CDS e do PPM.

As três grandes componentes da AD fôrâm peremptórias em reiterar a convicção de que nem por um só momento deixaram de constituir uma certeza indiscutível para o governo a que presido.

Estamos unidos em torno do mesmo projecto para Portugal. Ninguém poderá contar com a nossa divisão, a nossa fragmentação, o vacilar da nossa fé.

Perante uma oposição devidida por três moções de rejeição, estamos coesos.

Perante uma oposição que não se apresenta como alternativa crível de governo, estamos dispostos a governar Portugal e fá-lo-emos, sem hesitação e sem ambiguidades, para, antes de mais, modernizar a sociedade e desenvolver o País — uma sociedade e um país que se lancem decididamente no rumo do desenvolvimento económico e experimentem a inovação educativa, científica e tecnológica, bem como a correspondente renovação cultural. O nosso projecto político decorre de imperativos culturais, que não podem ser ignorados, porque reflectem valores profundos da sociedade portuguesa e sem os quais as reformas que desejamos não passam de arranjos ou ornamentos de ocasião e a integração na Europa poderia ela própria ser apenas mercantista.

Applausos do PSD, do CDS e do PPM.

Governaremos também para promover a justiça social, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Sem justiça social a liberdade perde-se num formalismo despido de parte substancial do seu conteúdo. O bem-estar e a qualidade de vida testemunham, por seu lado, a nossa aposta num desenvolvimento económico que esteja colocado ao serviço do homem, do homem todo e de todos os homens, não apenas de sectores restritos, de castas privilegiadas, de regiões favorecidas.

Applausos do PSD, do CDE e do PPM.

Governaremos, por fim, para garantir a democracia, a estabilidade e a paz.

Democracia, estabilidade e paz que supõem a libertação e a afirmação da sociedade civil num país em que — do económico ao cultural, do social ao político — vive ancestralmente, com várias cores e sinais diversos, um paternalismo estadual sistemático e quase indiscutível.

Não significa isto que se ponha em causa a legítima autoridade do poder político, nem admite o Governo que se venha a entender que a sua autoridade plena possa vir a ser esvaziada, ou sequer esbatida, por força de movimentações pseudo populistas ou de pressões mais ou menos institucionalizadas de grupos de interesses particulares ou sectários.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Poder não está, nem poderá estar, em leilão. A reconstrução do Estado democrático é, pois, tarefa que continua na ordem do dia. E a autoridade democraticamente legitimada é um valor indissociável da liberdade da sociedade civil nas suas mais variadas formas.

No fundo, a democracia — que para nós não é apenas formal, mas plena, e portanto económica, política e social — assenta na capacidade de cada sociedade e de cada homem para atingirem novos horizontes de modernidade, de desenvolvimento integral e de paz, em clima de liberdade.

No dizer do Papa João Paulo II, «a liberdade constitui a medida da maturidade do homem e da nação. É um esforço a ser retomado incessantemente para dar ao homem a sua plena humanidade».

É para dar às portuguesas e aos portugueses a sua dimensão individual e global de humanidade que o Governo trabalhará.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo sai deste debate com a mesma confiança, determinação e serenidade com que nele entrou. Mas sai também, pelo próprio modo como decorreu o debate, fortalecido nas condições políticas que constituem pressupostos da sua actuação consciente das dificuldades enormes que o aguardam, mas convicto de que as vai enfrentar e vencer, sem temer o negrume das profecias de alguns, sem vacilar perante os fantasmas acirrados por outros, sem duvidar da confirmada coesão e esperança reveladas pelos partidos componentes da Aliança Democrática. Decidido a continuar a tarefa a que meteu ômbros, com o apoio da maioria desta Assembleia da República e em consonância com o desejo dos Portugueses de paz, de segurança, de estabilidade política, de desenvolvimento económico, de justiça social e de modernização de uma sociedade que, como dizia Francisco Sá Carneiro, de tão arcaica, nem sequer poderá ser qualificada como conservadora.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Temos connosco a força do nosso projecto, a certeza do apoio maioritário dos Portugueses, o veredito claro e imperativo das eleições de 5 de Outubro de 1980.

Vamos, pois, com confiança, com determinação e com serenidade, continuar a trabalhar por Portugal!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, segue-se a votação das moções de rejeição, que, regimentalmente, será precedida de um intervalo de trinta minutos.

Fica suspensa a sessão por esse período de tempo, recomeçando os trabalhos às 17 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Pergunto à Câmara se dispensa a leitura do teor das diferentes Moções de Rejeição visto terem sido lidas na altura da sua apresentação.

Pausa.

Visto não haver nenhuma objecção, vamos proceder à votação das moções de rejeição do Programa do VII Governo Constitucional por ordem da sua apresentação.

Como VV. Ex.^{as} sabem, no dia 16 deste mês foi apresentada uma moção de rejeição, subscrita pelos Srs. Deputados dos três partidos que integram a FRS, e no dia 21 foram apresentadas mais duas moções, sendo a primeira do Partido Comunista e a outra do MDP/CDE.

Vamos passar à votação da moção de rejeição do Programa do Governo apresentado pela FRS.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 134 votos contra (do PSD, do CDS e do PPM) e com 98 votos a favor (do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar a moção de rejeição proposta pelo Partido Comunista.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 134 votos contra (do PSD, do CDS e do PPM), com 39 votos a favor (do PCP, do MDP/CDE e da UDP), e com 66 abstenções (do PS, da ASDI e da UEDS).

O Sr. Presidente: — Segue-se a votação da última moção de rejeição, apresentada pelo MDP/CDE.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 134 votos contra (do PSD, do CDS e do PPM), com 39 votos a favor (do PCP, do MDP/CDE e da UDP) e com 69 abstenções (do PS, da ASDI e da UEDS).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, anuncio desde já à Câmara a apresentação pelo Governo da moção de confiança que será oportunamente discutida, e agora iniciar-se-ão as declarações de voto por ordem crescente do número dos Srs. Deputados de cada partido.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A UDP está impedida de apresentar moções de rejeição. Senão tê-lo-ia feito.

O voto favorável que demos às três moções de rejeição tem essencialmente a ver com a atitude de total oposição ao Programa do Governo e não com os textos das referidas moções.

Na verdade só podemos rejeitar um programa que, por exemplo, em relação a um dos principais factores de preocupação do nosso povo, a inflação, não só não apresenta qualquer solução razoável como aparenta a mais crassa ignorância em relação às suas origens.

Mas não nos enganamos porque afinal não se trata de simples ignorância. Trata-se de pretender escamotear que a fonte principal da inflação está nos grandes lucros das multinacionais e dos capitalistas e nas despesas astronómicas com armamentos e no reforço dos aparelhos de Estado, por parte das grandes potências imperialistas e dos países capitalistas.

Um Programa que põe na diminuição das despesas públicas, no aumento do investimento e da produtividade a resolução para o combate à inflação, para assim aumentar a taxa de exploração dos trabalhadores, intensificar os ritmos de trabalho, aumentar os horários, justificar os desvios orçamentais para os incentivos às empresas privadas, em vez de aplicar o dinheiro pago pelo povo em medidas concretas de melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Um programa que fala em negociações livres entre patrões e assalariados escamoteando as condições em que essa negociação se realiza: o desemprego, os despedimentos, os contratos a prazo, a repressão patronal, a repressão policial sempre ao serviço do patronato que conta ainda com o total apoio do Governo.

Na verdade, só poderíamos rejeitar um programa e um governo que, falando de liberdade, se preparam para reforçar a libertinagem dos ricos, impondo cada vez mais limites à liberdade dos trabalhadores que no fundo se reduz à liberdade de oferecer a sua força de trabalho no mercado dos grandes empreendimentos capitalistas. A liberdade de serem explorados.

Só poderíamos rejeitar um governo cuja política aponta para a liquidação das pequenas empresas do comércio, da indústria e da agricultura, ao bel-prazer dos interesses dos grandes monopólios da CEE. Desses monopólios que por essa Europa fora não conseguem sequer entender-se entre eles, agravam a situação de crise que o capitalismo atravessa e atiram com ela para cima dos trabalhadores e para isso aceleram a fascização dos aparelhos de Estados das chamadas democracias ocidentais que controlam. Veja-se o caso da Turquia, mais brutal e da República Federal Alemã mais computorizado.

É na dupla missão de pôr o nosso país ainda mais à mercê da ganância das multinacionais e dos capitalistas indígenas e da preparação do terreno para a sua actividade através do reforço do aparelho repressivo do Estado, desde as leis até às polícias, que o Governo se realiza, se justifica e se impõe, amparado no braço militarista da NATO.

O nosso povo apercebe-se da demagogia do Governo e da aldrabice dos seus números, não através dos órgãos de comunicação social por ele controlados, mas através dos dados reais com que a vida o sacode: o aumento dos preços, a habitação degradada ou simplesmente a falta de habitação, a cultura amordaçada e violentada, a repressão sobre os trabalhadores, os contratos a prazo, o desemprego, a doença, a en-

trega das nossas fontes de matérias-primas à voracidade das multinacionais.

Por isso o Sr. Deputado Freitas do Amaral aqui apelou veementemente à transformação, ainda mais brutal, da comunicação social, num autêntico e inerte búzio, que nada mais faça do que ressoar massadamente os gestos e movimentos dos já isolados membros do Governo.

Cada vez mais isolados, quanto mais evidente ressaltar a contradição entre a propaganda dos seus actos e o verdadeiro conhecimento desses mesmos actos pelas massas populares que, ao conhecê-los, lhes sofrem os brutais resultados.

Mas, por isso mesmo, o Governo será cada vez mais agressivo e violento no confronto com a revolta justa e legítima dos trabalhadores.

É a esta revolta que a UDP saberá dar orientação e organização para a transformar numa torrente impetuosa e irresistível que derrote a AD e leve aos caminhos da liberdade, do bem-estar e da independência nacional que o povo exige e saberá impor.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sem prejuízo do muito respeito que merecem a produção das declarações de voto, mas porque se me afigura neste momento inteiramente necessário, antes de dar a palavra a um deputado do MDP/CDE que produzirá a declaração de voto que se segue, convocaria uma rápida reunião dos representantes dos grupos parlamentares para uma troca de impressões sobre se teremos ou não intervalo e para o ajuste do tempo da sua duração.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Arnaut.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Programa deste Governo marca mais um passo no caminho contra o 25 de Abril.

É com solenidade e com um grande sentido da responsabilidade que o MDP/CDE o afirma perante o povo português.

A um programa que não é de recuperação económica, mas de recuperação capitalista; a um programa que não visa a gestão inteligente e planeada da nossa riqueza material e humana, mas a organização da estrutura social que se acomoda aos interesses estrangeiros e secundariza o interesse nacional; a um programa que se objectiva na criação de uma falsa estrutura educativa, vendo-se ao espelho da CEE, e deixa a população no analfabetismo ou na pós-analfabetização, as crianças sem infantários, sem escolas pré-primárias, sem cuidados de saúde, sem alimentação, sem habitação; a um programa que não serve os interesses do povo português porque não é feito para o servir, a este programa junta-se uma tentativa artificiosa de abalar fortemente o espírito crítico e a segurança libertadora do 25 de Abril.

Foi nesta convicção que o MDP/CDE na gestão do pouco tempo que lhe foi dado de intervenção não quis deixar de considerar a área cultural, certo de que, apesar de expressa com mais elegância e mais

correcção intelectual, do que no programa anterior, ela irá servir, e está fortemente apetrechada para isso, a ideologia implícita na formulação deste governo e explícita no discurso de apresentação do Sr. Primeiro-Ministro.

O MDP/CDE congratula-se por outras bancadas da oposição terem feito a denúncia desta ideologia.

Este programa, que se diz libertador da sociedade civil, coloca antes, em cima dela, uma apertada grelha de padrões sociais que impedem o contacto directo com os factos, a sua análise e a sua crítica, e transportam a sociedade para o mundo emaranhado dos valores, sabendo que a adesão a tais valores teóricos, não é um acto racional e lógico, mas é um acto afectivo.

A afectividade de cada um de nós não pode ser, Srs. Ministros e Srs. Deputados, pertença de um estado que é um estado democrático.

Este programa não é um programa de acções é um programa de valores, de que a criação do Ministério da Qualidade de Vida é um simples afloramento.

Este programa tutelar e paternalista onde falta a dinâmica social, onde falta a liberdade da inteligência popular corre o risco de estiolar em valores secos, em atitudes mentais de fuga à realidade e tornar-se uma perigosa arma contra a própria democracia.

Perante esta situação grave, o MDP/CDE, de acordo com a longa luta do povo português, rejeitou o Programa deste governo: considerando que o Programa do VII Governo, presente a esta Assembleia, não se ajusta à nova realidade de Portugal de Abril; considerando que ele antes retoma em muitos sectores valores do passado; considerando que ele implica uma governação que não resolve, nem sequer equaciona, os principais problemas do País; considerando que a filosofia, inerente a este programa do Governo, contraria princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, seguir-se-á a declaração de voto da Acção Social Democrata Independente e depois a da União de Esquerda para a Democracia Socialista. Todavia, a declaração de voto destes dois partidos é feita em conjunto com a declaração de voto do Partido Socialista e será o Sr. Deputado Salgado Zenha que em nome da FRS a irá produzir.

Portanto, dou a palavra a um representante do PPM.

Pausa.

Srs. Deputados, só um momento, visto que naturalmente o PPM não esperava ter de fazer nesta altura a sua declaração de voto.

Pausa.

Quererá o Sr. Deputado Salgado Zenha fazer neste momento a declaração de voto da Frente Republicana e Socialista, visto que na verdade o PPM não contava ter que produzir a sua intervenção tão cedo?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, não sou Monárquico, mas tenho muito gosto em fazer gentileza aos nossos deputados monárquicos. Aliás, a

Monarquia deve respeitar a hierarquia e, pelos vistos, neste caso isso não acontece.

Srs. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em nome do Partido Socialista, da ASDI e da UEDS, partidos integrantes da FRS, a nossa declaração comum de voto sobre as votações que acabaram de ter lugar corresponde à apresentação da moção de rejeição subscrita em comum pelos partidos da FRS.

Esta manhã, no encerramento do debate do Programa do VII Governo Constitucional foi sublinhado pelos líderes do PS, da ASDI e da UEDS que a apresentação conjunta da moção de rejeição do início dos debates era motivada, no essencial, pela consideração de que o que nos distingue do Governo e da AD se fundamenta num projecto alternativo global. Não será esta ou aquela medida pontual, este ou aquele programa sectorial — com que eventualmente poderemos estar de acordo — ou em desacordo — que nos poderiam levar a mudar o sentido do nosso voto.

Afirmou o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo, repetiu-o enfaticamente o Sr. Deputado Freitas do Amaral, que este governo é um governo de continuidade. Registamos a afirmação, mas queremos salientar que este governo não beneficia agora das facilidades de que o anterior beneficiou ou porque se encontra limitado pelas consequências financeiras e políticas do eleitoralismo fácil do anterior governo ou também porque, em virtude da consciência dessas mesmas dificuldades a operacionalidade se encontra desde já ferida pelas fissuras que afloram já nos seus apoios.

Este governo ensaiou uma tentativa fruste de desviar as atenções dos problemas essenciais que o País enfrenta e da sua incapacidade para os resolver, disparando uma girândola de *slogans*, tais como «a libertação da sociedade civil», a «inovação», a «modernidade» e a «democracia plena sem tutelas».

No que respeita à libertação da sociedade civil, o Governo e a AD limitam-se à repetição deste *slogan* sem sequer terem a noção real do seu conteúdo no contexto da sociedade portuguesa contemporânea.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Houve e há, de facto, uma luta dura, tenaz, prolongada pela libertação da sociedade civil em Portugal. Esta luta foi dirigida, em primeiro lugar, contra o regime autocrático derrubado em 25 de Abril, tendo recebido as mais largas contribuições de sectores que se encontram hoje na oposição e a que são totalmente alheios os sectores dominantes da Aliança Democrática.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Compreende-se que estes sectores venham hoje subitamente descobrir esta luta pela libertação da sociedade civil, exactamente porque dela nunca tendo participado, também dela não poderiam ter memória.

Mas continua hoje a haver, na verdade, uma luta a travar pela libertação da sociedade civil. Impõe-se reforçar os grupos e movimentos sociais para limitar e controlar democraticamente o poder do Estado e avançar numa via descentralizadora e antiburocrática. Só assim tem sentido a construção do Estado demo-

crático e constitucional, cujos alicerces o Governo e a Aliança Democrática pretendem solapar. Referimo-nos aos princípios essenciais da organização económica e social da Constituição da República, com vista ao adequado controle do poder económico pelo poder político democrático, o que certamente não se consegue pela destruição do sector público e pelo regresso dos grandes potentados económicos, como deseja a Aliança Democrática. Referimos ainda a comunicação social estatizada onde a Aliança Democrática tem feito reinar a manipulação, a mediocridade e a incompetência, como nos velhos tempos de António Ferro e Salazar.

Por tudo isto, estamos em profundo desacordo com o pensamento e a prática do Governo acerca do entendimento do que seja a verdadeira e autêntica libertação da sociedade civil.

No que respeita à propalada «modernidade», o governo da Aliança Democrática não conseguiu esconder as suas tendências passadistas. É disso prova a escolha das suas prioridades, todas elas orientadas para a criação de condições favoráveis ao aumento da taxa de lucro sem qualquer preocupação real pela satisfação das necessidades básicas da população. Com o governo da Aliança Democrática a «modernização de Portugal» afastar-nos-á, cada vez mais, dos padrões que vigoram na Europa. A Europa que a Aliança Democrática tem em mente é a Europa fossilizada do capitalismo selvagem que pretende solucionar as suas próprias crises pelo aumento maciço do desemprego. Convença-se, a Aliança Democrática de que isto já não é possível, como o Governo verificará em breve.

No que respeita à «democracia plena sem tutelas», tão insistentemente invocada pela Aliança Democrática, ficou-nos a certeza, como já foi aqui sublinhado, de que tudo se resume na adopção de critérios puramente formais que escondem, por vezes, designios antidemocráticos. Para nós, democracia política, justiça social, liberdade e ausência de tutelas são parte integrante de um todo, que só poderá construir-se no respeito pelo espírito do 25 de Abril, dos seus objectivos de liberdade, igualdade e solidariedade social..

A Aliança Democrática e o Governo mostraram, neste debate, que seguem uma linha de actuação fundada num pensamento conservador que nada tem a ver com o projecto transformador assumido pela Frente Republicana e Socialista.

Por tudo isto, apresentámos a nossa moção de rejeição, e votámos consequentemente.

A solução para os problemas do povo e de Portugal, não está na Aliança Democrática, mas sim na Frente Republicana Socialista.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, permita-me que antes de fazer a declaração de voto agradeça as amáveis palavras do Sr. Deputado Salgado Zenha, que não ouvi mas que me foram comunicadas, e também a abertura que o Sr. Deputado demonstrou em «furar» a hierarquia destas intervenções intervindo antes de nós.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Talvez à custa de graves prejuízos eleitorais,

nunca o PPM hesitou em definir o que considera como perigoso para o regime democrático. Por isso não assinou o Pacto MFA-Partidos e denunciou-o como porta aberta para a ditadura. Por isso denunciou à Constituição de 1976 por conter princípios ideológicos contrários ao pluralismo e à alternância democrática.

Os acontecimentos deram-nos, infelizmente, razão. Passados quase sete anos sobre o 25 de Abril ainda se discute a institucionalização da democracia, continuando por cumprir, pelo menos nesse aspecto, o que o programa do MFA e, posteriormente, a classe política, prometeram e devem aos Portugueses.

Pagamos, ainda hoje, a pesada factura política da manutenção dos militares na área do Poder, da manifesta provisoriade e programaticidade constitucionais, e das hesitações das forças democráticas na definição do que se deveria entender por regime constitucional democrático.

Cabe aqui recordar o exemplo da evolução democrática espanhola e o papel decisivo nela desempenhado pelas instituições monárquicas.

Na discussão do Programa do Governo veio mais uma vez à colação um certo catastrofismo, já habitual, no que diz respeito à estabilidade das instituições e aos perigos que espreitam a democracia. Procurou-se explorar inexistentes entrelinhas do Programa e nelas encontrar terríveis escolhos, ameaças à liberdade dos Portugueses e à consolidação das instituições.

A evolução dos acontecimentos em Portugal, se por um lado aponta para negar qualquer razão a esse tipo de argumentos, não é, a nosso ver, mas por motivos diferentes, conducente a que se encare com um optimismo cego o futuro do regime democrático em Portugal.

A chefia do Estado, em república, negando àquele cargo a independência, o desinteresse político, o apartidarismo, a altura, enfim, que deveria ter, acarreta, paralelamente, a tentação dos sonhos de poder pessoal (que sempre encontram seguidores entre os oportunistas e os que desprezam o sufrágio e o regime partidário), a tentação messiânica dos que pretendem descobrir ou impor entendimentos que não saem do livre evoluir das forças democráticas, ou obter desses entendimentos dividendos políticos que o sufrágio lhes não daria, a tentação, enfim, de exercer poderes difficilmente fiscalizáveis ou praticamente infiscalizáveis.

Através da propaganda pessoal do Chefe de Estado, através da exploração criteriosa dos acidentes de percurso a que o sistema partidário se encontra sujeito, não é difícil a insidiosa insinuação pelas malhas do sistema — apelidadas de defeitos insanáveis — da necessidade imperiosa do alargamento do poder presidencial, em detrimento do poder do Parlamento e dos outros órgãos de soberania. O sistema partidário — e é ele, fora de dúvida, o maior garante da democracia e da liberdade — arrisca-se, assim, a sossobrar. E com ele a própria democracia e a própria liberdade.

Aliás, de forma inspirada e clarividente, embora fruto de considerandos decerto bem diferentes, já um alto responsável da oposição se referiu a estes problemas, ao falar do perigo que um fenómeno de tipo peronista representa para Portugal. Passados poucos dias da eleição presidencial, e após solenes declarações do Presidente da República acerca do respeito

pelas instituições, assistimos já, inquietos mas não surpreendidos, ao renovar da campanha presidencial, largamente propagandeada por órgãos de comunicação cuja subserviência ao Governo aqui tem sido falsamente alegada.

Tememos pois que as características próprias do sistema republicano de chefia do Estado, aliadas às características pessoais do Presidente e às ambições e propósitos de muita gente, venham a médio prazo a pôr gravemente em causa o sistema institucional que as forças democráticas defendem. Nada nos seria na verdade mais grato do que poder vir a concluir que os nossos temores não têm fundamento.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não tenhamos ilusões. Ou se mantém o exercício do poder sob a alcada e a fiscalização da totalidade do povo português através desta Câmara — único órgão de soberania que goza, por assim dizer, de uma legitimidade universal —, ou se aliena o poder a favor de um órgão de legitimidade parcial como é a Presidência da República, e aí teremos, sob uma ou outra forma, o poder pessoal ou a ditadura.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Votar a favor deste Governo, mais do que aprovação do seu Programa ou da crença na sua capacidade para o realizar, foi votar no Governo legítimo do Portugal legítimo e na segurança e fortalecimento do sistema partidário e democrático.

Este Governo não procura nem provocará confrontos políticos. Mas está, disso temos a certeza, na primeira linha da defesa dos interesses democráticos dos cidadãos, venham de onde vierem os perigos que os ameacem.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dias Lourenço.

O Sr. Dias Lourenço (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português votou a rejeição do Programa do Governo por oposição de fundo à sua substância e à sua filosofia.

Ouvimos aqui, durante os debates, deputados da maioria sustentarem, para a denegrir, que a oposição do PCP ao Governo e ao seu Programa se radicava em motivos de ordem ideológica.

É uma parte da verdade, não é a principal.

De facto há um antagonismo irredutível no plano ideológico entre o PCP e os partidos da maioria. Entre um partido que é o fruto da luta e do amadurecimento da consciência ideológica da classe operária portuguesa e os partidos que aqui representam os interesses das classes exploradoras, dos barões da alta finança, da grande indústria, do latifúndio, dos monopólios sem pátria.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Grupo Parlamentar do PCP votou a rejeição do Programa do Governo Balsemão não porque o movem razões dominantes de ordem ideológica mas porque ele contraria frontalmente as aspi-

rações fundamentais e as características do país real que é o Portugal de Abril.

Rejeitamos o Programa do Governo porque ele se propõe dar corpo ao famigerado «projecto AD» que sofreu a reprovão formal do povo português em 7 de Dezembro; porque nele, o Governo Balsemão se identifica como fiel continuador do Governo Sá Carneiro.

Neste Programa, cuja rejeição votamos — apesar do verniz «democrático» do discurso do Primeiro-Ministro e de alguns outros membros do Governo e das inevitáveis correcções táticas ditadas pela retumbante derrota de 7 de Dezembro — os objectivos políticos da «AD» permanecem, no fundamental, inalteráveis.

A maioria da «AD» garantiu por agora a passagem deste Programa nesta Assembleia e com ele a do Governo Balsemão.

Não constituiu, o facto, surpresa para a bancada comunista nem seguramente para os restantes sectores da oposição.

Mas nos dias actuais a «AD» é um símbolo de derrota e não de vitória.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quando o Governo aqui se reivindica, não se sabe bem porquê, como governo de legislatura, quando pela boca do Sr. Primeiro-Ministro é dito que o Programa do seu Governo é para quatro anos, quando se afirma reiteradamente a fidelidade programática ao famigerado «projecto AD» e à política do Governo anterior, então nós contestamos a validade de tal Programa e de tal política.

Depois dos expressivos resultados eleitorais de 7 de Dezembro o Governo carece de legitimidade para pôr em prática este Programa.

Por isso votámos a sua rejeição, por isso erguemos a nossa firme oposição aos objectivos políticos que lhe estão inerentes.

Rejeitámos com o nosso voto a política de destruição da Reforma Agrária, intensificada sob a égide do Governo anterior e sob a direcção do mesmíssimo Ministro da Agricultura e Pescas do actual Governo, o qual está a levar de novo, como no passado, aos martirizados campos do Alentejo e do Ribatejo, a desolação do latifúndio, a praga do desemprego crónico, os dias sombrios de revoltante miséria e fome que sempre caracterizaram o domínio dos grandes senhores da terra.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. João Morgado (CDS): — Que novidade!

O Orador: — Mais de cem mil latifúndios de área superior a 1000 ha e até a 3000 ha, foram reconstituídos até agora na zona da Reforma Agrária; brutalidades e esbulhos sem conta foram cometidos contra os trabalhadores e UCP's; decisões judiciais, repondo a legalidade lá onde ela tem sido espezinhada às ordens do MAP, são arbitrariamente desrespeitadas.

Rejeitámos com o nosso voto o projecto de inspiração monopolista de destruição das nacionalizações, implícito no primado da iniciativa privada, incensado pelos Governos da «AD» e explorado no prático

estrangulamento financeiro de empresas do sector público e nacionalizado, essenciais para o nosso desenvolvimento económico.

Rejeitámos com o nosso voto a política de exploração desenfreada dos trabalhadores e das classes laboriosas; a deterioração das suas condições de vida e da população em geral; o propósito de impor um novo tecto salarial sem pôr igual travão à escalada dos preços; à liberalização dos despedimentos colectivos e selectivos.

Rejeitámos com o nosso voto as intenções expressas no Programa do Governo de limitar gravemente as liberdades e direitos dos cidadãos, visando a destruição do regime democrático, implícitas nos projectos de promulgação de uma nova lei dos partidos, de nova lei restritiva do direito à greve, de nova legislação do trabalho, designadamente uma nova lei sindical, de uma nova lei eleitoral.

Rejeitámos com o nosso voto as intenções expressas no Programa de manter o controle antidemocrático da «AD» sobre a comunicação social e nessa base preparar a entrega das empresas estatais do sector, ao capital privado, em particular da Televisão e da Rádio, no seguimento das declarações pelo Primeiro-Ministro ao referir funções futuras do actual Secretário de Estado da Comunicação Social.

Rejeitámos com o nosso voto o projecto de confronto institucional e ruptura constitucional implícito nas conhecidas propostas de revisão institucional da Constituição da «AD» e reafirmamos que não será nunca na bancada comunista que a «AD» obterá os dois terços de votos necessários para satisfazer os limites formais da revisão constitucional e ainda menos para os da ruptura dos seus limites materiais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Vozes do CDS: — É verdade!

O Orador: — A nossa moção de rejeição não obteve, obviamente, a aprovação da maioria desta Assembleia.

O Sr. João Morgado (CDS): — Felizmente!

O Orador: — Sabíamos que tal não seria possível na conjuntura actual.

Da nossa parte votámos as moções de rejeição apresentadas por outros partidos da oposição, independentemente das reservas e discordâncias secundárias que temos em relação a elas. Lamentamos que outros partidos não nos tenham acompanhado na votação da nossa.

O Sr. Primeiro-Ministro falou com um compreensível e autonecessário ênfase da legitimidade que advém aos Governos «AD» do resultado das eleições de 5 de Outubro.

Apesar dos métodos reprováveis, violentadores da vontade democrática do povo português, utilizados pelo Governo e pela aliança chamada «democrática» que estão na origem dos resultados obtidos, nunca contestámos a legitimidade constitucional da formação dos Governos «AD» na presente conjuntura.

Mas ao votarmos a rejeição do Programa do Governo Balsemão, queremos aqui solenemente declarar que o PCP defende e defenderá firmemente a

opinião de que se o actual Governo enveredar, de facto, como o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, pelo caminho da inconstitucionalidade, elegalidade e subversão, então será um imperativo nacional, uma decisão inteiramente prevista no quadro das instituições actuais — exoneração imediata!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Lutámos e lutaremos pela substituição o mais rapidamente possível do Governo «AD»/Baldeão e procuraremos com outros democratas assegurar uma alternativa democrática capaz de responder às exigências do nosso país de Abril, da defesa e consolidação da nossa democracia, da elevação das condições de vida do nosso povo.

Ao contrário das afirmações do Sr. Primeiro-Ministro, uma tal alternativa ao Governo e à política da «AD» é viável e possível.

Applausos do PCP.

O Sr. Mário Gaioso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do Partido do Centro Democrático Social acaba de votar contra as moções de rejeição do Programa do Governo. Era a única atitude correcta e, por isso mesmo, a única possível. Assumimo-la conscientemente e por motivos de coerência e de respeito pela vontade de quem nos elegeu.

De coerência, porque o Programa que se quis reprender se enquadra perfeitamente naquele com que a Aliança Democrática se apresentou ao povo português e obedece às ideias, aos princípios e aos objectivos nele expressos. Se a esse programa inicial aderimos e por ele nos batemos, não faria sentido que agora recusássemos outro, que nele se contém.

De respeito pela vontade de quem nos elegeu, porque aqui nos encontramos em sua representação e obrigados, portanto, ao cumprimento estrito do mandato que nos concederam. O povo português aprovou e consagrou, nas eleições intercalares de 1979 e nas eleições legislativas de 1980, o programa geral da Aliança Democrática. Por isso o tínhamos de votar favoravelmente.

A situação hoje aqui vivida é a repetição pura e simples daquela que ocorreu nesta mesma Assembleia, um ano atrás, aquando do debate sobre o Programa do VI Governo Constitucional.

Então, como hoje, as mesmas moções de rejeição, só que agora uma delas apareceu com a cópia destinada ao arquivo, e a outra com uma nova designação de proponentes justificada pelas razões que se conhecem.

No fundo, então como hoje, os mesmos apresentantes, os mesmos fundamentos, o mesmo alvo a atingir:

Hoje, como então, essas moções mereceram o mesmo acoitamento e tiveram o mesmo destino, como necessariamente teria de acontecer. Mas desta vez, a sua recusa foi mais peremptória e a sua derrota mais significativa.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — A do Governo também.

O Orador: — É que em Janeiro de 1980 se afirmava, sem possibilidades de contradição imediata,

que o povo português se deixara iludir ao votar na Aliança Democrática, que o Governo nada faria, pela inexperiência governativa dos seus integrantes, que o programa elaborado seria catastrófico para a generalidade dos portugueses e que a Democracia corria perigo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E correu!

O Orador: — Mas em Janeiro de 1981, este tipo de argumentação, em que malevolamente se insistiu, tornou-se ridículo, pelo simples decurso do tempo que entretanto passou.

Com efeito, menos de um ano volvida sobre os ataques iniciais a maioria que éramos tornou-se com as últimas eleições legislativas ainda maior. Isto aconteceu apenas porque o povo português viu e sentiu que os governantes da Aliança Democrática eram pessoas sérias e competentes; ...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... viu e sentiu que os seus direitos eram respeitados e defendidos, sem discriminações de qualquer espécie; viu e sentiu que se passou a falar menos mas a realizar mais, e se começaram a concretizar as suas esperanças.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mau grado estas evidências, os apresentantes das moções anteriores renovaram-nas agora. Os Portugueses julgaram as primeiras em 5 de Outubro. Com a mesma isenção e igual bom senso, julgarão as de hoje em 1984.

Até lá a Aliança Democrática tem legitimidade para governar e fá-lo-a dentro dos parâmetros definidos e aprovados pelo povo português.

Quanto à oposição, é evidente que tem o direito de fiscalizar, de criticar e de sugerir, e que as suas opiniões aceitáveis e construtivas, não deixarão de ser tomadas na devida conta. O que não será curial é que ela continue a fazer afirmações que sabe inexactas, com ataques que sabe injustos e a exprimir receios que não sente, porque os sabe infundados.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Aprovámos o Programa do Governo pelas razões indicadas, embora reconheçamos que não será perfeito, nem vai tão longe quanto se desejaria, em tese, na aceleração e aprofundamento na melhoria das condições de vida dos Portugueses.

Mas dentro das dificuldades que existem, interna e internacionalmente, e dos condicionalismos de várias ordens que nos limitam, nomeadamente de natureza económica, e que logo se reflectem no campo social, pretender mais seria querer o impossível. É tempo de sermos realistas, pois já bastaram alguns anos em que apenas se alimentaram sonhos e em que só se colheram desilusões.

Quanto ao Governo que ora inicia as suas funções, aqui lhe repetimos uma palavra de estímulo, de apoio, de solidariedade e de confiança.

De estímulo, porque ninguém ignora as circunstâncias difíceis em que vai actuar e a magnitude dos problemas a resolver.

De apoio, com que nunca faltaremos certos como estamos de que jamais se afastará das directrizes que definiu.

De solidariedade, porque é comum a nossa causa e a nossa luta e não duvidamos de que tudo o que se fizer será enquadrável na primeira e dentro da segunda.

De confiança, sincera e leal, porque reconhecemos a capacidade dos elementos que o integram, a boa vontade que os anima e o empenhamento a que estão decididos.

A Aliança Democrática é hoje, por muito que custe a alguns, em elo de ligação e base congregadora de grande parte dos portugueses, fonte das suas renovadas esperanças e garantia do futuro melhor em que acreditam e por que anseiam.

Salvaguardar a sua pureza e preservar a continuidade da Aliança Democrática é imperativo da nossa consciência e propósito firme que ora reafirmamos.

Estamos seguros de que iguais intenções dominam os nossos parceiros. Por isso mesmo, unidos como até aqui, não haverá dificuldades ou divergências que não consigamos superar.

Finalmente, uma referência aqueles, e muitos são, que pensam por forma diferente da nossa.

A oposição democrática, e só essa, contará sempre, mas sempre, com o nosso respeito e com a nossa abertura.

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Fala em democracia, é preciso ter lata!

O Orador: — Declaramo-nos receptivos a um diálogo, possível e desejável na base da lealdade, da franqueza e do respeito mutuos. Acima e para além das divergências ideológicas que nos separam algo existe que nos une e motiva. O desejo de um Portugal melhor, o respeito pela democracia e a aceitação de uma liberdade responsável.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Seguir neste rumo, eis o sentido único e final do voto que acabamos de emitir.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Vitorino.

O Sr. José Vitorino (PSP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Após a discussão do Programa do Governo apresentado pela Aliança Democrática acabámos de votar as moções de rejeição das forças políticas da oposição.

A primeira questão que se nos coloca é esta: qual o fundamento da apresentação das mesmas? Tenham constituído o corolário de um debate em que a oposição tirou conclusões ou, pelo contrário, estaremos perante uma situação em que elas resultaram essencialmente ou da oposição frontal de uns à essência do regime democrático, ou da tomada de posição de outros contra o Governo pelo simples facto de que são oposição?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Infelizmente a conclusão a tirar é simples: o PCP, sendo «de coração e mente» contrário à democracia parlamentar não lhe interessa um Governo sólido e competente que não transija com ambiguidades ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Vá pregar para outro freguesia!

O Orador: — ... o MDP, gravitando na órbita do PCP, mais não faz do que manobra de diversão; a FRS ao apresentar a sua moção de rejeição quando o debate ainda nem sequer se tinha iniciado demonstra que o fez mais por «dever do ofício» na sua qualidade de oposição.

Em qualquer dos casos, portanto, tudo isto pouco tem a ver com o valor do Programa do Governo, o que ficou amplamente confirmado, quer pelo texto das moções, quer pelas intervenções e perguntas que aqui foram formuladas.

A oposição, de um modo geral, refugiou-se em dogmas e deambulações verbais e filosófico-ideológicas que já se viu não contribuirem para resolver qualquer problema. E diga-se que a oposição ainda não encontrou o tempo e o lugar certos, deleitando-se, quase exclusivamente, a congreginar em torno de arquétipos. E nesta sequência acusam o Governo AD de querer o regresso ao passado, destruindo, nomeadamente, as conquistas dos trabalhadores, fazendo a política dos antigos senhores, etc. E o mínimo que se pode dizer sobre as intervenções aqui feitas por muitos deputados da oposição é que «fecham os olhos» à actuação positiva do anterior Governo do Dr. Sá Carneiro, de saudosa memória, e desconhecem, ou fingem desconhecer, o actual Programa. Por isso, embora não se devam fazer análises parciais, convirá lembrar, a título de exemplo, o que nele se refere expressamente: «justiça social que implica emprego estável e participação adequada dos trabalhadores na vida, nos resultados e na propriedade das empresas.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não é por muito se falar contra o regime anterior ao 25 de Abril nos campos político, económico e social que se resolvem os problemas dos mais desfavorecidos, sendo parecer dos sociais-democratas que estando esse passado sepultado o combate agora visará construir uma nova sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas a oposição, no seu conjunto, coloca as coisas de uma maneira muito simplista: de um lado da «barricada» a sociedade arcaica e injusta do antigamente e, do outro, o «paraíso» do depois 25 de Abril pretendendo «meter no mesmo saco», quanto a escala valorativa, factos muito positivos e situações inconcebíveis.

Pretendem, assim, confundir a democracia política ...

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Não diga disparates!

O Orador: — ... com arruaça e desrespeito pela lei e pela ordem, recurso a greves que por vezes mais não visam do que reforçar o PCP depauperando o País; confundir a democracia económica, e correspondente controle do poder económico pelo poder político e a melhoria do poder de compra dos estratos sociais mais sacrificados, com um Estado «asfixiado» pela parte da economia que deve gerir, e que já demonstrou não ser capaz, e com uma iniciativa privada só que tem sido corroída pela falta de regras e de segurança; confundir as melhorias necessárias ao sector agrícola e a dignificação dos agricultores e trabalhadores rurais com a colectivização e até usurpação das terras; confundir o direito ao ensino e à cultura com tentativas e estruturas que tentaram impor princípios importados, deixando uma escassa margem à iniciativa própria e esmagando os princípios e valores nacionais e que constituem a verdadeira base da libertação da sociedade civil;

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... confundir o direito à saúde gratuita para os mais pobres com uma «massa» amorfa de serviços públicos sem poder de resposta; confundir a importância, respeito e dignificação dos militares e da sua instituição na sua esfera própria de acção com a tentativa de os manter controlando pelo menos parte dos poderes que só aos órgãos eleitos pelo sufrágio devem caber.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: muitos outros casos se podiam referir mas estes são suficientes para mostrar como a oposição procurou, mais uma vez, durante o debate e com uma falha de habilidade mal disfarçada misturar tudo isto.

De tal modo, que quando o Governo pretende corrigir e desmistificar alguns aspectos laboriosamente «martelados» ao longo dos últimos anos, designadamente libertar a sociedade civil, no sentido de termos um Estado e correspondente Governo, que para corrigir injustiças e defender os mais fracos precisa de estar livre de tutelas militares e ser ágil e eficiente nos planos e gestão da coisa pública em todos os domínios, surge aí infante a oposição reclamando o exclusivo da democracia a dizer que se pretende regressar ao outro lado da barricada do antigo 25 de Abril. E pode concluir-se que assim, realmente, não custa nada ser oposição; mas as consequências estão à vista: perante os Portugueses cada vez se diminuem mais como os resultados eleitorais têm vindo a demonstrar.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mais?

O Orador: — Nós, sociais-democratas, sempre defendemos o papel fundamental dos que apenas vivem do seu trabalho e dão a força do seu trabalho na construção da nova sociedade, que devem ser respeitados e dignificados, quer nos aspectos materiais e sociais, quer de relacionamento humano, e isso está bem expresso no Programa, pois só assim cada um

no seu posto será um homem livre empenhado na tarefa colectiva.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Deste modo, a oposição não tem razão e faltam-lhe argumentos.

Isto é, se politicamente a oposição, tal como já se sabia, é uma manta de retalhos, também no concreto e mais uma vez foi incapaz de rebater e propor medidas integradas num projecto coerente.

E diga-se também a propósito que a esperança aqui manifestada na abertura pelo Sr. Primeiro-Ministro sobre uma eventual crítica séria e construtiva durante o debate gorou-se quase completamente, o que pouco abona a favor da oposição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Através deste debate e respectiva moção de rejeição, a oposição mostrou que é muito grande a diferença que a separa da Aliança Democrática.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Ainda bem!

O Orador: — De facto, enquanto as forças integradas na APU e na FRS, umas mais, outras menos, gastam o tempo com grandes reflexões sobre os malefícios, que eram reais antes do 25 de Abril, e sobre as virtualidades de tudo o que se lhe seguiu, a AD, embora tendo em conta esses factos, vive sobretudo preocupada com os problemas concretos dos Portugueses e suas necessidades, procurando solucioná-los o melhor possível para a actual geração, mas tendo em especial cuidado a garantia de um futuro para a juventude.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em síntese, pode dizer-se que a diferença profunda reside em que, enquanto o Governo quer construir o futuro corrigindo o presente, a oposição limita-se a viver um presente preenchido pelas distorções do passado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tendo em conta os aspectos em comum neste debate, provindos das várias bancadas que se opõem ao governo da Aliança Democrática, poder-se-ia ser levado a concluir que não existe diferença especial entre o comportamento da FRS e da APU.

Contudo, porque o Partido Social-Democrata não confunde deliberadamente o essencial com o particular, mesmo quando isso lhe poderia convir em termos públicos, como no presente caso, é importante salientar uma diferença essencial. Enquanto da FRS vem o reconhecimento da legitimidade do Governo, sem ambiguidades, para o mandato de quatro anos constitucionalmente previsto, da parte do PCP tem-se desde já a declaração pública da guerra aberta para o derrubar quanto mais depressa melhor, pois que, segundo diz, até a legitimidade é escassa. Trata-se assim de distinguir o comportamento da FRS, que embora com pontos de vista diferentes dos nossos, legitimamente diferentes naturalmente, gira no campo

da democracia pluralista e parlamentar europeia, e o comportamento da APU/PCP, para quem os conceitos internacionalistas de democracia, liberdade, participação e pessoa humana são conhecidos em todo o mundo, e conduziram às mais ferozes ditaduras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Por tudo o que ficou dito, naturalmente a atitude do Partido Social-Democrata foi desde logo no sentido de votar contra todas as moções de rejeição.

Fizémo-lo em consciência, ditada simultaneamente pela fidelidade ao povo que votou AD e quer que o Governo governe; aos princípios e linhas de política enunciadas, à figura do Primeiro-Ministro, Dr. Pinto Balsemão, e do seu governo, e à falta de argumentos da oposição e textos manifestamente despropositados que pretendem servir de justificação das moções apresentadas.

A oposição defendeu aqui aquilo que o povo já duas vezes disse não querer, e assim, da nossa parte, não se trata essencialmente de um voto negativo às moções (dada a escassez do conteúdo da oposição), mas sim de um voto positivo de apoio à identificação com o sentir e querer da maioria dos portugueses.

Votámos também contra porque, tal como sempre tem sucedido, quer quando éramos oposição, quer quando fomos governo, os maus presságios e anúncios de calamidade com o advento da AD por parte da oposição nunca se confirmaram. Por isso, também agora as palavras e acusações indignas e estéreis serão levadas pelo vento e o Governo será capaz de ser o motor de arranque das virtualidades humanas e riquezas naturais do País, contribuindo assim para que, finalmente, os Portugueses sintam a bonança que uma história muitas vezes madrasta tem vindo sucessivamente renegando.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nesta linha, Sr. Primeiro-Ministro, permita-nos que, em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, lhe deseje as maiores felicidades, porque o mesmo é desejá-lo a todos os portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos assim ao final do debate sobre o Programa do Governo, que, com o resultado das eleições já proclamado, ficou definitivamente investido.

Por consenso estabelecido na reunião dos grupos parlamentares que convoquei, seguir-se-á, sem intervalo e de imediato, a discussão e votação da moção de confiança apresentada pelo Governo, que vou ler a seguir.

Em todo o caso cumpre dizer, e é de todo em todo oportuno, que pesou decisivamente no meu espírito e no de todos os representantes dos grupos parlamentares a necessidade de acabar estes trabalhos o mais cedo possível. Por esta razão, sabem-no VV. Ex.^{as}, mas não o sabem as pessoas que vivem uma vida exterior à dos trabalhos desta Casa, que para podermos

estar aqui reunidos durante as horas intensivas de trabalho que temos feito nos últimos dias é necessário o apoio escondido, modesto, mas absolutamente indispensável e profundamente operante, de dezenas de trabalhadores desta Casa — e, muitas vezes, quando os trabalhos aqui acabam, começa o deles —, que naturalmente merecem o elementar respeito de se reconhecer que se encontrarão neste momento em estado de fadiga, se não igual, superior ao nosso.

Parece perfeitamente natural que neste momento tenhamos efectivamente para com todos os trabalhadores que nesta Casa apoiam os trabalhos da Câmara uma palavra de homenagem e de reconhecimento pelos serviços que prestam e sem os quais a Câmara não poderia funcionar.

Aplausos gerais.

O teor da moção de confiança apresentada pelo Governo é o seguinte:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República:

Excelência:

Considerando que o Programa do Governo acaba de passar na Assembleia da República, em virtude da rejeição das moções apresentadas pelos Grupos Parlamentares dos partidos que integram a Frente Republicana e Socialista, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e pelo Grupo Parlamentar do Movimento Democrático Português;

Considerando que importa que a Assembleia da República manifeste, positiva e inequivocadamente, a sua confiança no Governo, reconhecendo expressamente que este reúne as condições necessárias à execução do seu Programa;

Nos termos do artigo 196.^º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 199.^º do Regimento da Assembleia da República, venho requerer a V. Ex.^a se digne informar a Assembleia da República de que o Governo deliberou solicitar a aprovação de um voto de confiança sobre o seguinte assunto de relevante interesse nacional:

Considera a Assembleia da República que o Governo merece a sua confiança e reúne as condições para executar, de forma cabal, o Programa que acaba de passar na Assembleia, por força da rejeição das moções apresentadas pelos Grupos Parlamentares da Frente Republicana e Socialista, do Partido Comunista Português e do Movimento Democrático Português?

Dada a relevância deste assunto, de manifesto interesse nacional, mais requeiro a V. Ex.^a se digne considerar a urgência da sua apreciação, para todos os efeitos constitucionais e regimentais.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1981. — O Primeiro-Ministro, Francisco José Pereira Pinto Balsemão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro para fazer a apresentação da moção de confiança.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: o debate do Programa do Governo há pouco terminado revelou que as teses diversas, e contrárias até nalguns casos, aqui apresentadas pela oposição acabaram por não ter cabimento nem vencimento.

Aliás outra coisa não seria de esperar, não apenas porque a maioria que apoia o Governo se mostrou, como se sabia que ia acontecer — as dúvidas e interrogações só surgiram por parte das bancadas da oposição —, unida e unânime na votação, dos seus 134 deputados, mas também porque dos lados da oposição, ou das oposições, foi clara a inexistência de uma alternativa democrática de fundo.

O Governo entende que importa, agora uma vez não rejeitado o seu Programa, que a Assembleia da República manifeste pela afirmativa a sua confiança no Governo, reconhecendo, assim, que este reúne as condições necessárias para a execução do seu Programa.

A confiança é solicitada à Assembleia, mas, obviamente, dirige-se à maioria parlamentar da Aliança Democrática, pois não creio que os partidos da oposição no-la dêem.

Aos Srs. Deputados da maioria o Governo solicita que, exprimindo a vontade dos eleitores, digam ao País que este é o Governo que resultou do acto eleitoral de 5 de Outubro, que este é o Governo que, através desse voto, o povo português escolheu. É através da votação desta moção de confiança que ficará afirmada a solidariedade entre o Governo e a maioria que o apoia, solidariedade que, escusado será dizer, existe também, plenamente, dentro do próprio Governo.

Será através da votação favorável da confiança que vos é pedida, que vós, Srs. Deputados da maioria, celebrareis o verdadeiro contrato de legislatura aqui já por mais de uma vez referido. Contrato celebrado entre as duas partes com legitimidade neste caso, para c fazer: a maioria e o Governo.

Contrato que as duas partes estão mandatadas a celebrar pelo voto do povo português.

Contrato cuja celebração demonstrará que, na base de um programa comum que, pelo voto, os portugueses fizeram seu, existem todas as condições para reafirmar e consolidar uma solidariedade institucional, que estará na origem do êxito da acção governativa e da acção parlamentar, ambas indispensáveis, para o cumprimento do programa da Aliança Democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo está consciente de que o próprio princípio da representatividade democrática implica a possibilidade constante da sua substituição, quer por uma recusa da confiança que agora vos é solicitada, quer pelo funcionamento de outros mecanismos constitucionais, aos quais a maioria terá sempre recurso. É essa, como disse a representatividade democrática, e é através da manutenção ou da retirada da vossa confiança que existe a relação entre o Governo e o povo que nos elegeu.

Os deputados da maioria são responsáveis perante o eleitorado e o Governo é responsável perante a maioria parlamentar.

A confiança que vos é pedida reveste-se de uma outra característica ou substância, fundamental: é que é através dela — e da sua renovação, sempre que necessário — que será possível introduzir na sociedade portuguesa as mudanças democráticas de fundo, o salto qualitativo, a modernização, em vez de nos limitarmos a gerir com eficiência o sistema e a crise que os governos anteriores ao primeiro governo da Aliança Democrática nos deixaram — sistema e crise que o povo, pela arma democrática do voto, já rejeitou duas vezes com clareza indesmentível.

Trata-se de cumprir os compromissos assumidos perante um eleitorado que contou em nós. Trata-se de demonstrar que percorremos com eficácia e com firmeza o caminho que o eleitorado nos impôs. Trata-se de, pela solidariedade, pela positiva, por afirmação mostrar que estamos conscientes das responsabilidades que sobre nós impendem e que não rejeitamos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A UDP votará contra a moção de confiança ao governo AD, porque, como força do progresso e do futuro, não pode aceitar ideias e práticas que representam o que há de mais reaccionário e caduco nos nossos tempos, como aqui amplamente demonstraram.

A burguesia portuguesa nunca teve um papel autónomo, quer em relação à transição do regime feudal para o regime burguês, quer no que diz respeito à dependência em relação às burguesias internacionais. Uma burguesia que não surge em corte radical com o regime caduco que no tempo dominava a sociedade portuguesa, mas que, pelo contrário, entrelaça e quer casar o novo que surgia com o velho que já morria.

Que revolução burguesa em Portugal? Que revolução industrial? Que projecto burguês em oposição à monarquia e ao feudalismo? Que projecto autónomo em relação aos interesses estrangeiros?

Para a transição do velho para o novo a burguesia apoiou-se sempre na generosidade e no patriotismo das massas populares, que, na primeira oportunidade, vergonhosamente apunhalava pelas costas. Veja-se o que se passou com a implantação da República, em que o povo e o movimento social e sindical tiveram um papel decisivo e firme, em oposição às traições e cobardias dos políticos burgueses. O que se passou então? Os dirigentes operários, que tiveram um papel de vanguarda no derrube da monarquia, tiveram como recompensa, pouco tempo depois, a prisão e a repressão por parte dos dirigentes do novo regime burguês saído do 5 de Outubro de 1910. Assim, os republicanos abriram o caminho a Salazar, que, com o seu regime fascista, desenvolveu todos os privilégios àqueles que justamente tinham sido atingidos com a implantação da República. Salazar foi de tal forma reaccionário e criminoso que se tornou um factor negativo no desenvolvimento do próprio capitalismo.

Os governantes e políticos burgueses, ao contrário da dignidade e do patriotismo do povo, sempre cederam às exigências e imposições do estrangeiro: ingleses

e franceses no passado; americanos e alemães hoje, eis a imagem de uma burguesia de joelhos, submissa e indigna. Eis, Srs. Deputados, o retrato em corpo inteiro da AD e das forças que ela representa.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mário Tomé, V. Ex.^a está a usar termos injuriosos ao qualificar partidos legitimamente implantados na Assembleia da República de «indignos».

Se V. Ex.^a continuar a usar esses termos, tirar-lhei-ei a palavra.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.^a Natália Correia (PSD): — Já é altura!

O Orador: — Sr. Presidente, este tipo de situações está a repetir-se ...

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a é que tem o ónus de evitar que elas se repitam.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, se V. Ex.^a me der licença, vou responder.

Eu não posso falar politicamente sem caracterizar as forças pelos seus nomes. Quando eu digo que a burguesia está de joelhos, submissa ...

O Sr. Presidente: — Não foi por isso que lhe chamei a atenção.

Não vale a pena discutirmos o assunto, mas o Sr. Deputado classificou de indigna uma coligação eleitoral representada nestá Assembleia. Seja a respeito do seu partido, seja a respeito de qualquer outro partido da oposição ou da maioria, a Mesa não consentirá que se usem termos injuriosos. Isto é do Regimento e foi no cumprimento das minhas obrigações regimentais que lhe chamei a atenção. Como tal, dispenso as suas explicações e peço o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa, mas V. Ex.^a não pode dispensar as minhas explicações.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado nem sequer mas deve. Eu limitei-me a alertá-lo para uma situação. Peço o favor de continuar a sua intervenção, que interrompi no cumprimento de uma obrigação regimental.

Assim, considero encerrado o incidente.

O Orador: — Sr. Presidente, peço desculpa, mas — e eu continuarei de imediato — não posso deixar de clarificar de uma forma clara que estas situações se repetem permanentemente sempre que o deputado da UDP fala. Simplesmente, o deputado da UDP não pode deixar de caracterizar com clareza aquilo que se passa no nosso país. Esta é a minha missão e a obrigação que tenho para com os eleitores que votaram na UDP e me elegeram.

O que eu disse — e nunca esconde aquilo que digo — é que a burguesia está «de joelhos, submissa e indigna», porque o comportamento da burguesia, como já atrás characterizei com toda a dureza, em termos de interesses nacionais e de patriotismo — que

não tem, mas deveria ter —, é de uma atitude indigna, pela forma como se submete aos interesses do estrangeiro e dos exploradores do nosso povo.

Eis, Srs. Deputados, o retrato em corpo inteiro da AD e das forças que ela representa.

A AD, querendo ser original, lançou para o debate parlamentar e para o País as expressões «libertar a sociedade civil do Estado» e «democracia plena». A burguesia portuguesa, na sua esperteza saloia, julga que o verniz palavroso esconderá dos trabalhadores e do País a realidade crua e brutal.

Para a AD, já aqui foi dito e reafirmo-o agora, «libertar a sociedade civil do Estado» significa subverter a Constituição, restringir as liberdades, destruir a Reforma Agrária, entregar o sector nacionalizado aos monopólios privados, vender ainda mais a nossa Pátria ao estrangeiro. «Liberdade plena» para a AD significa a repressão sobre os trabalhadores, os despedimentos colectivos e selectivos, as milícias patronais, a repressão da GNR, da PSP e das polícias políticas, a continuação das prisões para antifascistas.

Como pode a burguesia entrar numa luta de libertação contra o seu próprio instrumento fundamental de exploração e repressão que é o Estado?

Do ponto de vista teórico e histórico, trata-se de uma grosseria sem paralelo. Mas a teoria da AD é outra e tem a ver com o escamoteamento do papel repressivo do Estado capitalista contra os trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Aqui, no Parlamento, vamos votar contra a moção de confiança, mas o Programa do Governo passou, com a confiança expressa da maioria parlamentar, que é minoritária a nível do País.

Risos do PSD.

Por isso trocam piropos, o Governo e a maioria, para esconderem as fissuras que corroem as suas entranhas e para tentar esconder a desconfiança que cada vez mais a generalidade dos portugueses lhes vota.

A resposta popular ao vosso Programa e à vossa prática será naturalmente consequente com esta desconfiança. A derrota da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro foi o princípio do fim de uma aliança reaccionária. A próxima será mais estrondosa, mais profunda, abrindo-se assim ao povo português novos caminhos de progresso, mudança e liberdade.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Tanta asneira junta!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As moções de rejeição apresentadas pelos partidos que integram a FRS, pelo PCP e pelo meu próprio partido foram recusadas por todos os deputados da maioria parlamentar.

O VII Governo acabava, pois, de estar legalmente constituído, quando apresentou uma moção de confiança, aliás já anunciada previamente.

Já aqui afirmámos, em momentos anteriores, ser nosso entendimento de que a finalidade própria da

moção de confiança é a da apreciação da actuação do Executivo, e não da sua legitimidade para governar.

Deixamos, porém, de lado esta questão de impropriedade da figura utilizada.

Ao que vem então, com o que é o primeiro acto da sua governação finalmente formalizada, pedir a esta Câmara uma moção de confiança que sabe não será, nem mais nem menos, do que a confiança que a maioria parlamentar já lhe expressou?

Não é o reforço da sua legitimidade o que o Governo pretende. Essa está-lhe assegurada pela confiança que recebeu do Presidente da República, na sua constituição, e desta Assembleia, nas votações de há pouco.

O que o Governo tem é necessidade de desenvolver uma operação de propaganda política, porque a sua «certeza do apoio majoritário dos Portugueses», como ainda hoje referiu o Sr. Primeiro-Ministro, é apenas uma afirmação para uso exterior.

O Governo e a AD só falam da sua vitória de 5 de Outubro, mas sabem da derrota do seu projecto em 7 de Dezembro.

A AD sabe que este seu governo, sem contar com as que eram ou são as principais figuras públicas, não dispõe de aceitação suficiente na opinião pública, terá mesmo uma imagem diminuída em faixas do eleitorado estável da AD.

E este governo sabe ainda que arranca inferiorizado para o início da sua acção governativa, face a uma situação política que não é a que idealizara.

Por isso, o voto solicitado visa apenas que este governo, por muitos olhado como de transição, apareça aos olhos da opinião pública protegido por uma votação positiva da Assembleia da República.

Vamos obviamente votar contra a moção de confiança. Tanto mais que, em boa verdade, para a formalização de um contrato entre a maioria e o Governo, este órgão de soberania nem seria o local indicado para o fazer.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Ainda para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Santa Clara Gomes.

A Sr.ª Teresa Santa Clara Gomes (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar da UEDS votará contra a moção de confiança apresentada pelo Governo a esta Câmara.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Que novidade!

A Oradora: — As razões de fundo que justificam este voto já foram amplamente apresentadas aquando das nossas intervenções no debate sobre o Programa do Governo.

Votamos contra porque este governo encarna um projecto de sociedade que não é o nosso.

Votamos contra porque — apesar de uma comum utilização de certos conceitos chaves e de certa terminologia — é outro o nosso entendimento da demo-

cracia; é outro o nosso entendimento do desenvolvimento; é outro o nosso entendimento daquilo que o VII Governo converteu em *slogan* da sua ideologia: a libertação da sociedade civil.

É que, como muito bem o disse esta manhã o Sr. Deputado Lopes Cardoso, para nós, «tão importante quanto garantir o respeito formal pelos valores fundamentais da democracia é criar condições para que eles sejam uma realidade. E essas condições vêm-se criando na justa medida em que se for consumando a liberdade do homem de todas as «tutelas», tutelas de natureza política, sem dúvida, mas também tutelas de natureza económica, de natureza social e de natureza cultural.

Para nós, a «democracia plena» não se alcança unicamente por mecanismos superestruturais, como aquilo que o Governo classifica de «tutelas militares».

Conquista-se, sim, pela prática concreta e quotidiana da participação — nas escolas, nos campos, nas fábricas, nas famílias, nos órgãos de Poder Local e em todos os órgãos representativos dos interesses dos cidadãos.

Conquista-se, sim, como claramente o denunciou o Sr. Deputado César Oliveira, quando nos libertarmos definitivamente da «teia de interdependências entre os interesses dos grandes grupos económicos e o poder político» e todos os portugueses tiverem, de facto e não apenas de direito, livre e igual acesso aos bens e riquezas nacionais.

Do mesmo modo, também para nós a noção de desenvolvimento não é apenas um conceito tecnicista, imposto por exigências exteriores, como parece ser o caso para o actual governo, ao referir a nossa adesão à CEE como mola dinamizadora de todo o progresso nacional.

Para nós, o desenvolvimento é a mobilização dinâmica de toda a sociedade, a partir não de estímulos exteriores, mas das próprias energias criadoras nela contidas.

Para nós, o desenvolvimento supõe o aprofundar das raízes culturais que nos identificam como povo, para delas extraímos o *élan* congregador e vitalizador que nos tornará capazes de fazer face, confiadamente, à actual crise de recursos energéticos, a nível nacional e internacional.

Para nós, o desenvolvimento não se mede apenas por índices de modernidade: mede-se por índices de satisfação das necessidades básicas de todos os cidadãos. Mede-se por índices de participações e criação cultural. Mede-se por índices de bem-estar pessoal e colectivo.

Como já aqui tive ocasião de afirmar, estamos com o Governo no seu desejo e intenção de proceder à necessária desburocratização do aparelho do Estado. Mas isso não nos impede de nós fazermos eco das múltiplas apreensões aqui expressas durante o debate do Programa, em relação à «missão» que o Governo se atribui de «libertar a sociedade civil».

Saiba o Governo lubrificar a sua máquina administrativa e rentabilizar a gestão dos sectores económicos e dos serviços públicos que lhe estão confiados.

Da libertação da sociedade civil encarregar-se-á ela própria.

Vozes da UEDS e do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Surge-nos esta moção de confiança tão vazia quanto inopontuana.

Vazia, porque, votado o Programa do Governo, nada temos a acrescentar às posições que assumimos em relação ao debate do seu programa. Inoportuna, porque, se com ela o que se pretende é única e exclusivamente testar e reafirmar a solidez da coligação no Poder, outros fóruns, que não este, seriam mais adequados para o fazer.

Uma moção de confiança faz sentido quando através dela se pretende ajuizar da prática, e não apenas das intenções, de um governo.

Tal não é o caso.

Acaba o VII Governo de ser investido por esta Assembleia através da aprovação do seu Programa. Que confiança lhe pode dar quem explica e frontalmente rejeitou esse Programa?

Estamos, uma vez mais, perante a vacuidade de um exercício meramente formal. As razões de fundo que apontámos a justificar o nosso voto juntamos, pois, mais esta: não nos apraz «brincar» às moções de confiança.

Por isso, o Governo não contará com o nosso apoio.

Applausos da UEDS, do PS, da ASDI, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo: Entendeu o Governo, logo após o debate para apreciação do seu programa, solicitar à Assembleia da República a aprovação de uma moção de confiança. Não era constitucionalmente obrigado a isso, mas decerto sentiu a necessidade de o fazer, fosse por imitação do governo anterior, fosse por exigência de emprestar maior solidez ou solidez aparente à sua base parlamentar.

Pedi à confiança, obterá a confiança. A maioria não poderá senão dar-lha. A oposição, por definição, recursá-la-á. É esta a lógica da democracia representativa, e só a quem não compreender os seus mecanismos institucionais parecerá estranho que assim venha a acontecer: o povo deu a certa coligação, por meio de eleições, a responsabilidade de governar, mas deu, ao mesmo tempo aos que dela não fazem parte, a responsabilidade de serem oposição.

Quanto a nós, sociais-democratas independentes, integrados na FRS e porque nela integrados, assumimo-nos como oposição. Somos oposição, por coerência connosco próprios, por fidelidade aos compromissos eleitorais, por juízo sereno e reflectido, mas claramente crítico e preocupado, quer sobre o Programa do Governo, quer sobre a acção do governo de que se diz herdeiro ou legatário.

Quanto a nós, sociais-democratas independentes, o nosso projecto é diferente do do actual governo e do da sua maioria. É um projecto de democracia política, económica, social e cultural, e não apenas de democracia política reduzida a democracia formal ou tão-pouco de democracia económica sem democracia política e sem escrupuloso respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. É um projecto de transfor-

mação na liberdade e na paz e não de conservação ou de restauração, de reformas, e não de nostalgia passista ou de vanguardismo de qualquer espécie.

Quanto a nós, sociais-democratas independentes, a modernização do País que pretendemos é diferente daquela de que fala o actual governo, apoiado numa coligação em que apostam os sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa. É diferente o nosso projecto cultural do que sustentam o Governo e a sua coligação, apoiados, por exemplo, numa comunicação social obscurantista e intolerante. É diferente a libertação da sociedade civil que preconizamos daquela que o Governo acaba por preconizar, assente no factor económico do primado da iniciativa privada, em vez de partir da diversidade de iniciativas e fontes criadoras de energias de um país plural e complexo como é Portugal. É diferente a qualidade de vida que queremos da qualidade de vida para que apela o Governo, que é a de que já gozam os mais privilegiados e mais favorecidos. É diferente o modelo de desenvolvimento que queremos — aberto, descentralizado, baseado na participação dos trabalhadores e dos demais agentes económicos e na subordinação de todas as actividades económicas, públicas e privadas, ao poder democrático — do modelo de desenvolvimento do Governo, identificado com crescimento pelo crescimento, com a pura e simples liberalização de circuitos e com a subalternização do trabalho perante a propriedade.

Não tem, pois, razão o Sr. Primeiro-Ministro quando afirma, como afirmou há pouco, que os considerandos ou fundamentos da moção de rejeição da FRS foram procurados contradiatoriamente no próprio texto do Programa do Governo. Não foram, nem podiam ser.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O actual governo, como o anterior, é um governo de partidos como é natural e normal em democracia. É um governo de partidos, firmado, porém, na confiança institucional dos órgãos de soberania competentes. Seria então conveniente que deixasse de se apresentar tão frequente e tão arrogantemente — como ainda hoje sucede — como governo puramente partidário, para se apresentar cada vez menos como Governo de Portugal, do País que somos. Seria conveniente, salutar e pedagógico, sobretudo da parte de quem gosta tanto de se reclamar da Europa, que o Governo e aqueles que o apoiam pusesse de lado o sectarismo e o triunfalismo para assumirem com humildade a sua tarefa.

O actual Governo é emanação deste Parlamento e da sua maioria, mas não responde apenas perante o Parlamento. Responde também, ainda que em termos diferentes, perante o Presidente da República. Seria, pois, conveniente que se lembrasse de que não está apenas sujeito à vigilância democrática da Assembleia, pois está também sujeito à necessidade de concertar a sua acção com a acção do Presidente da República, reeleito com 56 % dos votos, ao passo que a coligação governamental apenas teve 47 % de votos.

Vozes da ASDI, do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não damos a confiança ao Governo. As razões são as mes-

mas por que rejeitamos o seu programa, mas, neste momento, queremos dizer-lhe que desejamos que tenha as maiores felicidades no desempenho da sua função, para bem de Portugal, para bem da democracia.

Quanto a nós, exerceremos a crítica, a fiscalização e a preparação de alternativas que são próprias da oposição democrática.

Aplausos da ASDI, do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A moção de confiança que hoje vamos votar é, a nosso ver, tão-só o colmatar de um preceito constitucional menos certo, que consiste em que a investidura parlamentar de um governo seja possível pela negativa, simples recusa das moções de rejeição.

É óbvio que as oposições aproveitam para dizer que é um sinal de fraqueza do Governo a apresentação da presente moção, ou de um eventual teste a uma maioria de cuja segurança e convicção se duvidaria. Mas não é menos óbvio que se o Governo não apresentasse a moção logo a oposição embandeiraria em arco, e propalaria que o Governo não tinha nos deputados da maioria e teria medo do seu voto.

Preso por ter cão, preso por não ter!

Os dois argumentos anulam-se e fica ao de cima, bem clara, a intenção do segundo governo da AD, como do primeiro, de, através da moção de confiança sair desta Câmara investido pela positiva, cristalina e consciente opção dos deputados da maioria parlamentar.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — O Governo da AD vai governar, no cumprimento do seu programa e do programa eleitoral que o povo português votou majoritariamente. E vai governar com autoridade e coerência.

Não venha a oposição comunista vociferar, como hoje de manhã, que autoridade quer dizer ditadura, já que sabe bem o PCP que o único partido presente nesta Casa que preconiza a ditadura, que defende a ditadura e que pratica a ditadura, é o Partido Comunista e não nunca os partidos da AD ou o seu governo.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS e protestos do PCP.

O Orador: — Há pouco o Sr. Deputado Pedro Roseta disse que o Partido Comunista estava atrasado cento e cinquenta anos, julgo que está muito mais. Srs. Deputados: O chá já chegou à Europa há trezentos anos e os senhores ainda o não conhecem... É uma coisa grave.

Risos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. António Mota (PCP): — E quer este ser candidato a duque!...

O Orador: — E não venha, por outro lado, a oposição democrática falar de incoerência deste governo ou de este Primeiro-Ministro. Nem dizer-nos que era legítimo ao Partido Socialista meter o socialismo na gaveta, mas que não o será à Aliança Democrática retirá-lo do texto da Constituição.

Se registamos as intenções democráticas do Partido Socialista não deixamos de ficar atónitos com esta acérrima defesa do socialismo obrigatório e constitucional.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Não concebemos que seja ao PS possível aceitar que as suas próprias doutrinas sejam postas em prática por outra via que não seja a sua aceitação maioritária pelo eleitorado.

Vozes do PPM e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A não ser que o Partido Socialista tenha definitivamente desistido de ser alternativa democrática e queira, por via coerciva, levar os Portugueses a caminhar para o socialismo mesmo que em eleições livres contra ele se tenham manifestado.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Ou a não ser, ainda, que o PS opte pelo socialismo obrigatório, no pressuposto de que será ele próprio a metê-lo na gaveta na primeira oportunidade.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Vocês meteram a monarquia na gaveta!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Então vocês não são pelo socialismo?!

O Orador: — Há ideias e situações que cumpre clarificar. Uma delas é, sem dúvida, a de saber se, definitivamente, o Partido Socialista acredita e defende a alternância democrática, ou o faz nas palavras para depois o aniquilar na lei constitucional. Mais uma vez o PS terá de explicar às pessoas o que é, afinal, o socialismo democrático: se o imposto por lei, se o votado pelo povo. E não será de mais perguntar também se a Constituição se destina a ser um texto petrificado e petrificante, espartilhado e espartilhante, como impõe designadamente, o artigo 290.º da Constituição que o Sr. Deputado Mário Soares hoje aqui defendeu.

Nós, deputados populares monárquicos, hoje e aqui declaramos solenemente a nossa oposição frontal ao artigo 290.º da Constituição ou a qualquer outro que, com o mesmo espírito, venha a ser proposto para o substituir.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Há pontos nos quais têm de ser postos na altura própria. Se afirmamos a nossa disponibilidade para negociar a revisão constitucional não podemos deixar de afirmar também que os limites dessa disponibilidade são os limites da liberdade e da possibilidade real de os Portugueses, a cada momento, poderem dizer como e por quem querem ser governados.

Os Portugueses afirmaram clara e lucidamente como e por quem querem ser governados.

O Sr. Carlos Candal (PS): — Se calhar pelo Rei! ...

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Pela rainha!

O Orador: — O governo do Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão corresponde a essa vontade e consoante ela vai governar. Por isso merece a confiança que, a seguir pelo voto afirmaremos.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Com esta é a terceira vez, no decurso de um ano, que a «AD» vem à Assembleia da República pedir um voto de confiança para um governo seu. Não sei se isto constitui algum *record* mundial. Não deixa em todo o caso de ser intrigante. Porquê esta recorrente necessidade de formalização repetida de votos de confiança, sobretudo num momento em que desde há apenas alguns minutos o Governo acaba de ser totalmente investido na sua legitimidade para governar?

Então porquê e para quê esta moção?

Adiantemos trabalho.

A nosso ver, por três razões e para três objectivos fundamentais:

- a) Porque o Governo não está seguro, nem de si mesmo nem da sua própria maioria;
- b) Porque o Governo tenta suprir por via parlamentar a confiança popular que já (e cada vez mais) lhe vai faltando;
- c) Porque o Governo procura fortalecer-se contra um futuro exercício pelo Presidente da República dos seus poderes constitucionais, em relação ao Governo e à Assembleia da República, visando obstacular os projectos inconstitucionais da AD.

Merece a pena tratar cada um destes motivos separadamente. Comecemos pelo primeiro.

Srs. Deputados: Sempre que um namorado insiste em obter, reincidemente, confissões expressas de amor da sua dama, das duas uma (ou ambas): ou não tem confiança em si mesmo ou desconfia da consistência da afeição dela.

Risos. -

A verdade é que no discurso de apresentação do Programa do Governo pelo Primeiro-Ministro, e imediatamente antes do anúncio da intenção de apresentar uma moção de confiança, há uma passagem em que se garante enfaticamente que «a AD encontra-se unida e permanece unida». E fórmulas destas foram repetidas até à saciedade ao longo de todo o debate. Não é sintomática a insistência e a proximidade entre a afirmação e o anúncio da moção de confiança?

Não será esta moção de confiança uma tentativa para forçar publicamente uma imagem de unidade, tal como o casal desavindo que força o sorriso con-

jugal em público para esconder as nódoas negras e os arranhões das disputas acabadas de travar?

Risos.

Se estivesse assim tão unida não haveria certamente necessidade de afirmar isso tão enfaticamente. Mas não é público e notório que tal afirmação é apenas um pensamento desejo? E que o próprio Primeiro-Ministro ao anunciar que a moção de confiança é um contrato político entre ele, governo e a sua maioria faz com que a Assembleia da República seja apenas uma testemunha forçada de um negócio em família com a qual a oposição não tem nada a ver? Constitui segredo para alguém as dificuldades e os atritos e lutas internas surgidas na formação deste Governo e que lhe deu este carácter descosido e sem estrutura?

Como explicar, por exemplo, a não participação do Sr. Eurico de Melo e o seu abandono à última hora do barco governamental. Será por estar rido de saudades do Minho? Por que é que o Sr. Deputado Lucas Pires rejeitou a pasta da Cultura? Será por que gosta dos quadros oferecidos ao general Ramalho Eanes? Por que é que o Sr. Cavaco Silva não aceitou a pasta das Finanças? Será por que a televisão lhe distorce o rigor do penteado?

Risos.

Certamente que por nenhuma destas razões.

A verdade é que no PSD se lamenta, por exemplo, que o CDS tenha «empalmado» todas as pastas económicas. E no CDS se entristece pelo facto de no Governo ainda haver alguns homens moderados e tolerantes. Mas não é conhecido também o perfeito terror que assalta o CDS perante a hipótese de o PSD o traír na próxima esquina da primeira desavença?

E não é evidente a incapacidade de chegar sequer a acordo sobre as linhas de revisão constitucional? Não é o próprio presidente do 2.º partido governamental que hoje aqui se apresentou como um grande senhor da «AD», permitindo-se dirigir ao Primeiro-Ministro — aliás de forma pouco discreta — e marcar as suas reservas e distâncias?

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — E que dizer do perfeito ar prostrado das bancadas da maioria, a falta de convicção do Primeiro-Ministro e do Governo em geral, a natureza prolixia e desenxabida do Programa, o ritmo tristonho e descosido do debate que conduziu. Comparado com o debate de há um ano, que diferença de postura do Governo e da maioria!

A verdade é que a «AD» ainda não pode recuperar da tremenda derrota sofrida a 7 de Dezembro, em que jogou tudo — e perdeu.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Não é por acaso que as eleições presidenciais são o grande ausente-presente do discurso governamental. A diferença é que há um ano a «AD» estava no cume da subida e agora está no começo da descida.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Seja como for, não é esta moção de confiança apresentada por mimetismo e votada por dever de ofício que vai fazer o abalo sofrido e dar o suprimento de ânimo que a «AD» definitivamente perdeu a 7 de Dezembro, conferir-lhe a coesão e pôr tréguas nas lutas intestinas pelo poder e pela chefia dentro da «AD» e em cada um dos seus partidos.

Este governo nasce inseguro em si mesmo, descrente na consistência e coesão da sua própria base parlamentar de apoio. Nasce desacreditado e sem fôlego — e não vai longe!

Srs. Deputados: Uma outra razão para esta moção de confiança é a tentativa para armar o Governo contra a desconfiança popular que já começa a manifestar-se e que não deixará de crescer.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Pois é evidente que a «AD» embora abalada, não abandonou os seus objectivos.

Quando os preços de bens e serviços essenciais sobem por aí acima (gás, electricidade, transportes, consultas e medicamentos, etc.), enquanto por outro lado se anunciam novos tectos salariais, que credibilidade pode atribuir-se ao Governo e à AD quando reivindica para si a luta pelos mais desfavorecidos (como dizia hoje de manhã sem se rir o deputado Freitas do Amaral)? Basta olhar para a bancada do Governo para verificar como tais afirmações não podem passar de piadas de mau gosto. Não está o Governo recheado de representantes directos das classes e grupos mais privilegiados, desde a CIP, a CAP e a Ordem dos Médicos? E não é verdade que o seu programa económico — onde não há o mais leve resquício ou vestígio social-democrata, nem sequer na linguagem — é pautado pelo único objectivo de favorecer os senhores do grande capital, acompanhado de uma animosidade obsessiva contra o sector público e as prestações sociais, e de um elogio quase fanático às virtudes do capital e de iniciativa privada?

A verdade é que se tornou já evidente que as grandes palavras do Governo não passam disso. A proclamada redução da inflação é, sobretudo, um pretexto para a redução das despesas públicas (sobretudo das prestações sociais) e para restringir os aumentos salariais. A tal «libertação da sociedade civil» é apenas um chavão eufemístico para designar a libertação da iniciativa privada e da acumulação capitalista. Não é certamente por acaso que a expressão «sociedade civil», que alguns ouviram agora, aparentemente pela primeira vez, tem pelo menos mais de dois séculos e surgiu exactamente para designar a libertação da sociedade burguesa das tutelas senhoriais. Não é por acaso, aliás, que hoje ainda em algumas línguas sociedade burguesa e sociedade civil se dizem exactamente pelas mesmas palavras.

O slogan da «modernização» não passa de uma cobertura para o espartilhamento do País dentro de modelos de organização importados do estrangeiro. O repetido propósito de lutar contra a fraude e a evasão fiscal só pode ser motivo de farsa, depois de a «AD» ter rejeitado o projecto de lei que impunha a publicação dos rendimentos declarados do imposto complementar. As císticas intenções de defender a isenção e pluralismo da comunicação social do Estado são pelo menos chocantemente risíveis quando

nos lembramos de que a «AD» rejeitou as propostas de inquérito parlamentar sobre a conduta recente do Governo nessa matéria e mantém o Sr. Proença de Carvalho e todos os seus homens de mão à frente da RTP.

Por isso, não será também neste campo que o Governo obterá ganho de causa com esta moção de confiança. A confiança parlamentar não impedirá a desconfiança popular.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados: Há todavia boas razões para supor que o principal móbil desta moção de confiança está na tentativa de se tentar munir de um seguro contra o seu mais que previsível fracasso e, portanto, de uma arma contra o Presidente da República e contra a utilização dos seus poderes institucionais.

Vale a pena atentar na seguinte passagem do discurso de apresentação do Programa pelo Primeiro-Ministro e que de resto também precede de perto o anúncio da proposta de apresentação da moção de confiança. Disse ele:

Até 1984 não haverá novas eleições legislativas (*sic.*). O Presidente da República certamente não dissolverá a Assembleia da República por razões que nela própria não tenham origem, porque semelhante acto negaria essenciais princípios de democracia representativa e acabaria por entregar o poder, de facto a partidos ou grupos de pressão a que, pelo voto, os Portugueses não confiaram o seu destino.

Eis uma curiosíssima peça de filosofia política: nunca ninguém ousara negar ao Presidente da República o direito de dissolver a Assembleia. É este o grande acto falhado de todo o discurso governamental.

É a grande ferida da «AD»: a derrota das eleições presidenciais.

O 7 de Dezembro é a grande ausência do Programa do Governo e das intervenções governamentais. Dir-se-á que no calendário do ano passado não existiu esse dia. E na história que o Sr. Deputado Pedro Roseta invocou, em que aliás se talhou já ele mesmo em claro-escuro, essa data fatídica também não constará. Mas está clandestinamente presente, obsessivamente, em todo esse discurso, nos medos e prevenções da «AD».

Se o resultado tivesse sido outro, imaginemos como seria diferente. Como surgiram intimamente associados em todo o discurso governamental 5 de Outubro/7 de Dezembro, felizmente e harmoniosamente enlaçados, maioria parlamentar/maioria presidencial, um governo, um Presidente, uma Constituição. Como seria exalçada a legitimidade popular do Presidente da República e enfatizados os seus poderes de manter o regime democrático e de intervir institucionalmente na vida política ...

Quem se esquece da declaração do candidato da «AD» de que, se fosse eleito, dissolveria imediatamente a Assembleia da República se nela houvesse — e só por isso — uma maioria PS/PCP? Agora, que

o resultado foi diferente, pretende negar-se de todo em todo esse poder ao Presidente da República.

Nega-se agora — como fez hoje de manhã o deputado Freitas do Amaral — toda e qualquer competência do Presidente da República no domínio de condução política, interna ou externa. Como tudo era diferente em 1976/77, quando aqui nesta mesma tribuna se invocava contra o Governo PS a «maioria presidencial» de que os partidos agora na «AD» se diziam pertencer e o projecto que alegadamente servira de base à eleição presidencial, para o atirar contra o programa de governo que se apresentava à investidura parlamentar. Se o candidato da «AD» tivesse ganho não seria apenas a ultimação do projecto golpista de revisão constitucional da «AD» e do projecto de subversão do regime democrático constitucional. Seria também a garantia de que o seu governo não seria exonerado nem a Assembleia da República dissolvida, por maior que fosse o descontentamento popular e por mais evidente que se tornasse o desfasamento entre a composição política da Assembleia da República e o sentir político do País. Seria a garantia de que o programa legislativo da «AD», inclusivamente a Lei Eleitoral, a anunciada Lei dos Partidos, a Lei de Delimitação dos Sectores, todo esse projecto político de subversão do regime, tal como o herdámos do 25 de Abril, fosse promulgado sem qualquer obstáculo.

A verdade porém, é que o Governo depende politicamente do Presidente da República, o qual tem competência para exonerar o Primeiro-Ministro, devendo aliás fazê-lo quando o Governo atente contra o regime democrático-constitucional. A verdade é que o Presidente da República tem poderes constitucionais para dissolver a Assembleia, devendo aliás fazê-lo — e esperamos que não demore muito tempo para isso — que a sua composição deixou de corresponder ao sentir político do País.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não é por acaso que da banda da «AD» surgem propostas de revisão constitucional tendentes a retirar estes dois poderes ao Presidente da República, como é o caso, mas não só, do projecto Freitas do Amaral. Mas esses projectos não serão aprovados. O Governo continuará dependente do Presidente da República, sem qualquer seguro contra as suas propostas de lei visando alterar antecipadamente o regime democrático-constitucional, sem qualquer seguro contra o descontentamento popular que a sua política vai provocar a curto prazo, nem contra vontade popular de ter uma outra maioria e um outro Governo. É neste quadro que se tem de julgar uma intrigante frase do discurso do Primeiro-Ministro, segundo a qual «em tais circunstâncias, a dissolução conduziria logicamente ao arbítrio e, eventualmente, à violência e ao fim da liberdade». Ora, que se saiba, a dissolução da Assembleia da República, no nosso regime democrático, só conduzirá a uma coisa: a novas eleições, a novo sufrágio popular. Mas é isso que a «AD» já começa a temer: é o veredito popular, daqui a algum tempo.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Neste contexto, a referência à «violência e ao fim da liberdade» assume um significado preocupante no discurso do Pimeiro-Ministro. O que é que se pretende dizer com esta sibilina referência? Será que depois de derrotada em eleições a «AD» ainda alimenta a intenção de utilizar o seu candidato presidencial para outra qualquer iniciativa, onde possa pôr em exercício de modo mais cabal os seus dotes operacionais?

Em todo o caso, uma coisa é certa: não há qualquer moção de confiança que valha ao Governo neste assunto que o ponha a coberto da sua responsabilidade perante o Presidente da República e, através dele, perante o juízo popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo vai obter um «sim» dos sus deputados ao seu pedido de confiança. Mas essa confiança dos seus deputados, e aliás é apenas essa que o Primeiro-Ministro, pediu, não lhe diminuirá o descrédito de que nasce inquinado, não o protege contra o descontentamento popular que já começou a suscitar, não o põe a coberto dos poderes constitucionais de outros órgãos de soberania.

Se eram esses os objectivos pretendidos pelo Governo com este voto, então sai daqui tão desamparado como quando aqui chegou. Não aumenta de um grama a sua força. Talvez que, pelo contrário, a própria necessidade em que se encontrou de apresentar esta moção, nos termos em que o fez, revele a má consciência do Governo, o pressentimento da sua fragilidade originária, a premonição do seu fim, antes (muito antes, esperamos) do final da legislatura.

Da nossa parte não se espere outra coisa se não a de contribuirmos e lutarmos para abreviar o desenlace. A «AD» não deixará de bom grado o poder. Do nosso lado a luta não será regateada. Por isso votamos contra a moção de confiança para bem do povo e da República.

Aplausos do PCP, de alguns deputados do PS, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, mantendo a orientação inaugurada pelo primeiro governo da Aliança Democrática, vem solicitar a esta Câmara um voto de confiança para a execução do seu Programa de Governo e para prosseguir, nos termos amplamente explicitados pelos Srs. Ministros, as orientações sectoriais nos diversos domínios, durante o quadriénio da legislatura.

Até à revisão constitucional, que deverá, de futuro, consagrar obrigatoriamente esta forma de legitimação parlamentar dos governos, a moção de confiança aparece-nos como precursora de uma forma democrática por exceléncia de um governo demonstrar perante o País, e no exterior, a sua base social de apoio, obter a garantia de solidariedade política da maioria parlamentar que o apoia, afirmar às minorias oposicionistas a sua vontade firme de cumprir o mandato recebido nas eleições gerais, realizando o seu projecto e reforçar, perante os outros órgãos de soberania, a sua força institucional e democrática.

Não basta para um governo governar a simples derrota das moções de rejeição de cada uma das oposições. A pluralidade destas moções, os termos em que cada uma delas se encontra estruturada e redigida e os votos que conseguiram recolher demonstram, por si só, que não existe nesta Câmara qualquer possibilidade de fazer ressuscitar as veleidades da maioria de esquerda ou dos blocos centrais, ou qualquer outra forma de juntar os deputados como suporte de um projecto alternativo para esta legislatura. Se outros argumentos positivos e evidentes não existissem para demonstrar a implantação da Aliança Democrática na consciência colectiva do povo português, bastaria esta pulverização, contradição e votação das oposições para se certificar que a «AD» representa e continuará a ser nos próximos anos o máximo consenso nacional possível para governar Portugal.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E é exactamente este consenso que a votação da moção de confiança vai revelar perante a própria Assembleia da República e perante o povo português.

A derrota de todas as moções de rejeição foi uma forma ritual de as diferentes oposições cumprirem uma liturgia política. Foi para cada uma delas uma maneira de se convencerem que realmente os seus projectos continuam a não merecer a confiança da maioria do eleitorado e que terão de refazer os seus partidos, os seus métodos de actuação, as suas bases programáticas, e até mudar os dirigentes, se algum dia quiserem constituir uma alternativa real e minimamente convincente para esta nossa maioria.

Da moção do PCP pouco haverá a dizer. Incapaz e impossibilitado de chegar ao Poder por vias democráticas, com um ideário político completamente desajustado à evolução histórica e inadaptado à estrutura básica da personalidade portuguesa, os comunistas são e serão sempre um partido em contínuo definhamento, veiculando vozes de protesto social, enquanto os governos da «AD», na década que há pouco iniciámos, não transformarem Portugal no país moderno, europeu e socialmente fraterno. Aliás, o drama do PCP é exactamente esse: enquanto desesperadamente se cola à vitória do general Eanes, invocando vezes sem conta o 7 de Dezembro para assim esconder aos olhos dos seus militantes a estrondosa derrota de 5 de Outubro, que afastou da sua bancada os seus melhores deputados, o Sr. Presidente da República, de discurso em discurso, de viagem em viagem, na campanha pós-eleitoral em que anda, demarca-se das posições do Dr. Álvaro Cunhal. Na verdade, enquanto o Sr. Presidente da República declara, nas cerimónias públicas, que o Governo pode contar com a sua confiança política, porque o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão é o continuador de todas as orientações iniciadas pelo executivo de Francisco Sá Carneiro, e presta homenagem pública — que esperamos sincera — às convicções e frontalidade do líder da «AD» tragicamente desaparecido, o grande devorador de sapos vivos, que é o secretário-geral do PCP...

Risos.

... grita que o Governo deve ser demitido se ele continuar a obra do primeiro governo da grande coliga-

ção! Por isso, afoitamente se pode afirmar que a moção de rejeição do PCP tem todo o aspecto, para utilizar uma expressão de Vital Moreira, de «uma arma» contra o general Eanes, que os comunistas, talvez arrependidos dos votos que lhe deram e não o podendo afrontar directamente, lançam com a mediação deste Governo.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Muito bem!

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Boa piada!

O Orador: — A moção de rejeição do PS reflecte a desordem institucional, as contradições ideológicas que reinam dentro das suas fileiras e, obviamente, o artificialismo da FRS. As suas figuras de proa, assentadas com lutas intestinas, nem sequer têm tempo de o ler com a atenção que sempre um programa de governo exige e pousam neste como abelhas daltónicas; os seus deputados economistas fazem incursões filosóficas sumaríssimas na conceptualização de como libertar a sociedade civil do Estado pela esquerda deixando propositadamente sem qualquer comentário pertinente a magnífica exposição do Sr. Ministro das Finanças; os seus conhecidos tribunos leem reportagens jornalísticas, em vez de criticarem as teses do Ministro Carlos Macedo, e a despartidarização das decisões que cabem ao Ministério do Trabalho emudeceu os prestigiados laboristas e sindicalistas socialistas. Tal como sucedera durante a campanha eleitoral, os socialistas não se mostraram preparados para se assumirem como alternativa a prazo a este executivo e a este programa concreto debatido neste hemicycle e que passou devido às derrotas das moções de rejeição.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — O Sr. Deputado é muito profundo!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Francisco Sá Carneiro justificava, há um ano, a necessidade da moção de confiança a coroar o debate parlamentar do Programa do Governo nestes precisos termos: «A aprovação da moção de confiança reforça a posição do Governo, torna-o perante o País, senhor de um poder acolhido pela confiança expressa desta Assembleia, poder esse que, assim confirmado pela positiva, é necessário para que não fiquem dúvidas de que o Governo, na sua composição, na sua capacidade e no seu programa, corresponde à decisão do eleitorado. A moção de confiança é a relação de confiança recíproca, de solidariedade mútua, entre um governo e uma maioria que o apoia, na base de um programa comum que os portugueses acolheram e fizeram seu.» E rematava: «O Governo tem a necessidade — e tem-na também o País — de na sua acção política funcionar não apenas apoiado, mas integrado, nas iniciativas e na política aqui desenvolvida pela maioria parlamentar.»

A transcrição é longa, mas é necessária. Os nossos constitucionalistas, habituados a ler e a debitar os manuais estrangeiros da prática democrática, não encontram nem trechos tão eloquentes nem doutrina mais rigorosa para o aprofundamento do processo democrático português, para a estruturação das solidariedades institucionais dos vários órgãos de sobe-

rania, para à construção do Estado que queremos forte e participação de um governo intimamente ligado ao País e à sua base social de apoio.

Sr. Primeiro-Ministro, não é apenas por o CDS ser o segundo maior partido da AD e ter militantes seus à frente de vários Ministérios e Secretarias de Estado que, com grande regozijo, o saúda e se declara solidário com o Governo a que V. Ex.^a preside. Hoje, nesta sala, o presidente do nosso partido, Prof. Freitas do Amaral, com a autoridade que é sua, numa intervenção a todos os títulos brilhante explicou como o CDS encara o seu governo e o empenho que põe na execução dos ideais da Aliança Democrática, que estão consubstanciados no Programa do Governo.

Nas eleições de 5 de Outubro os Portugueses reafirmaram a sua opção por um programa donde se salientam seis linhas mestras fundamentais: unir os Portugueses; criar riqueza e distribui-la com justiça; lutar contra a inflação e o desemprego; dar prioridade aos mais desfavorecidos; consolidar a democracia e regionalizar o País; modernizar Portugal e avançar para a Europa.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

Para nós, deputados do CDS, não se trata de opções novas. No nosso programa eleitoral de 1976, quando ainda estavam a crepitá os fogachos do gonçalvismo, já nos batíamos por todas estas grandes metas e durante o tempo em que fomos oposição não deixámos de lutar por estes ideais. Quem se der ao trabalho de folhear os *Diários da Assembleia da República*: ali encontrará dezenas de intervenções em que, perante a ineficácia dos governos socialistas ou o utopismo dos governos presidenciais, invectivámos as outras bancadas e os governos pela sua passividade perante tão trágico espectáculo que o Estado então dava aos Portugueses.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, sabemos que não nos sentimos arrastados no plano inclinado do descalabro e milhões de portugueses confiam no governo da AD. Dependerá do cumprimento do Programa hoje passado criar as condições internas para a realização dos investimentos, como pressuposto da criação de novos postos de trabalho, travar o aumento incontrolado do custo de vida, subordinando toda a política económica à preocupação constante de a congregar com a política de bem-estar e de melhoria da qualidade de vida dos Portugueses, de defesa do ambiente e de aprofundamento de uma realista política cultural.

É pois, para manter, para insistir e para alargar o amplo consenso do eleitorado, nas próximas eleições para realizar a mudança que a Aliança Democrática prometeu, que o meu grupo parlamentar se declara solidário com o Primeiro-Ministro e concede a plena confiança para ele e os seus Ministros governarem Portugal até 1984.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A apresentação de uma moção de confiança no âmbito do acto de investidura parlamentar do Governo é um acto bizarro do ponto de vista constitucional.

A Constituição, muito naturalmente, não fixa nenhum prazo dentro do qual seja vedado ao governo colocar a questão da confiança. Mas assim acontece porque a Constituição pressupõe uma classe política inteligente e que se move por critério de racionalidade.

Vozes do CDS: — E é!

O Orador: — Nunca passaria pela cabeça do legislador constituinte que, logo após a investidura do Governo no Parlamento — que é em si um pressuposto e uma prova de confiança do segundo no primeiro — e antes mesmo de o Governo ter iniciado ou sequer podido iniciar a execução do seu programa, o Governo fosse tão ilógico, tão irracional e tão aberrante da lógica do sistema que se desse pressa em, como primeiro gesto após a plenitude da sua investidura, perguntar ao Parlamento, que o acaba de investir, se tem ou não confiança nele!

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas é o que, neste momento, está precisamente a acontecer.

Com efeito, tudo se passa como se a pergunta do Governo ao Parlamento fosse apenas e simplesmente esta: vós, deputados, acabeis de me investir. Mas investiram-me com confiança em mim, ou desconfiando de mim?

Reconheçam, Srs Membros do Governo, que o que se passa aqui é uma anomalia constitucional, uma fonte de perplexidade, senão de chacota, para o bem humorado cidadão português.

Como disse o meu camarada Mário Soares, essa pretensão ainda teria alguma explicação se o Governo não dispusesse aqui de apoio maioritário. Então, sim, podia ter o significado de forçar a Câmara a uma investidura pela positiva. Sendo o actual Governo apoiado por uma maioria parlamentar, que é, neste momento, a mesma que era há algumas horas — se não estou a ser temerário —, a estranha moção sofregamente apresentada transporta a ofensa, feita pelo Governo à maioria que o apoia, de admitir que pudesse dizer agora «não», onde há algumas horas disse «sim»!

Resumindo eis um bom título para a crónica desta moção: «De como uma moção de confiança, que deveria ser um acto sério, se pode converter numa boa piada».

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Boa piada!

O Orador: — Aliás, este cerimonial a que o Governo nos submete nem sequer é original. Remetemo-nos para um ritual semelhante do governo antecedente.

Mas vale a pena assinalar a diferença: aquilo que com o Executivo precedente foi um acto de arrogância e um pura e gratuita manifestação de força converteu-se, neste caso, numa pálida imitação e numa tentativa de comprometer, pública e formalmente, os

adversários que este governo conta no próprio seio da AD e de salvar as apariências.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Atitude aparentemente ingénua: os conflitos de ambições, os ressentimentos declarados, os focos de tensão, as chivagens, não se suprimem com este passe de mágica e o País não vai acreditar que a AD está sólida e coesa à volta deste executivo. Quando se força a confiança através deste expediente, ela não pode ser sincera.

Resulta de tudo isto uma suspeita reforçada de que a AD está sendo trabalhada por forças internas hostis a este executivo, que órgãos de informação e sectores da direita vão também hostilizando com críticas e diatribes.

O que é paradoxal, temos de o reconhecer. Mas este governo, não se tendo demarcado desses sectores, cede-lhes em toda a linha, como, por exemplo, na comunicação social, na saúde, na economia, etc.

De cedência em cedência, acabará por cair das varandas da Gomes Teixeira para a rua, estilhaçando-se, fragorosamente, no Largo do Caldas!

Risos.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — A Gomes Teixeira não tem varandas!

O Orador: — Realmente, a quem serve o programa e a política deste governo? A sociedade civil não, de certeza, mas apenas a alguns civis da nossa melhor sociedade!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Trocadilho e mais nada!

O Orador: — O Governo cede aos interesses particulares, aos grandes interesses económicos, que passam à frente dos interesses públicos.

É mesmo esse o cerne da ideologia que veicula e com ela pretende impregnar a consciência social. O interesse próprio e privado, o hedonismo, são os valores máximos da ideologia governamental: nada há mais raso e burguês do que isto.

Este governo vai empunhar a bandeira do interesse privado, da propriedade privada, da medicina privada, do ensino privado e do enriquecimento privado.

Constatamos também a manutenção de uma sofisticada disputa pela herança de Sá Carneiro no seio da AD, de que o discurso do presidente do CDS foi um bom exemplo.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Não será embaraçoso para o actual Primeiro-Ministro ouvir o tom protector do Sr. Deputado Freitas do Amaral, dando lições ao Governo como se fosse o seu encarregado de educação? Quererá porventura tutelar o Governo ou marcar-lhe o seu tempo de existência?

Risos.

O PS é contra a moção de confiança com que o Governo resolveu festejar a passagem do seu programa.

Temos todas as razões para estar contra: em primeiro lugar, pela incongruência constitucional que representa; em segundo lugar, por sermos partido de oposição clara e frontal a este executivo e ao seu projecto conservador; em terceiro lugar, por natural coerência com os motivos e razões que levaram a FRS a propor, ela própria, uma moção de rejeição do Programa do Governo, os quais, ao longo do debate, foram claramente justificados pelas intervenções dos seus deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PS é contra a coligação das forças conservadoras e direitistas da AD, é contra este governo débil, é contra o seu programa decepcionante.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este governo, que se diz forte por fora, é fraco por dentro.

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

O Orador: — No entanto, uma coisa é verdadeira: é um governo de continuidade! Nisto estamos de acordo.

Continuidade, por exemplo, na comunicação social, onde era legítimo esperarem-se mudanças profundas.

De facto, o direito à informação objectiva e pluralista condiciona o exercício de todos os outros direitos e liberdades; o acesso à informação é um dos fundamentos da democracia, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe perfeitamente.

A nossa desconfiança neste governo está mais que justificada neste assunto, uma vez que os próprios conceitos de informação entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Deputado Freitas do Amaral são contrários entre si, ou pelo menos divergentes.

Para o líder do CDS, a informação deverá servir o Governo durante o seu mandato.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Primeiro-Ministro, espartilhado entre o seu passado de jornalista e a pressão dos grandes interesses políticos, fica em situação difícil — de um lado, a exigência ou a necessidade da informação como máquina de propaganda do Governo; do outro, o jornalista, que apesar de tudo continuará a ser, mesmo que desta dilaceração íntima saia vencedor, o Primeiro-Ministro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A oposição — à qual nada se garante — ficará a assistir ao insólito espectáculo: o Prof. Freitas do Amaral já ganhou na RTP, o Primeiro-Ministro talvez ganhe na rádio ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É a canção do ceguinho!

O Orador: — Esse o suspense. Que mais irá acontecer?

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Desta vez teve piada.

O Orador: — Este governo prossegue na política de saúde que realizou o governo anterior. O resultado viu-se: a assistência médica em Portugal está pior que nunca e nos bancos dos principais hospitais é o «apocalipse now».

Aliás, em matéria de bancos, sejam eles de hospitais ou da finança, o Governo é perito. Talvez Miguel Quina queira comprar também o banco do Hospital de S. José, para aí fazer uma clínica privada!

Aplausos do PS, do PCP, da ASDI e da UEDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Confiamos na Lei do Serviço Nacional de Saúde como quadro imprescindível para resolver cabalmente os problemas. Não confiamos nada no Programa deste governo.

«O sucesso ou fracasso da educação comanda o futuro do homem», diz G. Friedmann.

Este governo não dá as mínimas garantias de democratizar a educação. Ao contrário, até a JSD o reconhece!

Não respeitará nem aplicará os critérios de uma autêntica democratização nem quanto à extensão da base social do ensino nem, muito menos, relativamente aos valores transmitidos pela escola.

A política deve ser, ela mesma, educada e educadora. A democracia compreende na sua essência um projecto educativo e cultural livre e criador.

A política educativa deste governo já é e será um fracasso. Por isso, o Ministro da Educação guardou o prudente silêncio no decorrer dos debates.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — As mulheres, os jovens e os velhos, que são os últimos a encontrar emprego e os primeiros a ser despedidos, nada podem esperar deste governo.

Os trabalhadores têm sobejas razões para temer os despedimentos sem justa causa, sob o falso pretexto do saneamento financeiro das empresas!

Têm razões para recear um novo tecto salarial. Podem esperar uma deterioração da sua participação no rendimento nacional, em benefício dos detentores do capital.

Este governo não tem ideias claras e distintas, tão caras a Descartes. Não tem método, isto é, não sabe o caminho para o lugar para onde viaja. Quer viajar, mas não sabe como. É conservador. Fica no mesmo lugar, fingindo que anda.

Ficámos constrangidos e cansados com o discurso deste governo e desta maioria: expõe concepções da sociedade que não são nossas, acha bom o que achamos mal.

Não se concede confiança — ainda por cima a despropósito — a um governo do qual há mais razões para desconfiar do que para confiar.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — A dada altura, o Sr. Primeiro-Ministro falou nos fantasmas freudianos da oposição. Se Freud fosse deputado explicar-lhe-ia, Sr. Primeiro-Ministro, que a sua moção de confiança não é mais

do que uma espécie de ursinho de peluche com que o Governo se deita para não ter medo ou terrores nocturnos.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Votaremos contra a moção de confiança com redobrada convicção, mas algum enfado.

Esta votação não despertará qualquer emoção ou trará qualquer novidade. Apenas terá a indiferença da população.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, urge revalorizar as funções e o papel do Parlamento. Opomo-nos a que este seja remetido a um papel secundário, sob pretextos de ordem técnica ou invocando a força da maioria.

Continuaremos, assim, a pugnar pela alteração dos seus métodos de trabalho e pelo reforço da sua função como órgão essencial de soberania.

Não concedemos ao Governo o benefício da dúvida, como oposição clara e frontal que somos e portadores de um projecto de sociedade alternativo.

Se o Governo passou nesta prova parlamentar, terá de se submeter ainda à prova real do futuro.

Não são as palavras que contam; os seus actos o julgarão.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Encontramo-nos aqui hoje, como já foi dito pelo Primeiro-Ministro, para assumir um compromisso recíproco: o compromisso da maioria parlamentar no sentido de apoiar o governo da Aliança Democrática; o compromisso do Governo no sentido de cumprir e executar o Programa do Governo, cuja rejeição foi há pouco recusada, por três vezes consecutivas.

Estranhamos, de resto, que para os comunistas e até para o Sr. Deputado Carlos Laje faça muita confusão que várias vezes a Aliança Democrática tenha já manifestado confiança ao seu governo, quando aos senhores não fez nenhuma confusão que várias vezes aqui se manifestasse rejeição ao programa desse governo. Seja como for, temos de repetir as coisas, porque aos senhores às vezes custam a entendê-las.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O acto que aqui celebramos não representa, porém, como aqui foi insinuado hoje de manhã, qualquer espécie de insegurança do Governo face à maioria que o apoia nem tentativa de «amarra» os deputados da Aliança Democrática, a disciplina é um meio, não é um fim, e se hoje aqui quisermos dar provas do nosso apoio maciço e da nossa confiança

ao Governo, é porque temos a consciência de que representamos cerca de três milhões de portugueses que confiaram na Aliança Democrática para governar o País durante quatro anos. E queremos ser hoje a expressão pública dessa confiança na Assembleia da República, para que não haja margem para dúvidas nem para ambiguidades. Assim sempre fizemos, nunca celebramos pactos, acordos ou bases de entendimento que não tivessem sido publicamente divulgadas e assim continuaremos a proceder.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O compromisso recíproco que hoje aqui assumimos tem para nós dois aspectos fundamentais: continuar a obra começada em 2 de Dezembro de 1979; cumprir as promessas eleitorais apresentadas aos Portugueses em 1979 e reafirmadas em 1980.

A morte de dois dos nossos companheiros e amigos, Sá Carneiro e Amaro da Costa, que muito nos afecta humana e politicamente, não é para nós motivo de desistência. Pelo contrário, sentimo-nos ainda mais responsáveis perante aqueles que nos elegeram. Sabemos perfeitamente que muitas das pessoas que votaram na Aliança Democrática o fizeram expressamente porque acreditavam em Francisco Sá Carneiro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Mas isso não é motivo para estarmos aqui a reafirmar as suas opiniões e a reassumir o seu projecto. Sentimos a falta que tanto ele como Amaro da Costa nos fazem a todos. Mas é nosso dever contribuir, com um empenhamento ainda maior, para levar por diante o projecto que os animava e em cuja concretização perderam a vida.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Oradora: — Ninguém estranhe, por isso, que este governo assuma o legado de Sá Carneiro. Ninguém se admire que o Governo se tenha apresentado com um programa que não contém relativamente ao anterior alterações substanciais. Assim se fez intencionalmente. O programa de que partimos é sempre o mesmo — o nosso programa eleitoral de 1979. E não está nos hábitos da Aliança Democrática mudar de programa ou esquecer os compromissos que assumiu.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Afirmamos a nossa confiança a um governo de legislatura, cujo prazo de acção é de quatro anos. Ouvimos a oposição referir-se a governo de crise ou governo de transição. É uma linguagem ultrapassada, Srs. Deputados. O tempo da instabilidade governativa, das incertezas constantes, dos governos que caíam uns após outros, cessou.

O Sr. António Arnaut (PS): — Veremos!

A Oradora: — A Aliança Democrática tem uma maioria parlamentar, tem a confiança da maioria dos portugueses. Saberemos ser dignos dessa confiança.

Faço questão de recordar a forma como a Aliança Democrática soube superar a situação criada pelo falecimento de Sá Carneiro, designadamente através da disponibilidade e firmeza com que Freitas do Amaral assegurou a continuidade governativa. Foi uma prova evidente de que, para lá da adversidade, que não está na nossa mão evitar, sabemos pôr os nossos interesses nacionais acima da questões de partido, sabemos pôr o problema do País acima das nossas posições de partido.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Nem tudo, porém, depende do Governo nos próximos quatro anos. Há neste país o hábito de deitar sempre as culpas para cima de alguém. O culpado é sempre o Governo, quando as coisas correm mal mas também há quem diga que o culpado é o Presidente da República, quando as coisas correm bem.

Risos do CDS.

Seja como for, a verdade é que nem tudo depende do Governo. A esse respeito, gostava de produzir algumas considerações, suscitadas pelo que hoje aqui já ouvi.

Muito se disse nesta Casa sobre as consequências das eleições de 7 de Dezembro face ao projecto da Aliança Democrática. Mas gostava que ficasse isto bem claro: o projecto da Aliança Democrática não foi nunca um projecto de Presidência da República. O projecto da Aliança Democrática é um projecto de sociedade e mantém-se, apesar de não termos ganho as eleições de 7 de Dezembro. O facto de o candidato por nós apoiado não ter ganho estas eleições não afecta em nada a legitimidade desta maioria nem do governo que dela emana.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Para o PCP, a vitória eleitoral de Ramalho Eanes deveria resultar talvez na anulação — não sei bem o que os senhores pretendem — na demissão, na exoneração deste governo ou na anulação dos resultados de 5 de Outubro.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ainda não, ainda não...

A Oradora: — Não sei se sobre esta matéria há algum acordo entre os senhores e o candidato que apoiaram por fim. O que sei é que ouvi o general Eanes afirmar expressamente, ao dar a posse a este governo, «a legitimidade política do Governo não oferece dúvidas nem está em discussão. Resultando da vitória eleitoral da coligação em que se apoia, dispondendo da base parlamentar maioritária, recebe, através do Primeiro-Ministro, a confiança política do Presidente da República».

Perante estas palavras teremos de extrair uma de duas conclusões: ou o general Eanes não foi sincero ao proferi-las (o que não quero admitir), ou o PCP pretende atirar mais uma vez o general Eanes contra a Aliança Democrática, para depois nos acusar de estarmos envolvidos em conflitos institucionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A menos que aqui haja mais uma vez um dos tais «rapos vivos» que o vosso secretário-geral vos pediu que engolissem. Mas o problema é vosso.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Compreendemos, no entanto, esta atitude do PCP, ao arreio até da Constituição, de que os senhores fazem tanto bandeira. É que ao longo de cinco anos de instabilidade governativa que vivemos antes de Dezembro de 1979, com a sucessiva queda de governos efémeros, o maior beneficiado foi o PCP que averbou sempre subidas eleitorais. O facto é que com dois meses apenas de tranquilidade governativa, garantida pela Aliança Democrática o PCP perdeu seis deputados. Com a Aliança Democrática no governo por quatro anos, não sei quantos deputados irá perder, mas certamente muito mais.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Vital ficou à rasquinha.

A Oradora: — Não quero fugir ao problema, que os senhores levantaram de uma forma errada, a meu ver. Não esquecemos e não ignoramos as consequências das eleições de 7 de Dezembro. Não esquecemos nem ignoramos as previsões feitas por Sá Carneiro e Freitas do Amaral acerca dessa eventualidade. Elas estão ainda bem presentes em todos nós. Não é a morte do ex-Primeiro-Ministro que nos fará esquecer as suas palavras, fiquem disso bem cientes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O compromisso que tanto ele como Freitas do Amaral assumiram de não integrarem o Governo da Aliança Democrática nesse caso foi plenamente cumprido por Freitas do Amaral — e Sá Carneiro não está vivo para o fazer.

As perspectivas de dificuldades acrescidas em todos os sectores, que para nós então foram levantadas, são hoje para todos um motivo de apreensão. Mas esse motivo não nos leva a desistir, leva-nos a procurar, num esforço renovado, evitar que venham a concretizar-se essas previsões tão negativas, em tudo aquilo que estiver ao nosso alcance, desde logo e desde já, pelo reforço dos partidos políticos, os quais podem garantir a base de estabilidade democrática, pela garantia e pela coesão da AD, sem a qual não haverá estabilidade governativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — E sem estabilidade governativa, meus senhores, tudo aquilo que dizem acerca do bem-estar e da melhoria do nível de vida para os Portugueses não passa de palavras, porque não é possível ser concretizado.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

As eleições de 7 de Dezembro tiveram para nós duas consequências principais.

A primeira é que não poderemos assegurar aos Portugueses a solidariedade institucional e a política que desejariamos garantir entre Assembleia, Governo e Presidente.

A segunda é de que não recorremos à via do referendo para efeitos da revisão constitucional.

Quanto ao primeiro aspecto, é certo que o Presidente da República afirmou aqui, há dias, que o Governo podia contar com a sua «solidariedade institucional». Mas o general Eanes iniciou agora o seu mandato, e temos de julgar as suas palavras pelo seu comportamento passado. A verdade é que essa «solidariedade institucional», também prometida ao Governo Sá Carneiro, falhou diversas vezes — recordei apenas «vetos de bolso», a paralisação de diplomas fundamentais por veto do Conselho da Revolução, o silêncio absoluto perante críticas infundadas e insultuosas por parte de forças políticas da oposição e até por membros do Conselho da Revolução. E porque não esquecemos tudo isto é que registamos a promessa aqui reafirmada pelo Presidente da República, na certeza de que, pela nossa parte, seremos intransigentes no seu cumprimento.

Quanto à questão do referendo, muito se tem dito sobre a matéria, e eu não sou perito em direito constitucional. Queria apenas recordar aos Srs. Deputados da ASDI, que tão insistentemente têm manifestado a sua repugnância por essa figura, que ela faz expressamente parte do programa do PSD, não extranhando de certo que os deputados do PSD continuem a defender uma posição programática, mesmo depois de os senhores terem abandonado o nosso partido e optado pelas bancadas da FRS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi o Governo aqui acusado de querer imiscuir-se na área da revisão constitucional.

Julgo que a apreciação foi injusta, que o Governo mantém, face a essa matéria, a mesma atitude que já teve ocasião de expressar várias vezes: respeitará as competência dos outros órgãos de soberania e exigirá destes que respeitem as suas. Apenas estranho que, sendo assim, tão apressadamente aqui se tenha querido ver um «senão» da parte do Governo, quando há bem pouco tempo, no dia em que esta Assembleia da República tomou posse, ouvimos todos estupefatos uma mensagem enviada pelo Presidente da República, tecendo longas considerações sobre revisão constitucional. Não ouvi então das bancadas da oposição qualquer protesto — e aí, sim, houve uma clara ingerência. Dir-me-ão que o Presidente é o mesmo mas que o mandato é outro. Assim será, mas, pela nossa parte, que fique bem claro que não faremos pactos com Belém para a revisão constitucional nem estamos amarrados a qualquer acordo ou base de entendimento — déem-lhe o nome que quiserem — visando preservar ambiguidades intoleráveis numa Constituição plenamente democrática.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

É evidente no entanto que, posta de lado a hipótese do recurso ao referendo para a revisão constitucional e para que não se caia num impasse que levaria à manutenção indefinida de um período do transitório, que, na minha opinião, devia ter caducado em Março do ano passado, pois aí, quatro anos sobre o pacto entre os partidos políticos e as forças armadas, será necessário encontrar neste hemiciclo a capacidade suficiente para constituir consenso mínimo de dois terços que permita fazermos a revisão constitucional.

Pela nossa parte, bancada do PSD, não enjeitamos o desafio que essa circunstância representa, esperamos que, pela parte responsável da oposição, possa encontrar-se disposição semelhante. Se for possível chegarmos a uma Constituição que, com o nosso esforço, o nosso labor e com a nossa disponibilidade, sirva para unir os Portugueses mais do que para os dividir, teremos certamente cumprido aquilo que de nós esperam todos. Sejamos deputados da oposição, sejamos deputados do Governo, somos representantes do povo português.

Faço hoje este voto aqui: que a nova Constituição possa representar um consenso máximo e que nos possamos orgulhar dela, depois do trabalho que durante esta legislatura aqui teremos de fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminei as minhas palavras reafirmando — o que já foi dito por muitos colegas da minha bancada e da maioria — o nosso apoio e a nossa confiança ao governo da Aliança Democrática.

Reafirmámos também o nosso apoio e a nossa confiança a Francisco Pinto Balsemão, fundador do PSD, nosso companheiro de partido e, pela segunda vez, membro do nosso partido que ocupa o lugar de Primeiro-Ministro.

Dizemos-lhe que pode contar com a solidariedade dos sociais democratas e com o nosso apoio em todas as medidas que constam do seu programa e que servirão para aumentar o bem-estar dos Portugueses, para melhorar as condições de vida do nosso país.

Mas dizemos-lhe mais: que não basta ter o apoio dos partidos da Aliança Democrática. Para que o Governo possa governar, para que a sua acção possa ter êxito, é preciso que ele tenha o apoio da maioria dos portugueses. E faço um apelo para que os portugueses que votaram na Aliança Democrática, os portugueses que querem ver este país progredir, manifestem o seu apoio ao governo da Aliança Democrática, para que ele possa enfrentar as dificuldades que se vão deparar nos próximos quatro anos, desde a revisão constitucional à integração no Mercado Comum.

É um desafio nacional. A Aliança Democrática conta com os Portugueses, estamos certos de que os Portugueses poderão contar com a Aliança Democrática.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O adiantado da hora obriga-me a ser muito breve, embora confesse que é difícil resistir a comentar os conceitos de amor do reaparecido Sr. Deputado Vital Moreira ...

Risos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ah!

O Orador: — ... o qual apesar de não ter intervindo no calor dos debates, surgiu — talvez vindo do frio — com a mesma amnésia parcial dos seus colegas de

bancada, pelo menos quanto a datas: fala a propósito e a despropósito de 7 de Dezembro, esquece-se sempre de 5 de Outubro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Como é difícil resistir à tentação de explicar amigavelmente ao Sr. Deputado Carlos Lage que o problema freudiano dos fantasmas, por mim invocado numa intervenção anterior, se referia à bancada do PCP e também de resistir à tentação de lhe perguntar se afinal os fantasmas do PS e do PCP são os mesmos e, por conseguinte, os ursinhos de peluche também são os mesmos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas a hora vai adiantada e o assunto é sério e grave, o que não é incompatível com o sentido de humor que só facilita as nossas relações.

Três palavras portanto, apenas, no encerramento do debate do voto de confiança que o Governo submeteu à Assembleia da República.

Duas palavras, para definir a posição do Governo perante temas fundamentais que perpassaram ou estiveram subjacentes a algumas das intervenções realizadas neste fim de tarde. Uma última, para dizer de projectos concretos do Governo quanto ao futuro próximo.

Aqui se faleceu das relações entre os diversos órgãos de soberania, não só na perspectiva de um passado recente, mas, sobretudo, dos meses e dos anos que se seguem. O Governo reafirma tudo quanto tem expressado desde o instante da sua posse.

Deseja manter uma boa colaboração com todos os demais órgãos do poder político do Estado, nomeadamente com os órgãos de soberania.

Tem a plena consciência de que essa boa colaboração desejada se não confunde com convergência ou identidade de projectos ideológicos e políticos.

Considera o Governo que o pressuposto essencial para a boa colaboração em causa é o respeito estrito e permanente das competências constitucionais dos diversos órgãos em presença.

Não abdica, portanto, de nenhuma das faculdades que integram a sua competência constitucional, como não transforma a questão democrática e nacional da boa colaboração com outros órgãos de soberania em moeda de troca ou em argumento pretextual para campanhas políticas de conjuntura ou desforços políticos do passado, do presente ou do futuro.

Vozes do PSD do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — É dentro deste critério que equacionamos a questão da reforma constitucional. O Governo respeita e reconhece, obviamente, a competência da Assembleia da República n esta matéria. Ninguém porá, no entanto, em dúvida, que ela tem interacções com a acção legislativa do Governo, o que, num prazo de quatro anos, não pode ser ignorado.

Além disso, o Governo é constituído por mulheres e homens que apoiam o projecto da Aliança Democrática, vários deles dirigentes partidários e que, por isso mesmo, não poderão alhear-se a título individual da problemática da reforma constitucional. O Governo confia na Assembleia da República, nos deputados

dos partidos democráticos e, em especial, nos deputados da maioria, para que a tarefa da revisão constitucional venha a resultar em benefício do povo português.

Também nesta Assembleia se falou do significado político efectivo da maioria parlamentar de apoio ao Governo. O Governo reafirma o entendimento já várias vezes explicitado, segundo o qual não há, em Portugal, neste momento e no futuro imediato, qualquer outra maioria parlamentar e governamental possível senão a que é formada pelos partidos componentes da Aliança Democrática. Acrescento que não se vê como pudesse ser minimamente capaz de vencer as dificuldades de vária ordem que teria de enfrentar um governo minoritário assente numa base de sustentação parlamentar caracterizada pela sua precariedade, pela sua permanente flutuação, pela sua inevitável propensão para os compromissos políticos de circunstância.

Diga-se de passagem, a propósito da intervenção do Sr. Deputado do PS, que os mecanismos da não rejeição dos programas dos governos foi inventado para governos minoritários. E isso explica muito das razões por que pedimos a moção de confiança.

Vozes do PSD do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Se, no passado não muito longínquo, em condições em vários aspectos menos complexas nas quais era menos patente o desejo fundo dos Portugueses de estabilidade governamental, foi entendido dever exigir aos governos um apoio maioritário, estável e coerente, como seria aceitável que amanhã, em condições propiciadoras de maior exigência, já fosse possível defender governos minoritários, instáveis e de débil coerência interna? Depois desta forçosamente curta referência a temas aflorados durante o debate, uma última palavra sobre o futuro. Em execução do seu Programa, o Governo tenciona aprovar as Grandes Opções do Plano para 1981 e para 1981/1984 até 5 de Fevereiro próximo, após recolha dos contributos críticos relativos ao projecto antes elaborado e cujo prazo termina já amanhã.

Logo após a sua aprovação, o Governo submeterá as Grandes Opções do Plano à apreciação da Assembleia da República do Conselho Nacional do Plano, nos termos da lei.

O Governo entende que as Grandes Opções do Plano a Médio Prazo deveriam constituir um espaço de consenso nacional.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não apenas porque hoje existem no próprio texto constitucional muitos aspectos que seriam mais apropriados num Plano do que na Lei fundamental, mas também porque as Grandes Opções do Plano deveriam constituir objectivos nacionais, mobilizadores de todos os portugueses. Acresce que será a primeira vez, desde o 25 de Abril, que nesta Câmara serão debatidas e votadas as grandes opções de um plano a Médio Prazo, o que reforça a nossa esperança na capacidade de diálogo dos partidos aqui representados ou, pelo menos, de parte substancial desses partidos. Tendo em conta a declaração final do Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista, no encerra-

mento do debate do Programa do Governo, não será de mais afirmar que o Governo apreciaria que a votação das Grandes Opções do Plano a quatro anos ultrapassasse a votação da maioria, o que não se afigura inviável, caso os interesses nacionais sejam colocados acima das querelas partidárias.

Vozes do PSD do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, durante o mês de Fevereiro, será discutida e votada em Conselho de Ministros a proposta de lei do orçamento para 1981, que deverá ser submetida a esta Assembleia até ao fim do mesmo mês.

Do mesmo modo, o Governo tenciona ultimar em Fevereiro próximo diplomas legislativos de particular importância para a plena exequibilidade da Lei do Orçamento para 1981, como é o caso da delimitação das competências da Administração Central, Regional e Local em matéria de investimentos.

Entramos, assim e desde já, num intenso período de execução do Programa do Governo, que culminará com os debates que recairão sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 1981.

Outra condicionante que irá interferir na acção do Governo nos próximos quatro anos é, evidentemente, a adesão à CEE. Trata-se, em boa parte, de uma condicionante externa, pois depende das reestruturações em curso na CEE, da possível exequibilidade de um calendário que, do nosso lado, desejamos e estamos preparados para cumprir. Mas há também toda uma tarefa que depende do Governo e da Assembleia da República e que não se limita às importantes negociações em Bruxelas, visto que implica uma reformulação da legislação e das estruturas internas. O Governo confia, para levar a bom termo esses trabalhos, sobretudo no patriotismo do povo português para conseguir impulsionar a arrancada nacional em direcção a um futuro de maior bem-estar para todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedimos um voto de confiança a esta Câmara para um governo nacional, um Governo de Portugal que se perspectiva, no seu programa e na sua acção, para um período de quatro anos.

Pedimos a confiança à maioria parlamentar da Aliança Democrática e, através dela, ao povo português para, afirmativamente, nos dar o seu apoio na construção de uma obra que é de todos.

Todo o tempo é pouco para o trabalho que temos entre mãos e que nos é exigido pela maioria dos portugueses. Assim sendo, mais do que discursos, queremos obras. O País está saturado de discussões arrastadas e, por vezes, bizantinas. Vamos mostrar que é possível governar, e governar bem, para todos os portugueses.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrada a discussão da moção de confiança apresentada pelo Governo.

Por consenso estabelecido entre os partidos, prescinde-se do intervalo regimentalmente previsto e passamos de imediato à votação da moção de confiança.

Submetida à votação, foi aprovada, com 133 votos a favor (do PSD, do CDS e do PPM) e 97 votos con-

tra (do PS, do PCP, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e da UDP).

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé para uma declaração de voto. Dispõe V. Ex.^a de três minutos.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É só para informar a Mesa que nós não faremos declarações de voto. E, se os outros grupos parlamentares pudessem actuar da mesma maneira, apressaríamos os nossos trabalhos. Mas naturalmente que o facto de prescindirmos da palavra não implica como é evidente, que outros o façam.

O Sr. Presidente: — É evidente. Em todo o caso ponho, então, o problema à consideração dos presidentes dos grupos parlamentares.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, se me dá licença, pretendia apenas dizer que nós, pela nossa parte, prescindiremos também da declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Pergunto aos grupos parlamentares se pretendem também prescindir da palavra. O Grupo Parlamentar do PCP?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, tal como estava previsto, o Grupo Parlamentar do PCP fará a sua declaração de voto.

O Sr. Presidente: — Perfeitamente, Sr. Deputado.

Então o melhor é o seguinte sistema: darei a palavra aos partidos pela ordem estabelecida em reunião dos presidentes dos grupos parlamentares e os Srs. Deputados terão a bondade de anunciar, no momento próprio, a posição que assumem em relação a produzirem ou não declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A UDP já deixou, com clareza, expressas as razões por que votou contra a moção de confiança apresentada pelo Governo.

Resta-me agradecer ao Sr. Presidente a oportunidade que há pouco me deu, embora a contragosto, de melhor explicitar os meandros da linha genealógica da AD e do seu governo, de que aliás são mui dignos seguidores.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Vá lá... falou sem papel!

O Sr. Presidente: — Como o MDP/CDE não se encontra presente, dou a palavra, também para declaração de voto, ao Sr. Deputado Oliveira Martins da ASDI.

O Sr. Oliveira Martins (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar da ASDI votou contra a moção de confiança apresentada pelo Governo a esta Assembleia em coerência com a atitude de que assumimos quando votámos a moção de rejeição apresentada pelos partidos integrantes na FRS, entre os quais a ASDI. Outra não poderia ser a nossa atitude, em coerência com tudo o que deixámos aqui dito e demonstrados que ficaram os aspectos que distinguem claramente o nosso projecto de sociedade e de futuro em relação àquele que nos é proposto pelo Governo e pela AD.

A democracia política, económica, social e cultural porque lutamos não é assegurada pelo Governo que agora se apresentou à Assembleia da República. Daí que a libertação da sociedade civil e a construção do Estado democrático exijam para nós, ASDI, muito mais do que aquilo que o Governo nos propõe. Do mesmo modo que o modelo de desenvolvimento que ambiguamente se contém no Programa nos suscita sérias dúvidas e críticas já aqui devidamente explícitas.

Quanto a nós, somos fiéis ao programa social-democrata, que subscrevemos enquanto fomos militantes o PSD e que mantemos na ASDI.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Como é possível?!

O Orador: — Designadamente no que respeita ao referendo, queremos frisar que a nossa posição não é contra o referendo como instituto democrático em abstracto; é contra o referendo da AD como forma de fazer a revisão constitucional sem respeito pelos processos prescritos na Constituição vigente — que o PSD votou — e sem o necessário consenso de que aliás falou a Sr.^a Deputada Helena Roseta.

O Sr. César Oliveira (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Como partido de oposição, a ASDI, assumindo o seu programa político e os seus compromissos eleitorais, enquanto integrante na Frente Republicana e Socialista, outra posição não poderia tomar que não fosse aquela que assumiu — votar contra uma moção de confiança, inoportuna e sem suficiente justificação. Os sociais-democratas independentes assumem assim as suas responsabilidades.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado, pelo que lhe peço que abrevie as suas considerações.

O Orador: — Certamente, Sr. Presidente.

Daí que nos proponhamos continuar a construir a alternativa democrática que preconizámos, criticando e fiscalizando a ação do Governo, mas também apresentando as nossas soluções próprias e o nosso projecto.

A nossa posição é clara. O nosso voto contra a confiança proposta pelo Governo está, pois, perfeitamente justificado, e não poderia ser outro.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Portugal da Silveira, tem V. Ex.^a a palavra para produzir a declaração de voto do PPM.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PPM, mais do que confiar no Governo que agora inicia em plena legitimidade o seu mandato, assegura-lhe a sua real e completa colaboração.

Fazê-mo-lo "porque, além da capacidade que reconhecemos neste governo e no seu programa e do interesse circunstancial que envolve a manutenção da solidariedade que livremente nos obrigámos ao constituir a Aliança Democrática, pensamos que esta é uma exigência do compromisso que assumimos perante o povo português quando nos apresentámos ao eleitorado em 5 de Outubro.

É pois neste espírito de serviço nacional que o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo podem contar connosco no sentido de uma completa abertura e disponibilidade na busca, que lhes cabe, da descoberta dos caminhos do futuro de todos nós.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr.^a Deputada Zita Seabra.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Votámos contra a moção de confiança apresentada pela «AD» porque somos contra este governo, a sua política e defendemos e lutamos por um governo democrático, por uma alternativa democrática capaz de resolver os problemas dos Portugueses.

As razões da necessidade do governo Balsemão vir aqui no fim do debate do seu programa pedir confiança, ia a dizer à Câmara, mas digo aos seus deputados, já foram por nós expostas pelo meu camarada Vital Moreira.

Diremos pois porque é que, em nosso entender, o Governo sai daqui levando uma moção, mas não a confiança.

O governo de Balsemão/«AD» com esta votação não se reforçou, não ficou mais forte, não atingiu nem atingirá nenhum dos objectivos que pretendia e que expusemos durante o debate — ou aquilo a que se chamou debate.

Podemos dizer que nunca assistimos — e já lá vão sete programas de sete governos — a tanta desmobilização, tanta falta de entusiasmo, tanta bancada vazia nos apoiantes de qualquer governo.

Nunca ouvimos Ministros instruídos com tantas professorais lições, tantas preleções, conselhos e recados dos seus apoiantes. E no entanto às obsessivas afirmações de unidade interna da «AD», surgiram sempre sob a forma de apelos dramáticos e de ameaças veladas.

Mas como ressalta do discurso do Primeiro-Ministro o Governo da «AD» está sobretudo preocupado com a resistência do movimento popular que vai enfrentar. Donde as ameaças explícitas aos trabalhadores, as tentativas de desvirtuar os projectos, propósitos e métodos democráticos do PCP e a declarada intenção de tudo fazer para repetir os procedimentos, manipulações e distorções que estiveram na origem da maioria parlamentar da «AD».

A «AD» nem deu a este debate e a esta votação a dignidade de um dia e uma sessão parlamentar pró-

pria, pois a «AD» temeu que os seus deputados não viessem à votação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Ninguém acredita, nem a «AD», nem o Governo, nem os deputados, nem os jornalistas, que tenha saído daqui um Governo para quatro anos! Repito, nem a «AD», nem a oposição.

Vozes do CDS: — A cassette!

A Oradora: — Uns sairão daqui meditando como hão-de chegar aos ministeráveis lugares dos seus colegas de aliança. Outros, nos quais nos encontramos, pensando na necessidade de uma alternativa democrática que sirva o povo e o País.

As constantes referências à duração de quatro anos do governo de Pinto Balsemão/«AD» não têm mais valor do que a promessa de um Verão calmo do Sr. Deputado Freitas do Amaral um mês antes da punhalada no governo PS/CDS.

Mas nós, comunistas, afirmamos que não é nas dificuldades da «AD» que está a solução dos problemas nacionais. O que afirmamos é que a «AD» encontrará pela frente da sua política antipopular, inconstitucional, ilegal e subversiva e de ataque às conquistas da Revolução de Abril a firme luta da classe operária e do povo trabalhador.

É por temê-lo, por perceber o crescente descontentamento que atinge as mais variadas camadas e sectores da população e a sua crescente mobilização para a luta, que a «AD» sente a necessidade de apresentar esta moção.

Também não atingirá os seus objectivos. Lá fora as pessoas sabem que as eleições já lá vão e que o verdadeiro programa de governo da «AD» não são estas páginas entregues aos deputados mas sim o que sentem na pele no seu dia-a-dia. Para os trabalhadores é a desenfreada exploração. O desemprego, os despedimentos, os tectos salariais de 16 %. Para os jovens a dramática busca do primeiro emprego depois de sacudidos do sistema de ensino elitista feito e planejado para os filhos de família. Na habitação são os bairros de lata e a lei das rendas, na agricultura é o atraso, é o aumento de adubos e pesticidas, é a liquidação dos pequenos e médios agricultores, na Reforma Agrária é a renovação de ataques brutais e criminosos, a recuperação do latifúndio, lançado no desemprego e na fome de milhares de trabalhadores. Na saúde é uma política para servir uns quantos barões da medicina à custa do sacrifício e do dinheiro do povo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Para os reformados, deficientes e outros sectores mais desprotegidos da população é o esquarcimento até às próximas eleições. Na comunicação social é a propaganda, o arbítrio e a manipulação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É à continuação desta política que os trabalhadores e as massas populares vão dizer não! E é contra ela que irão lutar.

Com moção ou sem moção o governo Balsemão se desencadear a sua política antipopular contra os trabalhadores encontrará pela frente, como já está a suceder, a firme oposição da classe operária, dos trabalhadores e do povo português.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Desculpe-me interrompê-la Sr.^a Deputada, mas acabou o seu tempo, pelo que lhe pedia para abreviar as suas considerações.

A Oradora: — Certamente, Sr. Presidente, mas recordo que houve uma certa condescendência noutras intervenções.

O Sr. Presidente: — É a que exactamente estou a ter com V. Ex.^a, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Estou a terminar Sr. Presidente.

Mas encontrará também aqui na Assembleia da República a voz dos deputados comunistas denunciando essa política e apontando para a sua substituição nos termos constitucionais. É também por saber que assim é que o Governo sentiu a necessidade de vir aqui hoje pedir a confiança, deve no entanto ficar claro que a verdadeira moção pedida pela «AD» para o seu projecto e para a sua política não foi esta, foi em 7 de Dezembro e foi rejeitada.

Aplausos do PCP e risos do PSD e do CDS.

Este governo não serve, nem vai durar muito. E nem o salvará a manifestação dramaticamente convocada pela televisão pela deputada Helena Roseta há pouco na sua intervenção.

No quadro da Constituição e da legalidade democrática o PCP lutará para que em unidade com todos os democratas se construa a alternativa e o governo necessário à resolução dos problemas nacionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Henrique de Moraes, para produzir a declaração de voto do CDS.

O Sr. Henrique de Moraes (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS votou a favor da moção de confiança apresentada pelo governo da Aliança Democrática por quatro motivos principais:

Em primeiro lugar, porque este Governo corresponde à maioria eleita já duas vezes:

Em Dezembro de 1979 e em 5 de Outubro passado.

A primeira foi a votação da esperança, o baptismo redentor dos pecados de uma democracia que ao longo de cerca de cinco anos tinha acumulado erros em relação aos quais os poucos passos acertados não tinham sido suficientes para criar um saldo positivo.

O segundo sufrágio foi a confirmação de que a escolha tinha sido acertada, correspondendo os meses de governação à expectativa e vontade do povo português.

E é por isso mesmo que logicamente decorre a segunda razão pela qual votamos favoravelmente esta moção de confiança ao governo da AD.

Este apresentou um programa que, na sua maior parte, demonstrou já através do anterior governo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral as suas virtualidades como instrumento de progresso e estabilidade e

irá agora com certeza assegurar a continuação e o desenvolvimento dessa obra e desse projecto.

Em terceiro lugar porque foi visível durante este debate que a oposição persiste em objectivos que estiveram já anteriormente na origem da degradação económica e política da vida portuguesa e por isso foram derrotados pelo povo português.

E em quarto lugar porque, apesar dos fundamentos ideológicos serem os mesmos do anterior governo e o programa ter com o deste semelhanças, mudaram os homens e é também em relação a eles que nós, representantes eleitos pelo povo, temos de dizer uma palavra acerca do que os julgamos capazes.

Sá Carneiro e Amaro da Costa deixaram um vazio por a morte os ter levado, mas este voto significa que apesar da sua falta confiamos também no governo presidido pelo Dr. Pinto Balsemão.

Isto representa que este governo governará até 1984 e que só a vontade de Deus nos seus inscindíveis mistérios ou a votação popular nas próximas eleições o poderão destruir.

É o programa da AD o único que pode assegurar uma mais rápida integração europeia do País; um mais só equilíbrio entre a sociedade civil e o Estado; uma emancipação económica mais prometedora dos Portugueses, sobretudo daqueles que vivem e sofrem condições económicas mais desfavoráveis. A confiança que demos a este governo é, pois, a condição de esperança no futuro melhor para todos e a desconfiança implícita no programa de oposições que tiveram, aliás, durante cinco anos ocasião de os aplicar para o pior. A nossa solidariedade com o Governo é, pois, total, a nossa confiança é sincera.

E para aqueles que julgam que esta moção vitoriosa não é mais que a prova dos nove, «talvez de nove grupos parlamentares», queremos afirmar que, nesse caso, a prova real, o julgamento popular é e será favorável. Este governo e o seu programa são de Portugal e do seu povo.

Aplausos do CDE, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Finalmente, para produzir a declaração de voto do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: São óbvias as razões que levaram os sociais-democratas a votar positivamente a questão da confiança suscitada pelo Governo. Razões que, em síntese, radicam na identificação com o programa tanto no que toca ao catálogo das medidas elencadas como aos propósitos e objectivos propostos, como ainda aos valores políticos, ideológicos, culturais e morais que riscam o horizonte dentro do qual o Governo prometeu mover-se. Razões que se estreiam em segundo lugar nos *curricula* pessoais, políticos, profissionais e técnicos de todos quantos — Primeiro-Ministro, Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado — aceitaram com coragem o desafio que se perfila no nosso futuro colectivo.

Temos, aliás, boas razões para nos sentirmos confortados no bem fundado da nossa decisão quando, caído o pano sobre o debate, todos — partidos da maioria e da oposição — nos vimos confrontados com a certeza de não haver hoje alternativa democrática de Governo em Portugal.

O discurso da oposição antidemocrática ofereceu na verdade um espantoso espectáculo de contrabando político. Derrotado fragorosamente nas eleições parlamentares — as únicas que legitimam governos — o PCP trouxe para aqui em flagrante delito de burla e de furto os votos das eleições presidenciais.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Irrecuperável! E irónico: vencidos nas urnas, tenta ganhar-se através de manipulações algébricas! Como se já não se acreditasse no dogma marxista de que é a nível infra-estrutural que em política se ganha e se perde e não nos jogos de superestrutura burguesa de contagem de votos, mais ou menos contrabandeados.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Não foi mais conseguido o discurso da oposição democrática. Bem vistas as coisas este discurso, afinal, não foi mais do que um elogio lavrado ao Programa do Governo. Criticou-se, por exemplo, o propósito de deliberar a sociedade civil? Não. Apenas se disse que eles diriam a mesma coisa mas com a sua própria perspectiva mais sonante, vez! Criticou-se o objectivo de privilegiar uma política económica de desenvolvimento? Não! Apenas se disse que eles propriamente a mesma coisa mas com outra acentuação. O mesmo se diga dos esforços conducentes à integração europeia, etc., etc. Feitas as contas, a oposição propriamente o mesmo programa mas traduzi-lo-ia na sua própria linguagem. Ora sendo certo o dito que *tradutore, traditore*, isto é que todo o tradutor é um pouco traidor, ainda bem que o Programa — o programa de todos afinal é apresentado, sustentado e realizado na sua versão original e autêntica.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E ao votarmos neste sentido votámos também positivamente a questão da oportunidade do próprio voto. Não são fundadas as objecções que a este propósito se suscitaron. Tal voto impunha-se por imperativo democrático! Um governo carecido da legitimidade positiva seria um governo que passaria esta fronteira a salto sem o passaporte da legitimidade plenamente em dia.

Não suscitar a questão da confiança seria, além disso, uma imperdoável descortesia para com o Parlamento e um certo pecado contra o próprio regime constitucional vigente. Ninguém compreenderia que, obtida a confiança positiva presidencial, se subvalorizasse a confiança parlamentar. Não a suscitar corresponderia ainda a introduzir na vida colectiva factores indesejáveis de insegurança, pois a ele se ligaria inescapavelmente a suspeição sobre a unidade da maioria parlamentar. Unidade em que terá seguramente jogado — num mal disfarçado *wishfull thinking* — a solicitude com que algumas vozes da oposição curaram da salvaguarda da integridade da imagem da unidade da AD.

Srs. Ministros: com esta votação encerra-se o rito da investidura do vosso Governo.

Não lhes desejamos boa viagem pela razão singela de que também partimos nesta viagem de esperança: acompanhados de tantos milhões de portugueses que trabalham nas cidades e no interior, nas fábricas ou nos colarinhos brancos do serviço e nos campos. Acompanhados, sobretudo — permita-se-nos o realce —, de tantos milhares de emigrantes que em comunhão connosco fazem Portugal fora de Portugal. De tantos milhões de jovens que chamam seu ao nosso projecto. Por isso é que este projecto cresce à medida do acesso das novas camadas de juventude ao direito de voto. Por isso é que este projecto e o Governo, que é neste momento o seu protagonista, têm o selo do futuro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegamos, portanto, ao final dos nossos trabalhos.

Antes de encerrar a sessão cumpre-me anunciar que deu entrada na Mesa um projecto de lei, que recebeu o n.º 112/II, subscrito pelo Sr. Deputado Manuel dos Santos e outros do PS, que tem por objecto a criação da freguesia de Padrão da Légua, no concelho de Matosinhos, e um projecto de resolução, também subscrito por um grupo de Srs. Deputados do Partido Socialista, que visa uma resolução da Assembleia no sentido de propor às Cortes espanholas a criação de uma comissão eventual luso-espanhola de parlamentares de ambos os países, com vista à análise dos problemas de interesse comum, no âmbito do ordenamento do território, da gestão da água, do meio ambiente e da qualidade de vida, com especial atenção às zonas fronteiriças.

Srs. Deputados, informo que a próxima reunião do Plenário será no dia 27 do corrente mês, terça-feira à hora regimental habitual.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 45 minutos.

Declaração de voto do MDP/CDE relativa à votação do voto de pesar pela morte do Prof. Dias Amado, publicada nos termos do artigo 124.º, n.º 3, do Regimento da Assembleia da República

Na última homenagem que os amigos de Dias Amado lhe prestaram em vida, Dias Amado afirmou:

A outros ligam-me a estima e a amizade de longos anos como a Carlos Botelho, não podendo deixar de lembrar o maior e melhor amigo de toda a vida, que para ele foi curta, Bento de Jesus Caraça.

E mais adiante:

Dediquei-me à política e ao combate à reacção durante toda a minha vida; na política o difícil para um homem não consiste apenas em cumprir o seu dever mas conhecer qual este é, reconhecer os seus erros e procurar não os agravar, antes proceder de forma que lhe sirvam de lição para o futuro.

Costumai-vos a fazer e a dizer aquilo que pode unir entre si os homens. Bem difícil é, se não impossível, mas com tolerância mútua muito se

consegue, quando se discute com calma e não quando se insultam ou inventam mazelas nos outros.

Perguntar-me-eis o que fui: um homem que lutou pelo seu ideal: a defesa de democracia e o combate à ignorância e ao despotismo. Não o fiz sem pagar, pois aos 45 anos fui afastado do ensino e dos Hospitais Civis de Lisboa, O que, aliás, mais me doeu, pois vi-me afastado dos meus alunos para quem fui sempre um companheiro amigo, um irmão mais velho.

Para além de expulso, foi preso, espancado e julgado. Mas nada o fez afastar da sua atitude tolerante, pedagógica e militante.

O MDP/CDE, ao querer prestar homenagem a Dias Amado, entendeu que a melhor forma seria trazer para esta Assembleia da República as últimas palavras públicas de Dias Amado de forma que, retomadas por representantes do povo português, elas pudessem ter projecção nacional e ficassem exaradas no *Diário da Assembleia da República*.

O MDP/CDE associa-se assim ao voto prestado nesta Assembleia recordando o grande professor que o fascismo dispensou, empobrecendo fortemente o ensino e a investigação, a grande figura cívica e moral que o fascismo enxovalhou, tentou liquidar e cortar ao convívio e à participação popular.

A homenagem a democratas é sempre uma acusação à ditadura e é sempre um apelo à liberdade e uma afirmação da continuidade da democracia.

O MDP/CDE solidariza-se por isso com o sentimento dos democratas portugueses, qualquer que seja a bancada que eles ocupem nesta Assembleia.

A Deputada do MDP/CDE, Helena Cidade Moura.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
Alberto Augusto Faria dos Santos.
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
António Alberto Correia Cabecinha.
António Augusto Lacerda de Queirós.
António Maria de O. Ourique Mendes.
Carlos Manuel Pereira Pinho.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Eleutério Manuel Alves.
Fernando José da Costa.
Fernando José F. Fleming d'Oliveira.
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
Fernando dos Reis Condesso.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
João Afonso Gonçalves.
João Vasco da Luz Botelho Paiva.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto de Oliveira Baptista.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Theodoro da Silva.
Luis António Martins.

Manuel da Costa Andrade.

Manuel Maria Moreira.

Manuel Vaz Freixo.

Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.

Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.

Marilia Dulce Coelho Pires M. Raimundo.

Mário Marques Ferreira Maduro.

Natália de Oliveira Correia.

Nicolau Gregório de Freitas.

Pedro Augusto Cunha Pinto.

Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Pedro Miguel Santana Lopes.

Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.

Alberto Marques de Oliveira e Silva.

Alfredo Barroso.

António de Almeida Santos.

António Fernandes da Fonseca.

António José Sanches Esteves.

António Manuel de Oliveira Guterres.

António Janeiro.

António José Vieira de Freitas.

António de Sousa Gomes.

António Manuel Maldonado Gonçalha.

Aquilino Ribeiro Machado.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Carlos Manuel Natividade Costa Candal.

Fernando Torres Marinho.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Francisco Manuel Marcelo Curto.

Jaime José Matos da Gama.

João Alfredo Félix Vieira Lima.

Joaquim Sousa Gomes Carneiro.

Jorge Fernando Branco Sampaio.

José Gomes Fernandes.

José Luís Amaral Nunes.

José Manuel Nisa Antunes Mendes.

Júlio Francisco Miranda Calha.

Luis Filipe Nascimento Madeira.

Luis Nunes de Almeida.

Luis Patrão.

Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Manuel José Bragança Tender.

Manuel da Mata de Cáceres.

Manuel dos Santos.

Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.

Mário Alberto Lopes Soares.

Rui Fernando Pereira Mateus.

Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.

Adriano José Alves Moreira.

Américo Maria Coelho Gomes de Sá.

António Jacinto Martins Canaverde.

Armando Domingos D. Ribeiro de Oliveira.

Diogo Pinto Freitas do Amaral.

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.

Francisco António Lucas Pires.

Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.

Henrique José C. M. Pereira de Moraes.

Isilda da Silva Barata.

João Lopes Porto.

João da Silva Mendes Morgado.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Girão Pereira.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Favares Brasileiro.
 António Dias Lourenço da Silva.
 Armando Teixeira da Silva.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Manuel Lopes.
 Manuel Rogério Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Vital Martins Moreira.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.
 António Cardoso Moniz.
 Maria José Pontes de Gouveia.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

António Luciano P. Sousa Franco.
 Guilherme Oliveira Martins.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

César Oliveira.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Cândido Miranda Macedo.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*.

PREÇO DESTE NÚMERO 68\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA